

**Comissão Parlamentar de Inquérito para Apuramento das
Responsabilidades pelas Decisões que Conduziram ao Processo de
Subconcessão dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo**

8.^a Reunião
(6.^a audição)
(1 de abril de 2014)

SUMÁRIO

A Sr.^a Presidente (Maria de Belém Roseira) declarou aberta a reunião às 15 horas e 10 minutos.

Após uma intervenção inicial, o Sr. Prof. Dr. Augusto Santos Silva (Ministro da Defesa Nacional do XVIII Governo Constitucional) respondeu às perguntas formuladas pelos Srs. Deputados Abel Baptista (CDS-PP), Fernando Negrão (PSD), Jorge Fão (PS) — que também respondeu à defesa da honra da Deputada Ângela Guerra (PSD) —, António Filipe (PCP), Mariana Aiveca (BE), Otília Ferreira Gomes (CDS-PP), Afonso Oliveira (PSD) e Agostinho Santa (PS).

A Sr.^a Presidente encerrou a reunião eram 19 horas e 48 minutos.

A Sr.^a **Presidente** (Maria de Belém Roseira): — Srs. Deputados, temos quórum, pelo que vamos dar início à reunião.

Eram 15 horas e 10 minutos.

Agradeço a vossa presença e peço aos serviços o favor de acompanharem até à sala o Sr. Prof. Dr. Augusto Santos Silva, que vem responder a esta Comissão na qualidade de Ministro da Defesa Nacional do XVIII Governo Constitucional.

Entretanto, deu entrada na sala o Sr. Prof. Dr. Augusto Santos Silva.

Dando as boas-vindas ao Sr. Prof. Dr. Augusto Santos Silva, dou início a esta reunião de acordo com o que previamente decidimos.

Peço aos Srs. Jornalistas que tirem fotografias a partir do local que tínhamos combinado.

Houve uma reunião em que o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda beneficiou de uma gentileza do Grupo Parlamentar do CDS-PP, uma vez que tinha de fazer uma intervenção em Plenário e, portanto, hoje iniciaremos esta reunião pelas questões colocadas pelo Grupo Parlamentar do CDS-PP, às quais se seguirão as dos Grupos Parlamentares do PCP e do Bloco de Esquerda, seguindo-se depois a ordem normal.

Queria, ainda, dizer que tínhamos acertado entre nós que iríamos usar, nesta reunião, o mesmo formato que usámos para inquirir o Sr. Ministro da Defesa, Dr. Aguiar Branco.

O Sr. Prof. Dr. Augusto Santos Silva já me deu a indicação de que pretende fazer uma declaração inicial, pelo que tem a palavra.

O Sr. Prof. Dr. **Augusto Santos Silva** (Ministro da Defesa Nacional do XVIII Governo Constitucional): — Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Procurarei, nesta intervenção inicial, traçar o quadro geral dos propósitos e orientações que presidiram às decisões tomadas relativamente à empresa Estaleiros Navais de Viana do Castelo, no período de outubro de 2009 a junho de 2011, em que desempenhei as funções de Ministro da Defesa Nacional.

Como não tenho por apropriado produzir e conservar cópias pessoais dos arquivos públicos, e no intuito de esclarecer VV. Ex.^{as} da forma mais precisa possível, com base em documentação e não apenas na memória, solicitei ao Gabinete do Sr. Ministro da Defesa Nacional a disponibilização de todos os processos relevantes entrados no meu Gabinete ou do meu Secretário de Estado no referido período. Fiz também, junto desta mesma Comissão, análoga solicitação. Agradeço ao Ministro Aguiar Branco, ao seu Gabinete e a esta Comissão a pronta resposta a essa minha solicitação.

Aquando da minha tomada de posse como Ministro da Defesa Nacional, os Estaleiros debatiam-se com problemas muito graves. Um era estrutural e exógeno: a deslocação da construção naval para Leste e, em particular, para a Ásia. Outros problemas eram internos e conjunturais, sendo o principal, a meu ver, a debilidade da tecnoestrutura da empresa, mas as condições de financiamento também constituíam restrições muito severas.

Neste contexto, o Governo a que tive a honra de pertencer definiu cinco objetivos essenciais.

O primeiro era concluir, com o menor prejuízo possível para o interesse público e a situação da empresa, o problema que se encontrava ainda em aberto, referente à resolução do contrato do navio *Atlântida*.

O segundo objetivo era levar a bom termo a conclusão do primeiro navio de patrulha oceânica, o *Viana do Castelo*, encomendado pela Marinha portuguesa, assim demonstrando prática e efetivamente a capacidade da empresa para a construção naval militar.

O terceiro objetivo era garantir novas encomendas civis para os Estaleiros.

O quarto era dotar os Estaleiros de uma administração própria, com as competências necessárias para concluir e aplicar uma profunda reestruturação organizacional.

E o quinto era aprovar e realizar esta reestruturação e articulá-la com a desejável entrada de capital privado nos Estaleiros, para que a combinação entre a lógica do acionista público e a lógica de acionistas de referência no mercado internacional da construção e reparação naval pudesse resultar na consolidação de uma capacidade nacional neste importante setor de atividade.

Quando o XVIII Governo Constitucional cessou funções, a menos de metade do seu mandato, estava por cumprir o quinto objetivo. Um primeiro programa de reestruturação ficou delineado, mas carecendo ainda de afinações técnicas e subsequente implementação.

Vou indicar as medidas principais de concretização dos objetivos, para se ter uma ideia mais clara da orientação prosseguida.

Nos fins de outubro de 2009, a situação da encomenda de dois navios pela empresa Atlânticoline era a seguinte: decorriam diligências entre as partes contratantes para conseguir um acordo extrajudicial, cumprindo desta forma os Estaleiros uma das recomendações feitas no relatório conjunto das inspeções das Finanças e da Defesa, validado por despacho das respetivas tutelas; em simultâneo, estava em curso um processo judicial, a partir da reclamação, pelo cliente ou armador, do pagamento da

garantia bancária dita *first demand*, em virtude de incumprimento contratual por parte do construtor, tendo este interposto uma providência cautelar.

O acordo extrajudicial foi conseguido, assim se pondo termo a uma demanda judicial, na qual a posição dos Estaleiros se tornava crescentemente mais frágil. A lógica do acordo foi a devolução das verbas já adiantadas pelo cliente, ficando o construtor com a plena disponibilidade do navio construído — para o qual havia outros potenciais interessados — e comprometendo-se ambas as partes a colaborar em processos contra terceiros responsáveis por falhas detetadas na construção.

Para que o acordo fosse alcançado, foi necessário autorizar os Estaleiros a contrair crédito bancário, o que, após estudo e parecer favorável da Direção-Geral do Tesouro, foi feito por despacho conjunto das Finanças e da Defesa, de 23 de dezembro de 2009.

Como se vê por esta brevíssima síntese — que detalharei se tal for do interesse de algum Deputado ou Deputada —, a lógica da ação do Governo foi evitar que esse particularmente delicado incumprimento contratual dos Estaleiros significasse o fim desta nossa importante capacidade económica e estratégica.

Por isso mesmo, o foco principal da ação subsequente foi a realização dos atrás referidos segundo e terceiro objetivos, concluindo sem mais nenhum percalço técnico e/ou contratual a primeira encomenda do programa de equipamento militar contratado com a Marinha.

Fazer e entregar o *Viana do Castelo* era importantíssimo por várias razões: porque mostrava insofismavelmente o apetrechamento da empresa; porque assegurava a continuidade da relação com as Forças Armadas (absolutamente essencial para a missão que vários governos, incluindo aqueles a que pertenci, definiram para os Estaleiros); e porque abria um

novo e decisivo campo de expansão para a empresa, como, aliás, logo se viu, com o interesse manifestado por Marinhas estrangeiras.

O navio *Viana do Castelo* foi entregue em dezembro de 2010, no que constituiu uma firme demonstração de capacidade por parte de todo o pessoal dos Estaleiros. E eu gostaria de agradecer publicamente, mais uma vez, o empenho que nisto colocou o então Secretário de Estado Marcos Perestrelo, hoje ilustre Deputado nesta Câmara.

Por outro lado, o XVIII Governo empenhou-se, e ao mais alto nível, na facilitação de novas encomendas, agora civis. A mais importante foi a dos dois navios ditos asfalteiros, por parte de uma empresa pública venezuelana.

Estes dois pontos são determinantes. O programa de encomendas da Marinha — comportando navios de patrulha oceânica e de combate à poluição e lanchas de fiscalização costeira — e a encomenda dos asfalteiros (só para falar das encomendas contratualizadas) garantiam um volume de trabalho aos Estaleiros que: *a)* lhes permitia superar o grave fracasso que havia constituído o processo do *Atlântida* e as suas repercussões financeiras, técnicas, comerciais e reputacionais; *b)* proporcionava uma base sólida para a indispensável e inadiável reestruturação profunda da empresa; e *c)* alavancava a gestão técnica e legal das obrigações financeiras perante o seu acionista num plano que não fosse confundível com ajudas indevidas de Estado.

Dessa reestruturação trataram as medidas que procuravam cumprir os dois últimos objetivos. Foi nomeada uma administração própria para os Estaleiros, que conjugava competências nas áreas críticas da gestão, da tecnologia, da ligação com a Marinha e do enraizamento local e regional. E essa administração conduziu as etapas finais de realização de um plano de reestruturação da empresa, a que a tutela exprimiu o seu acordo de

princípio, pedindo desenvolvimentos parciais, e que o Governo seguinte tratou da forma que, muito legitimamente, melhor entendeu.

Gostaria, se VV. Ex.^{as} me permitem, de dar conta da lógica global da opção de reestruturação que o XVIII Governo aprovou na generalidade.

Os estudos apresentados pela empresa previam três cenários possíveis: continuidade, encerramento e reestruturação profunda, com redimensionamento em baixa do número de trabalhadores e alteração profunda dos processos técnicos, comerciais e de gestão. Os dois primeiros cenários eram inaceitáveis, até pelo seu custo financeiro. Nada alterar na estrutura significava agravar os problemas da empresa. Encerrá-la significava retirar a Portugal a possibilidade de manter uma capacidade própria e autónoma numa área tão sensível como a reparação e construção naval. A reestruturação tinha de atacar a raiz dos problemas. Apresentado e validado o estudo pela administração da empresa, obtido o parecer favorável do Tesouro, a opção só podia ser, a meu ver, determinar à administração que prosseguisse e aprofundasse o plano de reestruturação proposto.

Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, duas breves palavras para concluir.

Tenho seguido, nestes quase três anos subsequentes à cessação das minhas funções, o princípio, que advogo, da máxima contenção em considerações sobre decisões subsequentes no Ministério que tive a honra de dirigir. É um princípio geral, que tem aqui uma modulação adicional: devo também essa contenção às Forças Armadas portuguesas, com quem tive o enorme privilégio de trabalhar.

Mas, nesta Comissão e para este assunto, devo, sem perder essa contenção, fazer umas breves considerações sobre os anos mais recentes, apenas para que as Sr.^{as} e Srs. Deputados possam ficar totalmente

habilitados para ajuizar da minha responsabilidade política. É que a ação política — e, portanto, a responsabilidade — não se compara com qualquer situação ideal inexecutável mas, sim, com outras ações alternativas e correspondentes responsabilidades.

O princípio básico que guiou as tutelas dos Estaleiros no XVIII Governo estava em linha com o de vários governos anteriores: salvar a empresa, reestruturando-a, modernizando-a, ajudando-a a encontrar e cumprir satisfatoriamente encomendas, num ambiente internacional cada vez mais competitivo e desfavorável para empresa.

Mas não era salvar por salvar; era salvar a empresa para que Portugal mantivesse uma capacidade nacional, própria, autónoma, nossa, em matéria de construção e reparação naval, nomeadamente (o que faz toda a diferença) militar.

O mérito do que foi feito é sujeito a vários escrutínios e interpretações. Haverá certamente várias, nesta Comissão. Lapsos, falhas, erros, houve certamente, e assumo a responsabilidade política por todos quantos se tenham cometido, fosse por quem fosse, enquanto fui Ministro da Defesa. Realizações e sucessos, também terão havido alguns, e endosso-os a todos quantos me ajudaram com a sua dedicação e competência. Mas não foi então que se procurou nem foi então que se decidiu tornar irreversível o desaparecimento dos Estaleiros. O que tornou irreversível o desaparecimento dos Estaleiros foi o cancelamento do programa de reestruturação e a criação imprudente de expectativas irrealizáveis; foi o cancelamento abrupto e total do programa de encomendas da Marinha; foram os dois anos sem produção nem trabalho, sem novas encomendas nem a satisfação da existente; foram a precipitação e a ambiguidade dos termos escolhidos para a discussão do *dossier* com a Comissão Europeia e, evidentemente, a culminar tudo o resto, a decisão formal de encerramento.

Uma última palavra, se me permitem.

Foi recentemente noticiada a intenção de privatizar o Arsenal do Alfeite. Intenção legítima, não o discuto. Mas sabendo, como sei, que são ouvidas e respeitadas em toda a Câmara as opiniões dos ilustres membros desta Comissão, a começar pela sua, Sr.^a Presidente, quero humildemente alertar para o enorme risco que o País pode correr, em matéria de defesa e segurança nacional, se, com o fim dos Estaleiros e de uma influência pública no Alfeite, abdicar de ter uma capacidade nacional própria de construção e manutenção naval militar. Não ficaria de bem com a minha consciência se não deixasse, aqui e agora, este alerta.

A Sr.^a **Presidente**: — Vamos, então, dar início às questões a colocar pelos Srs. Deputados, começando pelo Sr. Deputado Abel Baptista, do Grupo Parlamentar do CDS-PP. Tem a palavra.

O Sr. **Abel Baptista** (CDS-PP): — Sr.^a Presidente, gostaria de saudar o Sr. Prof. Augusto Santos Silva, agradecendo as informações que inicialmente prestou e lamentando a forma como conclui essas declarações.

O Sr. Professor começou muito bem, explicou factos, deu a conhecer algumas notas e conclui fazendo política. Obviamente, não é aqui o sítio indicado nem é nessa condição que o Sr. Professor aqui deve estar.

Sr. Prof. Augusto Santos Silva, vamos começar exatamente por questioná-lo, enquanto ex-Ministro da Defesa, sobre as funções que lhe competiram.

O Sr. Professor foi Ministro da Defesa entre 2009 e 2011. Conhece a Lei de Programação Militar — Lei Orgânica n.º 4/2006, que previa um conjunto de investimentos na Marinha, entre 2006 e 2011, que ascenderiam a cerca de 270 milhões de euros, incidindo basicamente em construção

militar naval, construção de navios nos Estaleiros Navais de Viana do Castelo, que lhe recordo que eram os seguintes: NPO (navio de patrulha oceânica) *Viana do Castelo*, NPO *Figueira da Foz*, NCP (navio de combate à poluição) *Sines*, NCP *Ponta Delgada*, NPO *Funchal*, NPO *Aveiro*.

Em 2009, deveriam ter sido investidos cerca de 34 milhões de euros; em 2010, 74 milhões de euros; em 2011, 79 milhões de euros.

Sr. Professor, no tempo em que foi Ministro da Defesa e não tendo cancelado a Lei de Programação Militar, por que não cumpriu, enquanto Ministro, esta lei? Esta é a primeira pergunta.

Quanto à segunda questão, no âmbito da construção nos Estaleiros Navais de Viana do Castelo, o Sr. Professor é do tempo do contrato do navio *Atlântida*, e avivou-nos aqui a memória falando objetivamente deste contrato. Como o Sr. Professor sabe, o contrato não era apenas para o navio *Atlântida*, era um contrato para os navios *Atlântida* e *Anticiclone*, para os Açores. Eram dois navios. Primeiro, entregava-se o *Atlântida* e, depois, o *Anticiclone*.

Os dois navios começaram a ser construídos naqueles Estaleiros, sendo que uma das indicações que aqui nos foi fornecida pelo atual Presidente do Conselho de Administração foi a de que ele não encontra nenhuma razão empresarial para o contrato ter sido denunciado conforme foi. Em relação a um dos barcos, o contrato não tinha sido cumprido na sua totalidade, mas o outro estava em fase de construção e poderia ser corrigido. O contrato foi anulado, mas o Presidente do Conselho de Administração diz que não encontra nenhuma razão empresarial para que isto tenha acontecido, pelo que só pode ter sido por razões políticas.

Sr. Professor, diga-nos quantas vezes, enquanto Ministro da Defesa, reuniu com responsáveis do Governo Regional dos Açores ou com responsáveis da Atlânticoline, a armadora para estes navios?

Já agora, uma pergunta paralela: quantas vezes o Sr. Ministro e o Sr. Presidente da Câmara de Viana do Castelo se encontraram para este efeito? Quantas vezes falaram sobre isto?

Já agora, também, porque essa questão tem sido muitas vezes aqui levantada, quantas vezes reuniu o Sr. Ministro com a Comissão de Trabalhadores dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo e quantas vezes visitou os Estaleiros Navais de Viana do Castelo, durante o exercício das suas funções?

No que diz respeito ao *Atlântida*, também foi recentemente conhecido um parecer, emitido pelo eminente gabinete de professores de Direito Administrativo, Prof. Pinto Monteiro, que refere nas suas conclusões que não havia razões para anular este contrato. Os Estaleiros Navais cumpriram na totalidade aquilo que lhes estava adstrito e, de acordo com o princípio da boa-fé, se alguém teria responsabilidades, nesta matéria, era a Atlânticoline. Em primeiro lugar, porque, desde início, não começou a colocar pessoas da sua responsabilidade para acompanhar a construção, fazer a fiscalização e dar orientações, conforme é normal e está estabelecido neste tipo de situações, e conforme constava do contrato. Isso mesmo foi-nos já referido por membros do Conselho de Administração.

Sr. Professor, enquanto Ministro, teve conhecimento deste parecer? Creio que este parecer foi emitido a pedido da empresa, em novembro de 2009. Este parecer foi tido em consideração e foi enviado para quem estava nas negociações, no âmbito do acordo extrajudicial?

Sr. Prof. Augusto Santos Silva, durante o período que medeia entre 2009 e 2011, foi apresentado um projeto de reestruturação da empresa, que terá chegado à tutela em finais de janeiro, princípios de fevereiro do ano de 2011. Esse processo de reestruturação apenas é despachado em julho de 2011...

O Sr. Prof. Dr. **Augusto Santos Silva**: — Já não estávamos!

O Sr. **Abel Baptista** (CDS-PP): — Aliás, junho de 2011. Vejo que o Sr. Professor conhece bem e sabe bem as datas.

Portanto, este processo, foi despachado em junho de 2011, mas terá chegado aos Gabinetes do Secretário de Estado ou do Sr. Ministro em fevereiro desse ano. Dada a situação grave que apontava, não acha que esse processo esteve tempo demais nos gabinetes do Governo? Ou terá sido coincidência, porque havia eleições e não convinha despachar esse processo? Aliás, depois, apenas uma parte do processo acaba por ser despachada, a parte que diz respeito à reestruturação em termos de pessoal e à dispensa — para não utilizar nenhum termo que possa ser mal interpretado — de 420 dos seus cerca de 700 trabalhadores.

Havia um conjunto de outras medidas a tomar — aliás, elas próprias indicadas nas conclusões do parecer da IGF (Inspeção-Geral de Finanças) — e nenhuma delas foi adotada. Gostaria de saber por que motivo é que as medidas não foram adotadas.

Finalmente e para concluir este conjunto de perguntas, uma das questões levantadas ao longo de todo este processo, primeiro de reprivatização e agora de subconcessão, tem sido a questão dos apoios do Estado e da eventualidade de, através de decisão europeia, terem de ser devolvidos. Neste momento estarão em...

O Sr. Prof. Dr. **Augusto Santos Silva**: — Não consigo ouvir.

A Sr.^a **Presidente**: — Não se consegue ouvir aqui atrás.

O Sr. **Abel Baptista** (CDS-PP): — Posso falar um pouco mais alto, mas fica ensurdecedor.

A Sr.^a **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado, desculpe a interrupção.

O Sr. **Abel Baptista** (CDS-PP): — Não tem importância, Sr.^a Presidente.

Sr. Professor, estava a dizer-lhe que uma das questões que tem sido aqui muitas vezes levantada — e por isso se passou de um processo de reprivatização para um processo de subconcessão, decisão que o Governo tomou e o Sr. Professor acha que é legítima, podendo ser criticável, mas não é isso que está agora em causa — é a de saber se, sobre esses cerca de 181 milhões que estarão agora em discussão, o Sr. Professor sabia que, ao dar esses apoios aos Estaleiros, teria de notificar previamente a União Europeia.

O Sr. Prof. Dr. **Augusto Santos Silva**: — Falam em 180 milhões?

O Sr. **Abel Baptista** (CDS-PP): — Eram mais, mas não foram justificados cerca de 180 milhões.

Ao dar apoios aos Estaleiros nestas condições, o Sr. Professor sabia que teria de notificar previamente a União Europeia e justificá-los, enquadrando-os em termos de legislação comunitária, de forma a que não fossem considerados ajudas de Estado ilegais?

Até convém referir aqui isto, porque, neste momento, não há nenhuma decisão da União Europeia, mas há aqui um certo paralelismo com aquilo que o Sr. Professor disse há pouco, ou seja, com o acordo

extrajudicial conseguido para devolver os cerca de 30 milhões de euros aos Açores, no âmbito da resolução do contrato com a Atlânticoline. É que, como o tribunal poderia apontar para que o contrato fosse inviabilizado, então, convinha ser feito um acordo extrajudicial. Pois, agora, também estamos na mesma situação e tudo aponta para que, em termos de reprivatização, pudesse acontecer isso.

Portanto, queria saber se o Sr. Professor, enquanto Ministro, nessa altura, tinha consciência de que ao dar os apoios aos Estaleiros teria de notificar a União Europeia sobre os mesmos.

A Sr.^a **Presidente**: — Sr. Prof. Santos Silva, tem a palavra para responder.

O Sr. Prof. Dr. **Augusto Santos Silva**: — Sr. Deputado Abel Baptista, é um prazer revê-lo e muito obrigado pelas suas questões e pela precisão com que as colocou, o que me permite ser também igualmente preciso nas respostas.

Devo descansá-lo, pois em nenhum momento vim aqui tentar fazer política. Faço política desde os 15 anos, mas não é nessa condição que aqui estou. Apenas vim tentar esclarecer a Comissão no que puder e responder às questões, porque esse é o título da Comissão e foi assim que fui convocado, intimado, notificado, nos termos legais, para comparecer, para apurar responsabilidades políticas no processo que conduziu à subconcessão. Por isso, tenho de falar no período que conduziu até à subconcessão e não tenciono substituir-me a nenhum Sr. Deputado nem tenho legitimidade para isso.

Em relação às questões que me colocou, ou seja, porque é que a Lei de Programação Militar não foi cumprida em 2010 e na primeira metade de

2011, que são os anos sob a minha responsabilidade, do ponto de vista da execução orçamental, nos termos em que tinha sido aprovada em 2006, a resposta é porque isso foi determinado pela Lei de Orçamento do Estado para 2010 e para 2011, que introduziu vários cortes em vários setores, incluindo a definição de outros tetos abaixo dos que legalmente eram permitidos pela própria Lei de Programação Militar para a sua execução. Isto, aliás, nem começou em 2010, nem acabou em 2011, como o Sr. Deputado sabe melhor do que ninguém.

Depois, o Sr. Deputado pergunta se antes da denúncia do contrato, em abril de 2009, reuni e quantas vezes reuni com representantes do Governo Regional dos Açores e da empresa pública cliente. A minha resposta é: nenhuma. Na altura, era Ministro dos Assuntos Parlamentares e não tinha nenhuma competência que me permitisse reunir com uma empresa pública que tinha contratado dois navios à empresa Estaleiros Navais de Viana do Castelo, nem tinha nenhuma espécie de relação com o Governo Regional dos Açores, visto que as condições de exercício do cargo de Ministro dos Assuntos Parlamentares não preveem esse tipo de ligação.

Quantas vezes reuni com o Presidente da Câmara de Viana do Castelo? Como comecei por dizer, não confio na minha memória, que já teve melhores dias, e, dada até a minha profissão, gosto de estudar questões com base em documentação. Portanto, na documentação que me foi enviada pelo Gabinete do Sr. Ministro da Defesa Nacional, Dr. Aguiar Branco — já agradeço e quero renovar os agradecimentos, pela rapidez com que o meu pedido foi satisfeito —, consta uma carta que me foi dirigida pelo Presidente da Câmara Municipal de Viana do Castelo, Eng.º José Maria Costa, alertando para a situação difícil em que se encontravam os Estaleiros e exortando o Governo a tomar as medidas apropriadas.

Essa carta foi encaminhada pelo Sr. Secretário de Estado da Defesa Nacional, que tinha delegação de competências relativamente à EMPORDEF e ao conjunto das empresas de defesa, e julgo não mentir se disser que vários contactos foram realizados entre o autarca de Viana do Castelo e o membro do Governo com essa competência.

O mesmo se diga em relação à Comissão de Trabalhadores que, no âmbito do Ministério das Finanças, pelo que sei, foi recebida pelo Secretário de Estado do Tesouro e Finanças, que tinha a delegação de competências em matéria de relação com as empresas públicas.

Quanto à sua pergunta sobre quantas vezes visitei os Estaleiros Navais de Viana do Castelo, quero dizer-lhe que no ano e meio que tive de mandato visitei-os uma vez, justamente em dezembro de 2010, para assinalar a conclusão e entrega provisória à Marinha do auto de receção provisório — depois, como sabe, há uns testes que se fazem e há um auto de receção definitivo — do navio de patrulha oceânica *Viana do Castelo*.

Em relação ao terceiro bloco de perguntas, sobre se eu conhecia os pareceres jurídicos que foram emitidos em novembro de 2009 — e vê que estou a ser tão preciso como o Sr. Deputado na sua enunciação —, digo-lhe que não. Mais uma vez, na documentação que me foi enviada pelo Gabinete do Sr. Ministro da Defesa, em solicitação ao meu pedido para me ser disponibilizada toda a informação arquivada, entrada ou saída do meu Gabinete ou do Gabinete do Sr. Secretário de Estado, pelas razões que expliquei há pouco, porque tinha delegação de competências nesta matéria, não constam quaisquer pareceres e não conheço o seu teor, a não ser por uma notícia de imprensa. Na documentação que a Comissão teve a bondade de me enviar também não constam esses pareceres e sobre se eles foram remetidos ou enviados para os negociadores do acordo extrajudicial, a pergunta está respondida por si mesma, pois, tanto quanto é do

conhecimento público, foram pedidos pela administração da empresa e, como a administração da empresa é que foi a parte na negociação do acordo extrajudicial, a administração da empresa não tinha de remeter a si própria os pareceres que ela mesma tinha solicitado.

Pela experiência que tenho em gestão das organizações, se me permite uma precisão adicional — e não podendo garantir a 100%, pelas razões que indiquei, julgo que posso ajudar a Comissão, se esta assim o entender, a perceber a lógica desta iniciativa —, entendo o seguinte: a empresa Atlânticoline tinha denunciado o contrato em abril de 2009, alegando incumprimento contratual do caderno de encargos em vários pontos, um dos quais, à luz do próprio contrato celebrado em 2006, era o da velocidade atingida pelo navio, havendo, assim, razão fundada para a denúncia do contrato. Nos três meses em que acompanhei esse processo — outubro, novembro e dezembro —, até ele se concluir com o acordo extrajudicial, nunca vi nenhuma das partes nem da Administração Pública, que coadjuvava os membros do Governo neste processo, pôr em causa a razão desse fundamento.

A empresa interpôs uma providência cautelar, porque, ao denunciar o contrato, a empresa Atlânticoline executou as garantias bancárias *first demand*, no valor de 32 milhões de euros. A empresa Estaleiros Navais interpôs providência cautelar, que correu no Tribunal Administrativo de Braga. Havia, pois, um plano de discussão judicial e foi aberto também um plano para possível acordo extrajudicial. Portanto, eu compreendo que uma empresa que está a trabalhar nesses dois planos, no plano judicial e no plano do acordo extrajudicial, procure, também, defender e fortalecer a sua posição no plano judicial, se chegar à conclusão de que é nesse plano judicial, e apenas nele, que se devem dirimir as questões em litígio.

Julgo que terá sido isso que terá motivado o pedido de pareceres a dois juristas, que emitiram os pareceres que são, julgo eu, talvez do conhecimento de alguns dos presentes e que eu conheço por esta relação indireta.

Não foi essa a pergunta do Sr. Deputado, mas, depois, se o Sr. Deputado estiver interessado em saber a razão pela qual, assinando o despacho que autorizou a contração do empréstimo em 23 de dezembro de 2009, a tutela das finanças e a tutela da defesa, indiretamente, avalizaram o acordo extrajudicial conseguido, eu terei todo o gosto em explicar-lhe.

O penúltimo bloco de perguntas que o Sr. Deputado me fez diz respeito ao processo de reestruturação.

Quanto à questão de saber por que é que o processo chegou aos gabinetes em fevereiro de 2010 e neles ficou, digo-lhe que não ficou, pois foi remetido no mesmo mês de fevereiro de 2011 à Direção-Geral do Tesouro que produziu sobre ele uma informação, em maio de 2011, a qual teve uma proposta de despacho do respetivo diretor-geral e teve depois o acordo, nos termos em que o Sr. Deputado o caracterizou genericamente, do Sr. Secretário de Estado do Tesouro e Finanças.

Portanto, Sr. Deputado, pode estar descansado sobre isso, porque não foi qualquer motivo eleitoral, eleitoralista ou de natureza política que motivou qualquer congelamento do processo de reestruturação nos gabinetes dos responsáveis governamentais das áreas da defesa e das finanças. Pelo contrário, esse processo seguiu para o respetivo estudo e avaliação técnica, por parte da Administração Pública competente, neste caso, a Direção-Geral do Tesouro e Finanças.

O Sr. Deputado há de concordar que esse cálculo político, eleitoralista, nem sequer era possível — houve eleições em junho, porque o Governo se demitiu em março, não porque estivessem marcadas em

fevereiro — e também há de concordar que analisar tecnicamente, com cuidado e critério, três cenários desse plano de reestruturação, um dos quais implicava um custo financeiro para o acionista na ordem dos 200 milhões de euros, outro implicava um custo financeiro para o acionista na ordem dos 150 milhões de euros, se não me falha a memória, e outro um custo financeiro para o acionista na ordem dos 97 milhões de euros, não podia fazer-se num dia, numa semana ou num mês.

Aliás, a informação da Direção-Geral do Tesouro é muito importante a esse propósito, até porque chama a atenção para o facto de que foi pedido um primeiro esclarecimento à administração da empresa logo, em fevereiro, um segundo em março e, portanto, houve um diálogo normal entre a Administração Pública e a administração da empresa, de que resultou, em maio, a informação técnica que aconselhou os membros do Governo, por razões que também posso detalhar, se alguém as quiser saber, a aprovar o terceiro dos cenários propostos.

Por que é que não foram adotadas as medidas propostas? Porque, entretanto, o XVIII Governo cessou funções no dia 23 de junho de 2011 e o XIX Governo deu indicações, inteiramente legítimas, à Administração para parar com esse processo de reestruturação. Portanto, essa pergunta não me pode ser dirigida a mim, que não fiz parte do XIX Governo, mas, sim, do XVIII Governo.

Quanto aos auxílios estatais e sobre a questão de saber por que é que eu — foi a formulação que o Sr. Deputado usou por simpatia, mas permita-me que entre no jogo e use também o pronome pessoal — dei 180 milhões de euros de ajudas aos Estaleiros Navais de Viana do Castelo, a resposta é não, eu não dei 180 milhões de euros de ajudas aos Estaleiros Navais. Vários Governos, entre 2006 e 2012, adiantaram, sob a forma de suprimentos, empréstimos, ou outras formas que, tecnicamente, não sei

detalhar, porque não sou de finanças, verbas que, no entendimento da Comissão Europeia, tendo em vista as informações prestadas à Comissão pelo XIX Governo, totalizavam 180 milhões de euros. Desses 180 milhões de euros, 120 milhões foram mesmo formalizados pelo XIX Governo, em 2012. Portanto, nem sequer eu dei 180 milhões de euros e o «eu» que deu dois terços destes 180 milhões de euros não é um «eu» que esteja fisicamente representado aqui por mim próprio.

Insisto que este ponto é muito importante, porque, do meu ponto de vista, muitos Governos tentaram salvar aquilo que todos eles consideraram ser uma capacidade estratégica que o País não deveria perder. Aliás, nos esclarecimentos prestados pelo Governo português, em nome de Portugal, à Comissão Europeia, em 2013, esse argumento é repisado e, do meu ponto de vista, muito bem. No parágrafo (4) — não sei se não se chama cláusula — da página 95/120 do *Jornal Oficial da União Europeia*, de 3 de abril de 2013, é enfatizado, e julgo que bem, de forma muito clara, que os Estaleiros são o único estaleiro em Portugal com capacidade para construir navios de guerra. Sei que o Sr. Deputado é muito influente nesta Câmara, e tem todas as razões para o ser, e parece-me que não cumpriria todas as responsabilidades que tenho e que continuarei a ter para com as Forças Armadas do meu País, com as quais trabalhei no passado, se não chamasse a atenção da Câmara para a delicadeza de, tendo os Estaleiros perdido esta capacidade, poderem vir a perder a capacidade de reparação e manutenção naval militar, hoje detida pelo Arsenal do Alfeite.

Finalmente, perguntou o Sr. Deputado por que é que as ajudas de Estado não foram notificadas previamente à Comissão e eu respondo-lhe que não o foram, exatamente porque não eram ajudas de Estado.

O Governo português, em 2006, tentou conceder um conjunto de ajudas de Estado aos Estaleiros e, para isso, solicitou autorização à

Comissão, a qual lhe foi negada. As verbas de que a Comissão, hoje, diz ter dúvidas sobre se hão de ser ou não consideradas ajudas de Estado foram verbas inscritas na relação normal entre um acionista e a empresa de que é 100% acionista e entre o acionista dessa empresa, a EMPORDEF, acionista a 100% da empresa Estaleiros Navais, no âmbito da normal relação financeira e das responsabilidades sociais que competia a esse acionista Estado não satisfazer, naturalmente, mas garantir que fossem satisfeitas.

Aliás, chamo, também, a atenção para que este entendimento de que não se trataram de ajudas de Estado é um entendimento que nos une a todos. Na resposta que deu à Comissão, em nosso nome, o XIX Governo é também enfático, e bem, do meu ponto de vista, ao dizer, na cláusula (27), que Portugal considera que as medidas anteriores — estes 180 milhões de que falamos — concedidas aos Estaleiros não constituem auxílios estatais.

A Comissão também é clara ao dizer que, se constituíssem e não tivessem sido notificadas previamente, estaríamos aqui perante uma ilicitude.

Julgo que respondi a todas as questões colocadas pelo Sr. Deputado Abel Baptista.

A Sr.^a **Presidente**: — Sr. Deputado Abel Baptista, está satisfeito?

O Sr. **Abel Baptista** (CDS-PP): — Sim, Sr.^a Presidente.

A Sr.^a **Presidente**: — Tem, então, a palavra o Sr. Deputado António Filipe.

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Sr.^a Presidente, Sr. Prof. Augusto Santos Silva, os meus cumprimentos.

De entre as várias questões que gostaria de lhe colocar,...

A Sr.^a **Presidente**: — Sr. Deputado, peço desculpa, mas estão aqui a dizer-me que, de acordo com a rotação, agora seria a vez do PSD e não do PCP. Há pouco, falámos sobre isso e definimos que seria o CDS-PP, em substituição do Bloco de Esquerda, por causa da troca feita na outra reunião, pelo que pode colocar-se esta questão.

Se o Sr. Deputado não se opuser...

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Não tenho qualquer problema.

A Sr.^a **Presidente**: — Não tem qualquer problema em que, agora, seja o PSD a colocar questões?

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Não, não, Sr.^a Presidente. Se, de facto, o CDS, hoje, fez as suas perguntas em substituição do Bloco de Esquerda, dado que houve uma troca na anterior reunião, parece-me que tem lógica que seja o PSD a seguir.

A Sr.^a **Presidente**: — Exatamente, tem lógica.

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Aliás, no início desta reunião, era com isso que eu estava a contar.

A Sr.^a **Presidente**: — Muito obrigada, Sr. Deputado António Filipe.

Então, é o Sr. Deputado Fernando Negrão que, em nome do PSD, vai colocar as questões.

Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. **Fernando Negrão** (PSD): — Sr.^a Presidente, Sr. Prof. Augusto Santos Silva, cumprimento-o e quero dizer-lhe que ouvi com a maior atenção a sua exposição introdutória. Comecei por reter que anunciou aqui a possível privatização do Alfeite. Espero que, com isso, não queira desviar as atenções do objeto da Comissão. Tenho a certeza que não é isso e, portanto, não é isso que vamos, de todo, discutir.

Um outro ponto que retirei foi o de que a sua intenção principal era a de atacar a raiz dos problemas. Porém, Sr. Professor, olhando para aquilo que tem sido a vida dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo, fico sempre sem saber se efetivamente havia vontade dos vários Governos e das várias administrações dos Estaleiros de atacar a raiz dos problemas. Isto, porque, entre 2006 e 2010, foram realizadas 13 novas construções e nenhuma deu lucro, Sr. Professor, sendo que se acumulou um prejuízo de 100 763 653,13 € — era este o passivo no fim do Governo de que V. Ex.^a era Ministro da Defesa Nacional.

Para além disso, Sr. Professor, ouvimos aqui com a maior atenção o Presidente do Conselho de Administração da EMPORDEF e de certeza que saímos daqui todos, no mínimo, indignados — e indignados com a gestão que foi feita dos Estaleiros. E digo a «gestão» por uma razão: porque a responsabilidade pela situação a que os Estaleiros chegaram não é, nem nunca foi, dos seus trabalhadores, foi sempre de quem geriu aqueles Estaleiros. E a gestão foi sempre incompetente e desastrosa — incompetente e desastrosa, Sr. Professor!

Por outro lado, quero dizer-lhe que, quando tomou posse, em 26 de outubro de 2009, os Estaleiros estavam na situação de falência técnica — e isto é atestado pelo relatório da Inspeção-Geral de Finanças, em 2009.

E, no *Jornal Oficial da União Europeia*, esse a que o Sr. Professor se referiu, vem publicado um estudo feito pela Direção-Geral da Concorrência sobre a situação económica e financeira dos Estaleiros, onde vem expressamente dito o seguinte: «Tem registado continuamente prejuízos significativos, desde, pelo menos, 2000» e «tem tido um capital próprio negativo, desde, pelo menos, 2009», ano em que V. Ex.^a tomou posse como Ministro da Defesa Nacional, sendo que, em 2009, o prejuízo de capital próprio negativo era de 26,62 milhões de euros, em 2010, subiu para 74,49 milhões de euros negativos e, em 2011, era de 124,22 milhões de euros de capitais negativos.

Ou seja, os Estaleiros Navais de Viana do Castelo preenchem todos os requisitos para que, no âmbito do artigo 35.º do Código das Sociedades Comerciais, se pudesse dar início a um processo de falência. Era esta a real situação dos Estaleiros.

Por isso, Sr. Prof. Augusto Santos Silva, pergunto-lhe se acompanhou, ou não, este descalabro dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo, se tem alguma explicação para o acontecido e se tomou algumas medidas para evitar este aumento sucessivo de capital próprio negativo.

Em segundo lugar, entre outubro de 2009 e junho de 2011, os Estaleiros Navais de Viana do Castelo tiveram três composições distintas nos seus conselhos de administração. E a pergunta é obviamente esta: porquê esta instabilidade nas composições dos conselhos de administração e que orientações é que deu durante esse período para a gestão dos respetivos Estaleiros?

Relativamente à reestruturação, Sr. Professor, havia efetivamente um plano de reestruturação. Já aqui foi perguntado o porquê de não ter havido qualquer despacho entre fevereiro e novembro, altura em que esse plano foi objeto de despacho.

O Sr. Prof. Dr. **Augusto Santos Silva**: — Foi em junho!

O Sr. **Fernando Negrão** (PSD): — Sim, em junho.

Então, pergunto-lhe o seguinte: no despacho dado pelo Sr. Secretário de Estado do Tesouro e Finanças e o Sr. Secretário de Estado da Defesa, o Sr. Professor concorda com o despedimento de trabalhadores, quando não é definido um rumo para a empresa, quando não é definida uma estratégia para a empresa? É que ainda não estava definida essa estratégia para a empresa e já se autorizava o despedimento de uma parte significativa dos trabalhadores. O Sr. Professor concorda ou não com essa forma de gestão?

Depois, gostaria de saber se reuniu com o Presidente da Câmara Municipal de Viana do Castelo e se ele, nessas reuniões que eventualmente possa ter tido com ele, manifestou concordância com a reestruturação e com os despedimentos. Pergunto-lhe ainda se reuniu com a Comissão de Trabalhadores, se discutiu esse plano de reestruturação e se a Comissão de Trabalhadores estava de acordo com o mesmo, designadamente com os despedimentos.

Sr. Professor, agora, vou regressar ao navio *Atlântida*. O que aconteceu com o navio *Atlântida* já foi classificado como a última «machadada» nos Estaleiros Navais de Viana do Castelo. E, como sabemos, houve aqui um prejuízo de 40 milhões de euros num acordo feito entre os Estaleiros Navais de Viana do Castelo e o Governo Regional dos Açores, que, no fundo, é o titular da Atlânticoline, que é a empresa pública detentora do navio construído.

Nesse acordo ficou assente que não só rejeitavam o *Atlântida* como abandonavam a construção do outro *ferry*, o *Anticiclone*.

Ora, pergunto-lhe o seguinte, Sr. Professor: como é que qualifica este acordo entre duas empresas públicas, quando existem dois pareceres de dois ilustres professores, já aqui citados, dizendo que estamos perante um exercício abusivo de direito, relativamente a este acordo feito entre estas duas empresas públicas?

Por outro lado, pergunto-lhe se acha que foram bem defendidos os interesses dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo.

E, agora, quero colocar-lhe uma questão muito precisa, Sr. Professor. Em novembro de 2009, a EMPORDEF deu nota de que o acordo previa um pagamento de 32 milhões de euros à Atlânticoline. E, em dezembro, ficou acordado o pagamento de 40 milhões de euros. Como é que se justifica este aumento? Qual é a justificação para este aumento?

Pergunto-lhe ainda o seguinte: a Estaleiros Navais de Viana do Castelo contraiu um empréstimo de 37 milhões de euros. Por que razão é que só foram pagos 32 milhões de euros? Isto aconteceu?

O Sr. Prof. Dr. **Augusto Santos Silva**: — Sim, senhor!

O Sr. **Fernando Negrão** (PSD): — Para onde foram os 5 milhões de euros em falta? É uma pergunta que circula e para a qual ainda não encontramos resposta.

Por último, relativamente ao navio *Atlântida*, por que razão validou este acordo?

Sr. Professor, relativamente aos asfalteiros, há uma questão muito concreta que me parece da maior relevância. Relativamente ao contrato assinado em maio de 2009 e que devia entrar em vigor em fevereiro de 2011, no valor global de 128,9 milhões de euros, o primeiro pagamento, no valor de 12,89 milhões de euros e no âmbito de 13 itens a pagar, ocorreu

em fevereiro de 2011. Deste montante, apenas 3,5 milhões de euros foram utilizados na execução deste contrato.

As minhas perguntas, muito concretas, são estas: onde foram gastos os restantes milhões? Por que razão foram ignoradas as regras das contas públicas? E, por último, estava ciente do prejuízo que isto causava à empresa?

Ou seja, Sr. Professor, mais uma vez, não queria deixar de referir aqui que o que tornou inviável o encerramento dos Estaleiros não foi a ação do Governo posterior a V. Ex.^a, o que tornou inviável o encerramento dos Estaleiros foi a ação dos sucessivos Governos — responsabilidades políticas — e a ação dos sucessivos conselhos de administração que, incompetentemente, deixaram os Estaleiros chegar à situação a que chegaram.

Vou dar-lhe só o seguinte exemplo (e isto foi dito aqui pelo Presidente do Conselho de Administração da EMPORDEF): nas sucessivas gestões, concluiu-se que, quanto menor eram os níveis de produtividade dos Estaleiros, maior era o aumento dos vencimentos.

O Sr. Professor diga-me se isto são boas práticas de gestão e se não foram estas as razões — e também as já aqui aduzidas por mim — que levaram efetivamente ao encerramento dos Estaleiros e à situação em que nos encontramos agora.

A Sr.^a **Presidente**: — Sr. Prof. Augusto Santos Silva, tem a palavra para responder.

O Sr. Prof. Dr. **Augusto Santos Silva**: — Sr.^a Presidente, cumprimento também o Sr. Deputado Fernando Negrão e agradeço todas as questões que colocou.

Sr. Deputado, começo por lhe agradecer imenso — e, tenha a certeza, será uma gratidão para o resto da minha vida — a informação que começou por dar e que me sossega absolutamente. Portanto, se a notícia de jornal que li (porque agora é esse tipo de informação que tenho sobre as questões relativas à defesa e segurança nacional) e que me levou a temer que estivesse em curso ou projetada a privatização do Alfeite, for falsa, como parece depreender-se das suas palavras, o meu alerta cai por terra e eu fico contentíssimo. É que eu acho absolutamente essencial que o País preserve competências próprias nacionais, em matéria de manutenção, construção e reparação naval militar. Portanto, espero poder tomar por boa essa sua informação, que desmente afirmações atribuídas à Sr.^a Secretária de Estado da Defesa Nacional, afirmações certamente mal atribuídas. O engano é certamente meu e eu fico muito, mas mesmo muito, satisfeito por estar enganado — oxalá esteja enganado!... —, nesta matéria.

E também tomáramos nós, Sr. Deputado, que se tivesse tornado inviável o encerramento dos Estaleiros, pois, nesse caso, não estaríamos aqui! O problema é que se tornou inviável a atividade dos Estaleiros. Eu conheço — e por isso achei que fazia parte dos meus direitos de inquirido referir-me logo, na intervenção inicial, a essa linha de argumentação, embora com a elegância que toda a gente espera que eu tenha nesta ocasião — eu conheço, dizia, esse argumento, porque também o li, o argumento segundo o qual a certidão de óbito ou o prego no caixão dos Estaleiros tinha sido o fracasso do contrato com a Atlânticoline.

Sabe, Sr. Deputado, tendo sempre a desconfiar de administrações — e, quando tive responsabilidades públicas, durante alguns anos, foi sempre esse o meu critério — que, para justificar o que não fazem, se entretêm a deitar as culpas nas administrações anteriores. Isto, um pouco como nos Governos, mas nos Governos ainda percebemos, porque o debate político

continua e não há democracia sem debate político. Agora, ao nível profissional, que deve ser o das administrações das empresas, nunca uso como fonte segura coisas que administrações presentes me vêm dizer sobre o que fizeram administrações passadas e que não estejam documentadas.

Também é estranho pensar que uma empresa que tivesse morrido em 2008/2009, subseqüentemente, numa espécie de ressurreição ou, então, de atividade *post mortem*, tivesse concluído dois navios militares para a Marinha portuguesa, que a Marinha portuguesa aceitou. E, como o Sr. Deputado sabe, tão bem como eu, as missões de acompanhamento e fiscalização da Marinha são muito exigentes, os cadernos de encargos são exigentíssimos e, no caso do NRP *Viana do Castelo*, tratava-se de uma *première* absoluta em matéria de construção militar.

Os Srs. Deputados, que certamente conhecem estas questões com tanto pormenor como eu, hão de reparar que, por exemplo, esses novos navios de patrulha oceânica que os Estaleiros construía, e construía pela primeira vez, permitiam reduzir a guarnição, de mais de 100 marinheiros, para pouco mais de 30 marinheiros. Portanto, está a ver a complexidade técnica da operação. E os Estaleiros concluíram-na.

Os Estaleiros obtiveram a confiança de uma empresa que lhes encomendou dois navios asfalteiros, que eram também duas construções muito complexas.

Além disso, os Estaleiros propuseram ao acionista um plano de reestruturação que teria evitado o seu encerramento.

Portanto, não me parece ser possível descrever como «morto» alguém capaz disto.

Estou totalmente de acordo com o Sr. Deputado, quando diz que nada disto foi por culpa dos trabalhadores e por isso mesmo é que me custa que, no fim do dia, as vítimas tenham sido os trabalhadores, mas mesmo os

606 trabalhadores, à altura do encerramento da empresa. Todos eles foram convidados a rescindir e todos eles foram convidados a rescindir na base de «ou rescindem ou há despedimento coletivo, porque a empresa vai ser encerrada». Por isso mesmo é que sempre preferi planos de reestruturação que fossem duros — porque era preciso serem duros, exatamente pela situação que o Sr. Deputado descreveu parcialmente e que vou já descrever integralmente —, mas que salvassem a empresa e, portanto, salvassem muitos postos de trabalho. É que podemos dizer que os Estaleiros tinham muitas debilidades, mas nenhuma delas era imputável ao brio, à qualificação profissional e à dedicação dos respetivos trabalhadores.

Em relação às questões em concreto, perguntou, em primeiro lugar, se eu conhecia a situação que o Sr. Deputado descreveu como de «descalabro». É uma expressão que é viva e, como sabem, gosto de expressões vivas, não é errada — talvez um gestor pudesse dizer que é exagerada, mas, se me permite, gosto de caracterizações vivas e, portanto, tomo essa —, é uma situação que poderia ser descrita como de iminente falência técnica e, portanto, tornava também absolutamente necessária, inadiável e indispensável uma reestruturação profunda. Quem quer que quisesse salvar a empresa, quem quer cujo propósito não fosse encerrar a empresa teria de a reestruturar e de a reestruturar de forma bastante dura, indo à raiz dos problemas, como tentei dizer.

O Sr. Deputado engana-se, quando procura circunscrever esse período de resultados negativos, de crescimento do passivo dos Estaleiros, ao período entre 2006 e 2011.

O Sr. Fernando Negrão (PSD) — 2010!

O Sr. Prof. Dr. **Augusto Santos Silva**: — Não sei que características tem esse período que tanto o encantem, mas a realidade dos factos não é essa, a realidade dos factos é que os Estaleiros Navais de Viana do Castelo têm resultados líquidos negativos desde 1998 — os primeiros — e, nos últimos 17 anos, até 2009, de 2000 a 2009, os Estaleiros nunca geraram resultados líquidos positivos.

O Sr. **Fernando Negrão** (PSD): — Mas eu disse isso!

O Sr. Prof. Dr. **Augusto Santos Silva**: — Era só para alargar o período.

O Sr. **Fernando Negrão** (PSD): — Mas eu alarguei, depois.

O Sr. Prof. Dr. **Augusto Santos Silva**: — Muito bem, estamos de acordo.

Por que é que seis Governos, de várias orientações políticas e de várias composições, persistiram no esforço de não aplicar aos Estaleiros o raciocínio típico de acionistas reunidos, verificando que a sua empresa não estava a distribuir dividendos, pelo contrário, estava a acumular passivo? Porque seis Governos, de várias orientações e composições políticas, muito diferentes entre si, tinham esta coisa em comum: todos eles entendiam que a construção militar que os Estaleiros Navais de Viana do Castelo passaram a estar autorizados e qualificados para fazer, por resolução do Conselho de Ministros de 2000, era uma competência estratégica, uma capacidade estratégica de que o País não devia abdicar. Foi, por isso, aliás, que, em 2000, na altura, um Governo minoritário do Partido Socialista não só tomou a decisão de autorizar, de qualificar os Estaleiros como a empresa

qualificada para a construção militar naval, e encomendou um navio polivalente logístico e alguns navios de patrulha oceânica, como, depois, em 2004, o Governo PSD/CDS, de que, aliás, o Sr. Deputado foi um ilustre membro (pelo menos no segundo), procurou redefinir essa encomenda, retirando o LPD (*landing platform dock*) da encomenda contratualizada, mas acrescentando cinco lanchas de fiscalização costeira.

Todos estes Governos sabiam que estavam a mandar os Estaleiros para realizar operações técnicas complexíssimas, sujeitas a cláusulas e regras muito, mas mesmo muito elaboradas, contudo, estavam a permitir que a empresa pudesse ter não só uma válvula de segurança, um espaço para respirar, mas também uma oportunidade para se qualificar técnica e comercialmente nesta área.

É talvez isso que torna contrastante... Para uma Comissão cujo título é o apuramento das responsabilidades no processo que conduziu à subconcessão dos Estaleiros, o tema é relevante, do meu ponto de vista, mas é isto que torna contrastante a atitude que o Estado português tomou, através das autoridades legítimas, salvo erro, até outubro de 2012, que foi a de tentar preservar uma capacidade nacional própria em construção naval, especificamente ou com a valência de construção naval militar, que faz toda a diferença, aliás, assim, podendo invocar, como foi invocado em 2000, e como poderia ter sido invocado em 2012, o artigo 206.º ou 106.º do Tratado de Roma, se não me falha a memória, que, evidentemente, excetuava das regras da concorrência no mercado interno encomendas determinadas por questões de segurança nacional, como os navios militares, com a atitude que o Estado português passou a tomar desde outubro de 2012. E este contraste é que me parece merecer apreciação, mas não me compete a mim fazê-la, compete-me a mim apenas lembrar ou constatar esse contraste, porque são duas linhas de atuação muito

diferentes. Porém, é a primeira linha de atuação que permite perceber que, em 2003, em 2004, em 2005, em 2006, em 2007, em 2008, em 2009, em 2010 e no primeiro semestre de 2011, o Estado português tenha olhado para os Estaleiros como uma empresa doente, com doenças graves, mas que importava submeter a uma operação difícil e dolorosa para salvar, mas não era salvar a empresa, era salvar a capacidade nacional nesta área.

Que explicação é que eu encontro para as dificuldades da empresa? Tentei dizê-lo no princípio, mas repito-o com todo o gosto.

Há explicações de natureza estrutural, que são exógenas, que não estavam na nossa mão.

Quando as administrações, certamente todas muito competentes — não é isso que discuto, não tenho autoridade para discutir competência profissional em matéria de gestão —, eram solicitadas à realização de encomendas (os equipamentos militares, por natureza, foram atribuídos por ajuste direto, por resolução do Conselho de Ministros, como é próprio das coisas, não fazemos propriamente concursos para navios, dizendo «Vamos agora abrir um concurso para ver de que navio precisa a Marinha»), as administrações chamavam a atenção para que o preço praticado por estaleiros na Coreia do Sul era 5, 10 ou 30 vezes inferior aos preços que os estaleiros da Europa Ocidental, quer o de Viana de Castelo, quer o de Vigo — para falar só das duas margens do rio Minho —, estavam em condições de praticar. Houve uma deslocação do mercado de construção naval para Leste e, evidentemente, esta é a razão estrutural das dificuldades dos Estaleiros. Só um demagogo pode dizer que essas alterações estruturais e exógenas são superáveis por orientações de gestão ou por gestões.

Mas os Estaleiros tinham também dificuldades próprias. Estou totalmente de acordo com o Sr. Deputado, quando diz que a principal não era a dos trabalhadores, mas era sobretudo a sua tecnoestrutura. Era, pois,

necessário agir com clareza, quer do ponto de vista da gestão comercial e financeira dos Estaleiros, quer do ponto de vista da gestão técnica e de pessoal. E por isso é que o plano de reestruturação de que sou corresponsável previa medidas como o redimensionamento do pessoal da empresa.

Na altura em que o plano de reestruturação foi aprovado pelo Estado, a empresa contava com 766 trabalhadores, dos quais grande parte não tinha serviço atribuído nem podia ter. Uma das componentes essenciais do plano de reestruturação era reduzir o número de trabalhadores para um valor, então, estimado de 344 postos diretos mais 200 indiretos e, portanto, reduzir em cerca de um terço o volume de força de trabalho a que os Estaleiros recorriam.

Por que é que era preciso fazer isso? Porque esse era o custo mais importante dos custos fixos da empresa e os custos fixos da empresa eram de tal forma, em proporção, isto é, o seu rácio sobre o total de custos era de tal forma que a empresa não era, pura e simplesmente, capaz de gerar *cash-flow* nem resultados positivos, fossem eles EBITDA (*Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*), antes de impostos ou depois de impostos. Portanto, era preciso atacar esse problema.

Era preciso atacar também outro problema que a empresa tinha, que não valia a pena contornar, que era um problema de produtividade. Por isso, outra das medidas essenciais do programa de reestruturação era a passagem do horário de trabalho da empresa das 37 horas semanais, que então eram praticadas, para as 40 horas semanais, o que constituía o padrão médio no setor privado, então, em Portugal.

Também se propunha que a resolução da questão financeira nos Estaleiros se pudesse fazer sem suscitar quaisquer dúvidas de ajudas de Estado ilegítimas, por parte da Direcção-Geral da Concorrência europeia.

Por isso, a proposta era a de que o Estado, isto é, a EMPORDEF e o Tesouro, mas sobretudo a EMPORDEF, transformassem em capital a dívida que os Estaleiros tinham acumulado face à sua própria *holding* e ao seu próprio acionista.

Evidentemente, também estavam previstas medidas importantes, do ponto de vista da gestão de encomendas por parte dos Estaleiros. E o conjunto destas medidas garantia, dava bases de sustentabilidade sólidas (a expressão é da Direcção-Geral do Tesouro) para que a empresa pudesse passar, a breve prazo de dois ou três anos, a resultados anuais positivos e estivesse em condições de abrir parte do seu capital a privados, estando, aliás, previsto no programa de reestruturação um encaixe futuro de 100 milhões por via dessa abertura.

Portanto, evidentemente, todos podem dizer que estas medidas estão erradas, que estas medidas eram inadequadas, que estas medidas eram demasiado duras, mas não se pode dizer, como a pergunta do Sr. Deputado insinua, que elas não foram tomadas. Pois, se tomei medidas!... E que medidas!... Medidas que, aliás, exigiam uma determinação e uma vontade tais que foram, à primeira contestação, descartadas por Executivos subsequentes, em decisões inteiramente legítimas. Lamento apenas que se tenham, então, criado expectativas que qualquer pessoa minimamente conhecedora do *dossier* tinha a obrigação de saber que eram irrealizáveis. Até se chegou a prometer publicamente que não só permaneciam todos os postos de trabalho dos Estaleiros, como iam ser criados mais postos de trabalho.

Por que é que houve três composições do conselho de administração durante 2010 e 2011? Por duas razões muito simples. A primeira razão — até coro a dizê-la, por ser tão simples — foi porque o mandato do conselho de administração terminou em 2009 e era necessário substituí-lo, ou seja,

encontrar um novo conselho de administração, que podia ser composto pelas mesmas pessoas. Portanto, certamente, tinha de haver dois conselhos de administração, porque um terminava o mandato no fim de 2009 e, como todos sabem, melhor do que eu, os mandatos nas empresas terminam formalmente no ano civil, mas, na prática, é só depois de a assembleia geral fechar as contas, na primavera ou no verão, e, neste caso, o conselho de administração até foi eleito em setembro do ano seguinte, em 2010.

Portanto, mesmo que tivessem sido reconduzidos todos os membros do conselho de administração, pela natureza das coisas, haveria dois conselhos de administração.

A nossa opção não foi essa, porque, como tentei explicar, um dos objetivos essenciais foi dotar os Estaleiros de uma administração que lhes fosse própria. O que acontece é que, no mandato que vigorava até 2009, a gestão dos Estaleiros era assumida pelos mesmos administradores da EMPORDEF, que fizeram um belíssimo trabalho, na minha opinião, o que não quer dizer nada, porque sou muito romano em matéria de entendimento da responsabilidade política, ou seja, quem quer que trabalhe comigo faz um excelente um trabalho, pelo que sou parte interessada, mas, na minha opinião, fizeram um excelente trabalho, e pareceu-nos importante que para este tipo de programa que era preciso fazer não só houvesse na administração pessoas que já tivessem feito, com sucesso, operações igualmente difíceis e duras de reestruturação de empresas, como pessoas que tivessem uma ligação clara com a Marinha, que era o principal cliente nacional dos Estaleiros, bom conhecimento tecnológico e enraizamento local.

Dizem-se muitas coisas, eu não gosto de falar no «diz que disse», mas os Srs. Deputados também devem ter ouvido, porque eu ouvi muitas vezes, queixas a dizer que um dos problemas era o de que a administração

não tinha um enraizamento local e até em Viana do Castelo corriam rumores — como em todos os rumores, acrescenta-se sempre um ponto por cada conto que é contado, mas têm sempre algum fundamento —, segundo os quais as pessoas não conheciam bem o registo, tinham atividades múltiplas que não permitiam estarem dedicados a tempo inteiro àquela empresa específica... Bom, por todas essas razões, entendemos que era melhor constituir uma administração própria para os Estaleiros, distinta da administração da EMPORDEF.

Depois, a segunda razão para a recomposição do conselho de administração foi o facto de um dos administradores ter pedido a demissão e ter sido substituído. Basta lembrarmo-nos do que se sucedeu em julho e agosto de 2011, com a demissão do conselho de administração, a nomeação de outro, umas declarações telefónicas, a subsequente apresentação de demissão, para perceber que estas coisas sucedem nas empresas. Às vezes, as pessoas ou não se entendem umas com as outras ou estão à espera de uma coisa e aparece-lhes outra. Portanto, eu não atribuiria especial importância a este facto, o que importa é que a linha de orientação era clara e foi esta que procurei mostrar.

Pergunta-me o Sr. Deputado se procurei obter a concordância da Comissão de Trabalhadores e do Presidente da Câmara de Viana do Castelo para o processo de reestruturação. A minha resposta é não.

O Sr. **Fernando Negrão** (PSD): — Sr. Professor, desculpe, se teve reuniões com eles e se eles concordaram ou não. Qual a posição deles relativamente ao plano de reestruturação? Foi essa a pergunta, não era a concordância, de maneira nenhuma.

O Sr. Prof. Dr. **Augusto Santos Silva**: — O Sr. Deputado é o primeiro a achar que no dia em que nós fizemos depender, deixaremos de merecer ser membros do Governo.

O Sr. **Fernando Negrão** (PSD): — Não foi essa a pergunta!

O Sr. Prof. Dr. **Augusto Santos Silva**: — Como disse, houve contactos com a Câmara Municipal de Viana do Castelo e com a Comissão de Trabalhadores, desenvolvidos, ao nível do Governo, pelos membros do Governo que tinham as competências delegadas nessa matéria.

Também como disse logo no princípio, e repito, não há aqui nenhum biombo, pois durante os nove anos em que fui membro do Governo, quem quer que falasse, e não com o Secretário de Estado, mas com um membro do meu Gabinete, estava a falar comigo. Como sabe, não podemos ir a todas, por isso é que existem secretários de Estado, diretores-gerais e se faz a delegação de competências, mas quem quer que falou com o meu Secretário de Estado e o que quer que o meu Secretário de Estado tenha dito, era como se estivesse a falar comigo e fosse eu a responder. A minha responsabilidade é total.

Quanto a ter procurado saber se havia a concordância, evidentemente que a Comissão de Trabalhadores da empresa não podia concordar com o plano de reestruturação, como a Comissão de Trabalhadores da RTP, que foi outra empresa com um processo de reestruturação também muito duro e com a qual eu tive de lidar, nunca pôde concordar. Mas cada um faz o seu papel e o meu papel não é procurar saber se os interesses concordam com a estratégia política.

O Sr. **Fernando Negrão** (PSD): — Perfeitamente de acordo!

O Sr. Prof. Dr. **Augusto Santos Silva**: — Em relação à questão do navio *Atlântida*, pergunta como é que qualifico o acordo extrajudicial.

Sr. Deputado, é muito fácil — penso eu — responder a essa pergunta, vindo a pergunta de uma pessoa que tem uma notável experiência como Deputado e como membro do Governo.

Um Governo tem programa político, responde perante a Assembleia, executa esse programa político e tem uma estrutura, que não é o Governo, mas a estrutura de serviços que constitui aquilo que, em termos gerais, se pode chamar Administração Pública e, em particular, administração central.

O acordo extrajudicial que foi obtido entre as duas empresas públicas, a Atlânticoline e os Estaleiros Navais de Viana do Castelo, cumpria, em primeiro lugar, uma recomendação expressa no relatório produzido pelas Inspeções-Gerais da Defesa e das Finanças, que expressamente recomendaram às duas empresas que procurassem um acordo extrajudicial.

Também cumpria o despacho apostado sobre esse relatório conjunto das Inspeções-Gerais das Finanças e da Defesa pelas respetivas tutelas, em agosto de 2009, que expressamente cometem à empresa pública nacional, os Estaleiros Navais de Viana do Castelo, que das diligências para realizar esse acordo extrajudicial não podiam resultar encargos adicionais para o acionista. E a informação técnica da Direção-Geral do Tesouro e Finanças, com base na qual o Secretário de Estado do Tesouro propôs o despacho de autorização da contração de crédito bancário no valor de 37 milhões por parte da empresa, diz expressamente que a realização de um acordo extrajudicial aponta para uma vantagem entre 2 a 6 milhões de euros para a empresa, comparado com o recurso ao tribunal arbitral ou a outra forma de demanda judicial.

Portanto, é com base neste trabalho técnico das inspeções da Direção-Geral do Tesouro e Finanças que os membros do Governo dão o seu acordo a que, através de uma deliberação social, unânime, por escrito, se autorize a EMPORDEF a contrair um crédito bancário no valor de 37 milhões de euros, o que, de facto, não é uma autorização *ex novo*.

Quando a Atlânticoline denunciou o contrato, alegando incumprimento contratual dos Estaleiros, em abril de 2009, executou logo as garantias bancárias *first demand* e a empresa Estaleiros pediu imediatamente ao Tesouro um empréstimo no valor de 32 milhões de euros, exatamente para poder cumprir essa garantia bancária *first demand*, se ela fosse acionada, isto é, se perdesse a providência cautelar que imediatamente interpôs.

Portanto, em dezembro, não estávamos a fazer uma autorização *ex novo* de uma contração de crédito, estávamos a repriminar, quase que se podia dizer assim, uma autorização que tinha sido dada logo em abril e que não tinha sido utilizada pela empresa, porque, entretanto, a providência cautelar foi aceite e os seus termos corriam.

A EMPORDEF solicitou autorização para o empréstimo na ordem de 37 milhões de euros. Como está bem explicado na informação técnica da Direção-Geral do Tesouro e Finanças, esses 37 milhões destinavam-se a garantir o pagamento, em 2009, de 32 milhões de euros — a primeira tranche prevista pelo acordo extrajudicial — e a reembolsar o Tesouro em 5 milhões, relativos a um empréstimo que o Tesouro tinha concedido.

Perguntarão alguns dos Srs. Deputados, mas não perguntará certamente o Sr. Deputado Fernando Negrão, que já foi membro do Governo, o seguinte: por que é que havia esta necessidade de o acionista autorizar a contração de crédito para que parte desse crédito fosse usado

para reembolsar um adiantamento do Tesouro? Exatamente porque não se tratava de ajudas de Estado,...

O Sr. **António Gameiro** (PS): — Era um empréstimo!

O Sr. Prof. Dr. **Augusto Santos Silva**: — ... exatamente porque a empresa Estaleiros de Viana do Castelo ou a sua *holding* EMPORDEF, quando tinham problemas de financiamento, de tesouraria e até de liquidez, que tiveram vários, ao longo destes anos, pelas razões já aqui suficientemente escarpelizadas, recorriam a financiamento do Tesouro. Aliás, como hoje recorre a REFER ou a CP — e a troica vive contente com isso! — e como sucede em todos os países que eu conheço, apesar de não saber o que se passa naqueles que não quero conhecer, mas naqueles que gosto de conhecer isto acontece várias vezes.

Mas, justamente, a lógica foi sempre a de adiantamentos, suprimentos e reembolsos, porque — não sei se aqui se usa a expressão usada no sistema bancário — o colateral, a garantia oferecida pela empresa eram as encomendas, nomeadamente a dos asfalteiros e, antes dela, a encomenda militar.

O programa de equipamento militar que o Ministro da Defesa, Paulo Portas, aprovou em 2004, e que já antes o Ministro da Defesa, Castro Caldas, tinha iniciado em 2000, era a melhor garantia da empresa, por ser a garantia de um programa de encomendas, que, evidentemente, estava sujeito às oscilações orçamentais do cliente. A Marinha, todos os anos, dos que tenho conhecimento, tinha cortes orçamentais no PIDDAC (Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central) ou em outras formas de investimento.

Sr. Deputado Fernando Negrão, peço desculpa, mas esqueci-me de referir, há pouco, ao Sr. Deputado Abel Baptista, e aproveito para corrigir agora, que, em 2010, uma das razões pelas quais tivemos de fixar limites mais baixos no orçamento para a LPM (Lei de Programação Militar) foi a de que, nesse ano, tivemos de pagar 1000 milhões de euros da compra dos submarinos.

Portanto, quem quer que tenha tido o mínimo de experiência em organizações sabe o que é gerir orçamentos.

Mas a encomenda da Marinha, tal como a encomenda dos asfalteiros, eram as melhores garantias que a empresa tinha para ir jogando e para ir fazendo gestão financeira. Por isso é que acho, na minha humilde opinião, que a interrupção da satisfação da encomenda dos asfalteiros nestes últimos dois anos e meio, assim como o cancelamento abrupto do programa militar foram — como hei de dizer? — não quero dizer terríveis, mas foram factos que devo constatar e que impediram a empresa de prosseguir um plano de reestruturação que não fosse ceifado pela Direção-Geral da Concorrência europeia, que, como todos sabemos, é absolutamente draconiana, para não dizer fundamentalista, neste domínio e, por isso, é que todos os Estados-membros, praticamente todos, têm os seus *dossiers* com a Direção-Geral da Concorrência, e poucos com a simpatia com que o Estado português a tem tratado.

Quanto à questão de saber por que é que eu validei o acordo, foi porque ele me pareceu ser não o *second best*, mas aquele cuja alternativa era pior. Mas, reparem, não foi porque eu pensasse assim, eu não sou o Rei Sol, eu não atuo politicamente pelo que eu penso, não! Foi porque foi essa a recomendação das inspeções-gerais, foi essa a recomendação das tutelas, foi esse o trabalho das administrações, foi esse o parecer técnico da Direção-Geral do Tesouro e foi esse o entendimento político das tutelas.

Qual é a lógica do acordo? Eu acho que é uma lógica que se compreende, se se partir do princípio de que os Estaleiros cometeram um erro crasso de incumprimento do caderno de encargos numa matéria como a da velocidade. Não sei dizer se essa matéria é ou não suficientemente importante para as operações que os navios tivessem de fazer — não acompanhei esse processo —, mas o que sei é que o acordo basicamente consiste no seguinte: os Estaleiros devolveram ao armador os adiantamentos que o armador tinha feito, por conta do *Atlântida* e por conta do *Anticiclone*; em troca, o armador declinou a utilização de todos os direitos e garantias que considerasse ter, designadamente as garantias *first demand*, as que são imediatamente executadas; depois, os Estaleiros ficaram com a disponibilidade plena dos dois navios — do navio construído e do navio em construção — e informaram quem de direito, neste caso, o Tesouro, de que havia potenciais interessados na aquisição do navio C-258, isto é, do navio *Atlântida*, designadamente a empresa canadiana fulano de tal. Se quiserem, posso, depois, dizer o nome.

Portanto, as circunstâncias eram estas.

De forma, aliás, bastante inteligente, os serviços jurídicos da empresa, imagino, conseguiram encaminhar a disputa para um tribunal administrativo, alegando que se tratava de um litígio entre duas entidades públicas, mas, a todo o momento, ele podia ser reencaminhado para um tribunal comercial, onde a posição dos Estaleiros seria mais frágil, pelo que foi este o acordo.

Com estas recomendações, com esta informação técnica da direção-geral competente, com este tipo de acordo, não me pareceu que houvesse qualquer indicação, do meu conhecimento, que pusesse em causa estes fundamentos. Como já disse ao Sr. Deputado, o conhecimento que tenho desses pareceres é o que resulta desta... Mas, mais uma vez, insisto:

mesmo que esses pareceres fossem conhecidos, é preciso dar a esses pareceres o valor que têm.

Qualquer pessoa que tenha tido responsabilidades em organizações ou em empresas sabe como é que fortalecemos as nossas posições, designadamente em litígios, recorrendo a pareceres, e sabe que a regra é a de que os pareceres tentem levar até ao limite as vantagens, poucas ou muitas, que nós tenhamos.

O Sr. **Fernando Negrão** (PSD): — Não há só pareceres, há também uma auditoria da Inspeção-Geral de Finanças e da Inspeção-Geral da Defesa Nacional.

O Sr. Prof. Dr. **Augusto Santos Silva**: — De quando?

O Sr. **Fernando Negrão** (PSD): — Se me permite, Sr.^a Presidente.

A Sr.^a **Presidente**: — Se for um inciso, Sr. Deputado, faça favor.

O Sr. **Fernando Negrão** (PSD): — Há uma auditoria conjunta, da Inspeção-Geral de Finanças e da Inspeção-Geral da Defesa Nacional, de meados de 2009, que considera que «A resolução (...) não se mostra adequada e proporcional ao incumprimento em causa (...)» e defende que as partes cheguem a «um acordo que minimize todas as implicações económicas e sociais que possam daí advir».

O Sr. Prof. Dr. **Augusto Santos Silva**: — Julgo que a auditoria a que o Sr. Deputado se refere é a inspeção extraordinária, mandada fazer pelos Ministérios das Finanças e da Defesa às respetivas inspeções-gerais. Essa

inspeção é anterior a outubro de 2009, ponto que aqui só interessa por questões meramente cronológicas, e determina — determina, não, porque as inspeções não podem determinar —, recomenda o seguinte: «Assim, tendo em conta o interesse público em causa,...» — e estou a citar as conclusões desse relatório — «... e tratando-se de duas empresas públicas, a não verificação de um acordo trará, inevitavelmente, implicações económicas e sociais para ambas as partes (...). Havendo outros mecanismos para a resolução do problema, devem as partes socorrer-se deles, nomeadamente, através de um acordo extrajudicial, (...)».

Sobre este relatório foi apostado, em agosto de 2009, o despacho de SS. Ex.^{as} os Ministros de Estado e das Finanças e da Defesa, não sei se por delegação de competências, mas, enfim, das tutelas das Finanças e da Defesa, que estabeleceu como orientação, e volto a citar, que «... qualquer eventual solução que envolva uma transação extrajudicial tenha em conta as conclusões da auditoria...» — esta, que o Sr. Deputado citou e que acabei também de citar — «... não devendo da mencionada transação resultar perdas adicionais para as entidades do setor empresarial do Estado envolvidas». E são esta recomendação e esta orientação de gestão que também servem à Direção-Geral do Tesouro para fundamentar a sua posição favorável à celebração do acordo extrajudicial.

Portanto, estamos a citar os mesmos documentos e estamos a citá-los no mesmo sentido. Claro que a decisão política não é uma ciência a 100%, estou certo de que outros membros do Governo, outros Governos poderiam decidir em sentido contrário. Imagino até que pudesse haver um Governo que, face à iminência de os Estaleiros serem demandados para a execução de uma garantia bancária, entregando dinheiro que não tinham e entrando, portanto, em falência não técnica, mas total, pudesse dizer: «Olha, é um

problema que desaparece. É só nomear uma comissão liquidatária, vender ativos, pagar a credores e temos o problema resolvido».

Mas, insisto, até outubro de 2012, essa não foi a posição do Estado português. Desde há muitos anos, desde 2000, quando qualificou os Estaleiros para a construção militar naval, o Estado português, através dos Governos que legitimamente o representam para estes efeitos, teve a linha de ação contrária, ou seja, defender até ao último limite a existência dessa capacidade nacional.

Finalmente, há uma pergunta que o Sr. Deputado me colocou sobre os asfalteiros a que não sei responder, porque é relativa à gestão da empresa.

Sobre se foram efetuados pagamentos de 12 milhões de euros em 2010 e se, desses 12 milhões de euros, 3 milhões de euros foram usados para execução do contrato, para comprar material, o que lhe posso dizer é que essa é uma questão de administração da empresa e não sei responder a essa pergunta. Claro que conheço o suficiente de gestão para imaginar que a resposta possa ser a mesma que o diretor do fisco dará ao Sr. Deputado, se o Sr. Deputado lhe fizer uma pergunta equivalente, isto é, uma empresa tem múltiplas responsabilidades, tem encomendas e os adiantamentos que vai recebendo dessas encomendas servem para gerir o conjunto dos encargos da empresa, não são verbas consignadas para um efeito específico. Mas, enfim, esta é uma resposta de amador, o Sr. Deputado não está aqui para ouvir respostas de amadores e, portanto, um gestor profissional saberá responder melhor do que eu.

A Sr.^a **Presidente**: — Tem a palavra, Sr. Deputado Fernando Negrão.

O Sr. **Fernando Negrão** (PSD): — Sr.^a Presidente, apenas para dizer o seguinte: seja com atuais ministros ou com ex-ministros, este tipo de audição não serve os interesses de uma comissão de inquérito. Gostava que isto ficasse registado.

Já agora, uma outra coisa, que é a seguinte: queria pedir ao Sr. Professor que quebrassem a gratidão com que diz ter ficado para comigo durante o resto da sua vida, uma vez que não confirmei nem desmenti nenhuma notícia de jornal.

A Sr.^a **Presidente**: — Fica o registo, Sr. Deputado...

O Sr. Prof. Dr. **Augusto Santos Silva**: — Sr.^a Presidente, se me permite...

A Sr.^a **Presidente**: — Faça favor, Sr. Professor.

O Sr. Prof. Dr. **Augusto Santos Silva**: — Se o Sr. Deputado entender que houve alguma pergunta que me colocou e que ficou por responder, não quero...

O Sr. **Fernando Negrão** (PSD): — Não, tem a ver com a observação de que os Estaleiros...

O Sr. Prof. Dr. **Augusto Santos Silva**: — Eu respondi a essa pergunta, Sr. Deputado. Até lhe disse a partir de que ano é que os Estaleiros tinham tido resultados...

O Sr. **Fernando Negrão** (PSD): — Não, tem a ver com o Alfeite.

O Sr. Prof. Dr. **Augusto Santos Silva**: — Isso é uma pena, porque, então, tenho de manter o último parágrafo...

O Sr. **Fernando Negrão** (PSD): — Fica sem a gratidão!

O Sr. Prof. Dr. **Augusto Santos Silva**: — Pronto, desculpe!

A Sr.^a **Presidente**: — Bom, o Sr. Deputado Fernando Negrão prescinde da gratidão do Sr. Prof. Santos Silva e o Sr. Prof. Santos Silva terá de viver com isso.

Srs. Deputados, em relação ao modelo de condução dos trabalhos, tínhamos já falado sobre isso, na sequência da primeira reunião, e tínhamos dito que, uma vez que havia equivalências dentro daquela lógica de protocolos que gostamos de manter, faríamos esta reunião nos moldes em que correu a primeira reunião, com o Sr. Ministro da Defesa Nacional, mas, depois, como é evidente, todos os restantes trabalhos prosseguirão dentro da lógica que tínhamos combinado, em princípio de pergunta/resposta, a não ser que entendamos que deva ser outra a metodologia, para não nos auto-cercearmos mais do que aquilo que será adequado fazermos.

Tem, agora, a palavra, para colocar as suas questões, o Sr. Deputado Jorge Fão.

O Sr. **Jorge Fão** (PS): — Sr.^a Presidente, Sr. Prof. Dr. Augusto Santos Silva, o nosso reconhecimento pela forma como tem pormenorizadamente transmitido aqui o seu pensamento, a sua opinião e as suas informações sobre esta matéria.

A frontalidade e o rigor que tem colocado em todas as respostas que lhe estão a suscitar as perguntas que lhe têm sido feitas, provam, efetivamente, a completa abertura para o que é o objeto desta Comissão de Inquérito, que é o esclarecimento das razões que levaram à concessão dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo, ao seu encerramento e ao despedimento dos trabalhadores. E isto, ao ponto de a qualidade da intervenção do Sr. Prof. Augusto Santos Silva ter suscitado aqui, por parte do meu ilustre colega Deputado Carlos Abreu Amorim, uma chamada de atenção, dizendo: «Vejam a qualidade! Ouça e aprenda!».

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — Era mais a discrepância!

O Sr. **Jorge Fão** (PS): — E eu estou, realmente, a ouvir e a aprender com esta serenidade, com este rigor e com esta determinação nas suas respostas. Portanto, considero este depoimento da máxima relevância.

Fico feliz pelo facto de a Sr.^a Deputada Relatora, entretanto, ter integrado os trabalhos da Comissão...

A Sr.^a **Mónica Ferro** (PSD): — Era o que mais faltava!

O Sr. **Jorge Fão** (PS): — ... e o que aqui deixo como nota — e não ponho a menor dúvida de que assim aconteça — é que se reportem as cerca de duas horas menos um quarto do depoimento do Sr. Prof. Augusto Santos Silva no relatório efetivo. E não ponho em causa que isso aconteça, só faço aqui um sublinhado para que, efetivamente, assim seja.

Protestos do PSD.

A Sr.^a **Presidente**: — Sr. Deputado, a Comissão de Inquérito está a ser gravada...

A Sr.^a **Ângela Guerra** (PSD): — Sr.^a Presidente, peço a palavra.

A Sr.^a **Presidente**: — Sr.^a Deputada, depois, dirá alguma coisa.

Srs. Deputados, a reunião está gravada, os depoimentos estão gravados e eu já pedi ao Sr. Prof. Santos Silva que nos deixe o texto da sua intervenção inicial, porque faz sentido que disponhamos deste texto, até para facilitar a transcrição das gravações.

Queira continuar, Sr. Deputado.

O Sr. **Jorge Fão** (PS): — Sr.^a Presidente, peço desculpa, mas não pus minimamente em causa aquelas que são, seguramente, as obrigações e os impedimentos que levaram ao facto de a Sr.^a Deputada...

O Sr. **Fernando Negrão** (PSD): — Pôs, sim, senhor!

O Sr. **Jorge Fão** (PS): — Se me permitirem... Não percebo o incómodo...

O Sr. **Fernando Negrão** (PSD): — Não é incómodo, é uma questão de respeito pelos seus colegas!

A Sr.^a **Presidente**: — Srs. Deputados, pedia-vos que não entrássemos por esta via, uma coisa são os apartes...

Queira continuar, Sr. Deputado.

O Sr. **Jorge Fão** (PS): — Sr.^a Presidente, não entrarei, seguramente, mas penso que a minha intervenção foi num registo positivo e construtivo e não pus em causa as razões da ausência da Sr.^a Deputada, só fiz aqui uma nota que me parece que tenho, obviamente, o direito de fazer, qual seja a de dizer que acho importante, dada a sua relevância, que nenhum dos dados deste depoimento falte neste relatório. Foi a única coisa que disse. Não pus em causa rigorosamente mais nada e, portanto, também não percebo essa inquietação e esse agitação.

Protestos do Deputado do PSD Fernando Negrão.

Já agora, deixe-me fazer uma outra nota e um outro sublinhado. Estou plenamente de acordo com esta reação última do Sr. Deputado Fernando Negrão: parece que este modelo de reunião na audição do Prof. Dr. Augusto Santos Silva não serviu, mas servia e tinha tido bom resultado na audição do Ministro da Defesa José Pedro Aguiar Branco.

Protestos do Deputado do PSD Fernando Negrão.

O Sr. **Jorge Fão** (PS): — Ó Sr. Deputado, eu estou a ouvi-los há cerca de duas horas, em silêncio pleno, aliás, às vezes, até reajo.

Portanto, o Sr. Deputado, agora, faça o favor de me ouvir também, se não se importa.

O Sr. **Fernando Negrão** (PSD): — É a sua obrigação!

O Sr. **Jorge Fão** (PS): — É que, se não, não consigo construir esta minha intervenção, tal como o Sr. Deputado teve oportunidade de fazer.

A Sr.^a **Presidente**: — Sr. Deputado, só quero dizer que já vamos com quase 3 minutos de questões.

O Sr. **Jorge Fão** (PS): — Sim, mas, como compreende, fui sistematicamente interrompido.

A Sr.^a **Presidente**: — Sr. Deputado, queira continuar.

O Sr. **Jorge Fão** (PS): — Portanto, o que quero, com a minha intervenção, é que se percebam ou se tentem compreender melhor as diferenças profundas que existiram na história recente dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo, nos protagonistas que conduziram a história dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo, diferenças profundas de ação e reação em relação às dificuldades daquela organização, entre o passado e o presente, ou seja, a decisão deste Governo, para o que importa conhecer-se um bocado este percurso. E isto, para dizer o quê? Esta organização foi fundada em 1944, privada, essencialmente para desenvolver a construção da frota pesqueira longínqua, concretamente a frota do bacalhau, e esteve 30 anos na área do setor privado. Ao fim de 30 anos, essa empresa estava carregada de problemas, de dificuldades financeiras, de falta de sustentabilidade e por isso é que, em 1975, entre outras razões, como o contexto político, por exemplo, foi nacionalizada. Mas foi nacionalizada, porque já estava numa situação iminente de incapacidade e de impossibilidade de continuar a sua atividade. Este é um dado que é importante e que gostava de referir.

Outro momento da história deste processo, depois da nacionalização, é exatamente o ano de 2004, porque a empresa, na década de 80, teve

sucesso e êxito, na década de 90, começou a experimentar dificuldades várias, ao nível da sua sustentabilidade, que se arrastaram até ao princípio do ano de 2000. Ora, foi por isso que um Governo da responsabilidade do PSD/CDS-PP, na altura, entre 2002 e 2005, com o ex-Ministro das Finanças Bagão Félix e o ex-Ministro da Defesa Paulo Portas, em relação às dificuldades que a empresa já sentia, ao seu desequilíbrio de sustentabilidade financeira, à sua necessidade de reorganização e de modernização, que já, à época, se sentia, teve uma reação. E foi exatamente qual? Olhar para a frente, manter a empresa, fazer dela uma aposta estratégica do País, tentar relançá-la na sua atividade laboral, chamando-a à área das indústrias de defesa, estabelecendo um contrato com essa mesma empresa, no sentido de construir um conjunto vasto de navios para a frota da Marinha portuguesa e, desta maneira, tentar, mais uma vez, salvar a empresa, sublinhar a importância estratégica que ela tinha para o País, para a defesa do País e para a afirmação de Portugal no mar. Portanto, esta foi a atitude de um Governo de coligação PSD/CDS, em 2004, relativamente aos Estaleiros Navais de Viana do Castelo.

Em 2005, há mudança de Governo. O Governo passa a ser da responsabilidade do Partido Socialista, mas convém que se chame outra vez a memória da história deste processo. Qual foi a atitude desse Governo, em 2005? É que o problema do contrato com a Marinha portuguesa não resolveu nada, iniciou um processo que supostamente poderia melhorar significativamente a *performance* daquela empresa, desde logo, com a garantia de trabalho para cerca de sete anos e com uma carteira de encomendas na ordem dos 500 milhões de euros.

Mas deixem-me fazer aqui um pequeno inciso ou, no fundo, devolver uma pergunta ao Sr. Deputado Abel Baptista, embora ele, agora, não esteja presente, pois acho interessante como é que ele pergunta ao Sr. Prof.

Augusto Santos Silva, por que é que, em 2010 e 2011, não cumpriu a Lei de Programação Militar, em termos de financiamento. Se ele estivesse presente, eu perguntava-lhe por que é que, em 2011, em 2012 e em 2013, o Governo que ele suporta não só não cumpriu rigorosamente nada da Lei de Programação Militar, em termos de pagamentos aos Estaleiros Navais de Viana do Castelo, como, sobretudo, denunciou unilateralmente o contrato de construção para a Marinha. É, de facto, curioso como os posicionamentos se vão modificando ao longo dos tempos.

O Sr. **Fernando Negrão** (PSD): — Faça perguntas, porque isto é uma Comissão de Inquérito!

O Sr. **Jorge Fão** (PS): — Sr. Deputado Fernando Negrão, o senhor é um homem com elevação, não se enerve, não se transtorne...

O Sr. **Fernando Negrão** (PSD): — É uma Comissão de Inquérito, não é propaganda!

O Sr. **Jorge Fão** (PS): — O senhor quer criar factos, quer interromper-me... Não faça isso, não lhe fica bem!

A Sr.^a **Presidente**: — Sr. Deputado Jorge Fão, faça a sua intervenção, por favor, porque os apartes são apartes.

O Sr. **Jorge Fão** (PS): — Quem decide como faço a minha intervenção nesta Comissão sou eu e não o Sr. Deputado! Que isto fique claro! Portanto, agradeço-lhe que, por favor, me deixe continuar.

Esta nota que eu queria fazer relativamente à forma como tudo se passou em 2005 é um aspeto de pormenor que é de grande importância.

Os Estaleiros Navais de Viana do Castelo tinham já adensado o volume dos seus problemas, que eram velhos, que eram de todas as organizações de construção naval praticamente na Europa e no mundo. Todos eles estavam efetivamente presentes já nessa altura, mas, mais uma vez, e é para isto que quero chamar a atenção, a aposta foi na continuidade daquela organização, na tentativa de enfrentar os problemas que ela já experimentava e na estabilidade da sua gestão.

Já agora, Srs. Deputados, deixem-me só fazer aqui uma referência: em 2005, a gestão e o presidente do conselho de administração que estava nos Estaleiros Navais de Viana do Castelo, o Dr. Fernando Geraldês, tinha sido nomeado pelo anterior Governo. E ele manteve-se até 2007, com a anuência e o aval do Governo do PS, exatamente pela continuidade da gestão dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo. Aliás, o contrato de construção dos navios *ferry* para os Açores e o início da sua construção foram conduzidos exatamente por ele.

Nessa altura, no período de 2005/2009, com todas estas dificuldades, a reação, a ação foi exatamente esta atitude. E não se esqueçam de que houve uma ferocíssima reação dos protagonistas responsáveis do PSD regional dos Açores, nomeadamente a atual Secretária de Estado da Defesa e outros intervenientes, em relação à resolução do problema dos navios *ferry* para os Açores, dizendo que o contrato devia ser denunciado. Estávamos em época de campanha eleitoral para a região, exatamente com esta atitude.

Mas a reação foi a tentativa de continuar a lutar para manter a organização, melhorando as suas várias prestações.

De 2009 a 2011, outro período e outra fase da história. Em termos de Ministério da Defesa, a responsabilidade era do Sr. Prof. Augusto Santos Silva. Já na altura, como ele aqui relatou, e dispense-me de o referir, o *dossier* era complicado, mas há aqui algumas coisas que, mais uma vez, deram a nota da diferença de atitude, de pensamento estratégico, de defesa dos interesses nacionais entre esse passado e o presente, que estamos aqui a tentar perceber, porque aquilo a que se chegou foi exatamente a esta decisão da subconcessão dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo.

Um dos aspetos fundamentais que se vivia como um grande problema, além da instabilidade das administrações, como o senhor já respondeu, era a necessidade imperiosa de concluir o primeiro navio de patrulha oceânica, não só pela importância que isso tinha, em termos da própria dinâmica da atividade dos Estaleiros, mas, sobretudo, para a sua imagem externa. Isto, porque a aposta na construção naval militar era exatamente uma tentativa de criar um outro *cluster* de promoção daquela organização para se afirmar num mercado extremamente competitivo da construção naval comercial que já estava em grande crise e onde os Estaleiros Navais tinham dificuldade em entrar.

Nesse sentido, pergunto-lhe concretamente: o que é que foi feito nessa matéria e como é que o senhor lidou com esse processo, que permitiu, e bem, fazer com que o navio fosse entregue?

Face a estes cenários difíceis, este Governo, que tinha como responsável pela Defesa o Prof. Augusto Santos Silva, como já aqui foi dito, em relação aos vários problemas teve ação e reação positiva no sentido de encontrar soluções. E, aqui, coloco-lhe algumas questões.

Primeiro, no estudo que já foi referenciado e face aos três cenários que existiam — e gostava de ouvi-lo dizer outra vez —, o que é que foi determinante para que a escolha fosse no sentido de reestruturar a empresa,

salvar a empresa, mantê-la em atividade? Quais foram as razões que, no fundo, estiveram na base dessa decisão?

Por outro lado, quero perguntar-lhe outra coisa, e estou a terminar, Sr.^a Presidente. Várias atitudes têm sustentado estes três anos de atividade. É que o senhor esteve no Governo 19 meses, mas o atual Governo já está há 33 meses em funções e o que acontece é que, neste período de tempo, o que fez foi abortar esse processo de recuperação, não iniciar a construção de nenhum novo navio nem de nenhuma nova encomenda, não fez, em termos financeiros, nenhum reforço e levou, inclusive, a organização a ter de vender o seu material para sustentar o pagamento de salários durante um percurso de tempo. Ora, perante todas estas atitudes que, no fundo, conduziram a esta decisão final de encerrar os Estaleiros, de os subconcessionar e de entregar terrenos e instalações por 38 000 €/mês, se lhe fosse solicitado que hierarquizasse quais foram aquelas que mais marcaram e ditaram o fim desta organização — aquelas que já referi, nomeadamente a denúncia do contrato da Marinha —, como é que as hierarquizaria? E, já agora, qual é o impacto que o cidadão Augusto Santos Silva acha que tem, para a economia nacional, para os interesses de Portugal no mar e para a Marinha portuguesa, o encerramento dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo?

Sr. Deputado Fernando Negrão, pode estar mais descansado, já terminei.

O Sr. **Fernando Negrão** (PSD): — Até já suspirei!

A Sr.^a **Presidente**: — E eu fiz um desconto, em termos de tempo, Sr. Deputado.

Sr.^a Deputada Ângela Guerra, quer fazer uma interpelação à Mesa?

A Sr.^a **Ângela Guerra** (PSD): — Quero fazer uma defesa da honra, Sr.^a Presidente.

A Sr.^a **Presidente**: — Faça favor, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Ângela Guerra** (PSD): — Sr.^a Presidente, Srs. Deputados, no que respeita à qualidade e à quantidade de páginas que o meu relatório terá, a final, o Sr. Deputado Jorge Fão e os demais terão toda a oportunidade de o avaliar e de verificar se nele consta ou não tudo aquilo que foi hoje aqui mencionado.

Quanto às restantes regras regimentais e procedimentais, designadamente no que confere aos Srs. Deputados o direito de participarem nos demais trabalhos parlamentares, quando eles até já estão previamente agendados, não tenho de explicar ao Sr. Deputado Jorge Fão como é que isso funciona.

A Sr.^a **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Fão.

O Sr. **Jorge Fão** (PS): — Sr.^a Presidente, gostaria de sublinhar que não pus minimamente em causa as questões ou as razões que estariam na base da não presença da Sr.^a Deputada, eu só disse uma coisa que acho que tenho o direito de dizer: recomendei que, face à importância do depoimento, nenhuma destas matérias deixasse de constar do relatório. Isto não põe em causa nem ofende a honra da Sr.^a Deputada, de forma rigorosamente nenhuma, é um pedido, é uma manifestação do meu pensamento sobre a matéria.

A Sr.^a **Presidente**: — Penso que está tudo esclarecido. O Sr. Deputado diz que não pretendeu ofender a Sr.^a Deputada, eu testemunho que a Sr.^a Deputada deve ter estado na Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas, onde eu própria devia estar, mas tanto faz.

De qualquer forma, vamos ultrapassar este incidente, como é evidente, porque as pessoas gerem a sua participação na Comissão de Inquérito como entendem e os Deputados são pessoalmente responsáveis pela maneira como exercem o seu mandato.

Sr.^a Deputada, não esteja preocupada.

A Sr.^a **Ângela Guerra** (PSD): — Sr.^a Presidente, se me permite, só quero acrescentar àquilo que já disse que, para mim, todas as audições que vão ser feitas nesta Comissão de Inquérito têm igual importância.

O Sr. **Jorge Fão** (PS): — Muito bem!

A Sr.^a **Presidente**: — Muito bem, aliás, foi esse o apelo que fiz, quando a Sr.^a Deputada foi nomeada Relatora, isto é, que nos fizesse sentir bem por estar numa Comissão de Inquérito e realizar um trabalho isento.

Tem a palavra, Sr. Prof. Dr. Augusto Santos Silva, e já lhe ia chamar «Sr. Ministro», *a la française*.

O Sr. Prof. Dr. **Augusto Santos Silva**: — Sr.^a Presidente, a continuidade da palavra «Ministro» só a aceito no sentido literal, que, em latim, quer dizer «servo», já que, neste momento, sou servo desta Comissão, com todo o prazer.

Sr. Deputado Jorge Fão, agradeço-lhe as três questões essenciais que colocou e vou responder a cada uma delas com a precisão que conseguir.

Primeiro, quanto à importância da construção do navio *Viana do Castelo*, estou vinculado aos corolários lógicos de ter exercido funções públicas que implicavam, também, o respeito por assuntos classificados como «segredo de Estado». Portanto, quando eles forem desclassificados, eu poderei falar sobre eles.

Mas penso que as Sr.^{as} Deputadas e os Srs. Deputados acreditarão no que vou dizer e acreditarão também que é com base na minha experiência própria que digo que é mesmo muito importante que um país, membro fundador da NATO, plenamente integrado, desde o início, na política europeia comum de segurança e defesa e com interesses próprios, designadamente por causa da sua especial ligação transatlântica e da sua ligação ao Atlântico Sul, no quadro da lusofonia, esse país, que é Portugal, que luta, aliás, nas Nações Unidas, pela extensão da sua zona marítima...

O Sr. António Gameiro (PS) — Zona económica exclusiva!

O Sr. Prof. Dr. **Augusto Santos Silva**: — Sim e, para além disso, porque luta para que o alargamento da sua plataforma continental seja reconhecido pelas Nações Unidas, como já o foi e tem obrigações que decorrem desse facto. Mas, como dizia, é muito importante que esse país, o nosso País, mantenha capacidades próprias em matéria de construção, manutenção e reparação naval militar. Não digo que, para mantê-las, precise de tutelar empresas exclusivamente públicas nessa área. E não digo isso, fundado também numa experiência que é pública e partilhável por todos nós, porque o Estado português não tem a maioria do capital nas OGMA (Indústria Aeronáutica de Portugal, SA) — tem um terço do capital

—, contudo, tem uma posição de influência suficiente para aí manter uma capacidade própria de manutenção militar aérea que é absolutamente essencial para a nossa Força Aérea.

Mas é preciso que um Estado como Portugal, membro da NATO, com ligações específicas ao Atlântico Sul, com um interesse estratégico próprio, que, aliás, tem uma área territorial de influência bastante vasta, não fique apenas nas mãos da lógica do mercado para efetuar construção, reparação e manutenção naval militar.

Não digo que seja absolutamente essencial, e posso estar errado, evidentemente — tudo o que digo, menos os factos, pode estar errado, isto é, as interpretações podem estar erradas, os factos que procurei transmitir documentei-os — que hoje, em 2014, Portugal tenha uma capacidade própria em construção naval. É muito importante que Portugal tenha presença na reparação naval, em segmentos, que, aliás, implicam uma cadeia de valor relativamente elevada, porque, nas outras dimensões, não temos quaisquer condições para competir com a Ásia, com os estaleiros asiáticos, e estou certo de que a empresa que subconcessionou as instalações dos Estaleiros e os outros estaleiros navais de que o País dispõe, e que estão em mãos privadas, farão tudo o que estiver ao seu alcance para fortalecer essa capacidade nacional.

Em 2000, o Estado português tomou uma decisão muito importante, que foi a de qualificar os Estaleiros para a construção militar. A importância dessa decisão é reconhecida por todos os Governos, incluindo o presente Governo, que, em resposta, argumentando perante a Comissão Europeia, foi, mais uma vez, muito bem, buscar esse argumento: os Estaleiros são a nossa capacidade para construção militar naval. Portanto, essa capacidade tem de ser desenvolvida.

Como o Sr. Deputado Jorge Fão sabe muito melhor do que eu e explicou aqui com brevidade, essa capacidade que os Estaleiros têm, desde a sua fundação, nos meados do século XX, foi muito construída em segmentos de construção ou reparação de navios ou de construção de barcos, sob encomendas formatadas, isto é, os projetos vinham do cliente e os Estaleiros, que tinham uma mão-de-obra qualificada e abundante, executavam-nos.

Com os navios militares, como, aliás, aconteceria também com os asfalteiros, os Estaleiros tiveram de assegurar capacidades próprias, também em matéria de *design* de projeto, de *design* industrial, não de *design* para ficar bonitinho. E, sobretudo, o primeiro navio da série, que assume por definição a natureza de protótipo — só os subsequentes da série é que assumem a natureza própria de objetos de série industrial —, é como se fosse um navio único, novo, feito de raiz. Aliás, o navio demorou vários anos a fazer e, no seu processo, foi preciso fazer vários aditamentos ao contrato. A missão de fiscalização da Marinha foi muito importante no trabalho com os Estaleiros. Lembro-me de, pelo menos, uma reunião em que eu próprio estive presente, e não sei já contar as reuniões realizadas entre a Marinha, portanto, o cliente, digamos assim, e a estrutura técnica dos Estaleiros, que contaram com a presença do próprio Secretário de Estado, tal era a importância política que o Governo atribuía a que esse processo não fosse um «*Atlântida 2*».

Ao contrário, pelos vistos, dos atuais conselhos de administração, não gosto de responder às minhas responsabilidades, dizendo: «foi o menino da sala ao lado». Mudando os Governos, o Estado é o mesmo, os *dossiers* são os mesmos. Nós, Estado português e a empresa, falhámos no *Atlântida*, provavelmente, falhámos todos, construtor e cliente, por isso, aliás, é que se chegou a um acordo extrajudicial. E não podíamos falhar de

novo, muito menos no primeiro navio da encomenda militar, porque é dessa capacidade que, na minha modesta opinião, não podemos prescindir. Era esse o ponto de viragem dos Estaleiros e a garantia que os Estaleiros tinham para poderem gerir financeiramente a sua atividade.

Felizmente, o processo foi concluído com êxito, o navio foi entregue em dezembro de 2010, foi depois recebido definitivamente, já não sei detalhar em que período, mas foi no âmbito deste Governo, e com este Governo já foi entregue o segundo navio, o *Figueira da Foz*.

A Marinha dispõe destes navios e, portanto, esse desafio, que era um desafio *sine qua non*, ou se ganhava ou se perdia tudo, foi ganho e daí a sua importância. Insisto sempre neste ponto: não se trata apenas de salvar uma empresa, conhecendo evidentemente todas as questões que dizem respeito a essa empresa, à sua influência local, etc., trata-se, sobretudo, do ponto de vista de um Governo nacional, de salvar uma capacidade própria — uma capacidade no sentido em que falamos de capacidades nas reuniões dos Ministros da Defesa ou da Agência Europeia de Defesa.

Portanto, daí a insistência. Não quero contabilizar o número de horas dedicado a este *dossier*, mas foi o número de horas necessário para que o mesmo fosse bem concluído, e acho que podemos dizer que foi bem concluído.

Quanto ao programa de reestruturação, entretanto, tive tempo de consultar os documentos com mais vagar, enquanto os Srs. Deputados faziam uma daquelas intervenções parlamentares que, como sabem, adoro — estava aqui «mortinho» por poder entrar na discussão, mas sabia que a Sr.^a Presidente «bater-me-ia»...

A Sr.^a **Presidente**: — Não deixaria, não!

O Sr. Prof. Dr. **Augusto Santos Silva**: — Exatamente!... Portanto, portei-me muito bem, como parte terceira, que é a minha, neste caso, mas cheio de vontade de participar. E gostei bastante, acho que também faz parte da vida parlamentar.

Portanto, como disse, enquanto decorriam esses factos, pude consultar com mais rigor a minha informação e devo corrigir um aspeto, se a Sr.^a Presidente me permitir.

Há pouco, eu disse que, desde os fins dos anos 90, os Estaleiros tinham resultados líquidos negativos, mas devo corrigir, porque é desde 1992 que os Estaleiros têm resultados líquidos negativos. Não quero com isto sugerir que haja responsabilidades seja de quem for, é apenas um facto que eu referi mal e, com a permissão da Sr.^a Presidente, corrijo o que disse.

Mas é um facto que, mais uma vez, chegámos ao fim de 2011, pelas contas do atual Governo, que não estão muito longe das contas que eu tinha no âmbito do anterior Governo, com um passivo de perto de 200 milhões de euros. E, portanto, o programa de reestruturação tinha de ser duríssimo.

Eu, que tive a obrigação (não é o gosto, porque, neste caso, é obrigação, ninguém gosta de fazer estas coisas) de concluir o processo de reestruturação iniciado pelo XV Governo relativamente a outra empresa que também estava à beira do precipício, a Radiotelevisão Portuguesa, tenho obrigação de saber que qualquer hesitação, qualquer tergiversação, qualquer criação indevida, inoportuna ou exagerada de expectativas pode ser fatal nestes processos de reestruturação.

Lembro-me muito bem, como se fosse hoje, da primeira vez que visitei a RTP, logo a seguir a tomar posse, em março de 2005, em que fui recebido por cartazes, colocados em todas as salas, que diziam: «Esta administração é do...» — vou pôr o título, não era o título que lá estava — «...Dr. Morais Sarmento». A minha obrigação, como membro do Governo,

era fazer-de-conta que não estava a ver nada, porque era essencial, para que aquele processo de reestruturação fosse avante, que a administração que o tinha iniciado, que o conduzia, tivesse o apoio político claríssimo da parte da tutela e que não fossem criadas nenhuma expectativas que ninguém pudesse cumprir, porque isso é demagogia.

Ninguém podia dizer aos Estaleiros Navais de Viana do Castelo, em 2010 — como não podia dizer em 2011 e como não podia dizer em 2012 —, que estavam bem como estavam, com 766 trabalhadores, para o volume de encomendas que tinham. A não ser que se considere que não se trata de uma empresa, mas, sim, de um serviço público. Mas, aí, teremos a Comissão Europeia, e muito legitimamente, a fazer-nos perguntas muito difíceis.

Portanto, o programa de reestruturação significava, primeiro, a conversão dos créditos da EMPORDEF, no valor de 54 milhões de euros, e da Direção-Geral do Tesouro e Finanças, no valor de 43 milhões de euros, em capital, o que fazia reduzir o passivo financeiro da empresa de 164 milhões de euros para 57 milhões de euros. É que a empresa tinha 57 milhões de euros de passivo, na sua relação com os bancos, pelo que, se convertêssemos o passivo, na sua relação com a *holding* e com o acionista da *holding*, que era o Tesouro, em capital, faríamos uma injeção de capital na empresa e melhorariamos a sua situação financeira.

O Sr. **Fernando Negrão** (PSD): — Capital privado!

O Sr. Prof. Dr. **Augusto Santos Silva**: — Não, não! Refiro-me à transformação dos créditos públicos em capital público da empresa, sendo que, do ponto de vista da gestão financeira, era uma operação dos chamados «vasos comunicantes».

Sou conhecido e muito criticado por ter esta posição — sobretudo, quando estava na cultura era muito criticado, as pessoas diziam que eu era pior do que o Ministro das Finanças —, mas devo dizer que apoiei sempre todos os ministros das finanças, porque acho que um ministro das finanças que hesita em ter mão-de-ferro na gestão orçamental, é um péssimo ministro das finanças. E, portanto, eu, como Ministro da Defesa, era incapaz de propor ao meu colega que aceitasse um programa de reestruturação cuja consequência fosse apenas transformar créditos em capital. Só é possível fazer isto se a empresa tiver um plano credível de redução de custos, e de custos onde eles pesam mais, que são os custos fixos.

Portanto, um dos elementos essenciais do programa de reestruturação a que demos o nosso acordo geral era um elemento nos termos do qual o custo com pessoal da empresa seria reduzido substancialmente nos anos futuros. Evidentemente, era previsto, nestas circunstâncias, um custo adicional do programa de rescisões, mas isso significaria depois uma redução para menos de metade dos custos com pessoal. A previsão não é de menos de metade — peço desculpa, mais uma vez — é, sim, de metade, portanto, de 20,1 milhões de euros para 10,3 milhões de euros.

Depois, previa-se ainda uma redução significativa dos encargos financeiros, um redimensionamento, também, da carteira de encomendas e de trabalhos da empresa e uma mudança profunda nos seus processos de gestão de pessoal e de gestão comercial.

O Tesouro, que tem melhores competências do que eu, assinalou, e bem, na minha opinião — não sou especialista em reestruturação de empresas, nunca reestruturei nenhuma, mas sei o suficiente para olhar para estudos e ver os seus pontos fortes e os seus pontos fracos —, que, em certas matérias, designadamente nas previsões (até porque o plano

apresentado era muito otimista, do ponto de vista da previsão, basta notar que previa já EBITDA positivos logo no primeiro ano de execução), era melhor pedir maior fundamentação. Foi esse, aliás, o sentido da informação técnica, foi esse o sentido do parecer do diretor-geral e foi esse o sentido do despacho do Secretário de Estado.

A comunicação política é o que é e, às vezes, vejo dito, a este propósito, que «afinal de contas, a única coisa que aprovaram foi o despedimento imediato de 420 trabalhadores». Nem era despedimento, nem era imediato, nem foi a única coisa a que foi dada aprovação genérica.

Mas, evidentemente, não era possível não reproduzir o *business as usual*, ou seja, «estás em dificuldades, pega lá mais um empréstimo; estás em dificuldades, pega lá mais um empréstimo», se uma nova operação financeira não fosse acompanhada, e mesmo precedida, de decisões importantes em matéria de dimensionamento da empresa.

Nem sequer quero discutir o mérito da decisão tomada pelo XIX Governo a este respeito. Como eu disse, advogo o princípio geral de contenção face às pastas que acabámos de abandonar, sendo que esse princípio ainda é mais importante no caso da Defesa Nacional. Basta ver que quatro dos chefes de Estado, aliás, dos chefes militares, peço desculpa... Foi um lapso muito engraçado...

O Sr. **Fernando Negrão** (PSD): — Chefes de Estado-Maior!

O Sr. Prof. Dr. **Augusto Santos Silva**: — Como dizia, basta ver que quatro dos Chefes de Estado-Maior que se encontravam em funções em julho de 2011 tinham sido nomeados pelo Sr. Presidente da República, sob proposta do Governo, sob minha proposta. Portanto, quem quer que passe

pela Defesa sabe que ficamos obrigados, e bem, a um certo registo pelos anos fora.

Portanto, quando ouvi as notícias, que basicamente significavam que o programa de reestruturação estava no caixote do lixo, pensei: «Bom, há coisas que fazemos bem e há coisas que fazemos mal; há coisas que outras pessoas fazem melhor, estão em melhores condições para as fazer, este é um caso, vem aí uma solução melhor». Pois, se este processo de reestruturação é tratado politicamente da maneira como foi tratado pelo seu mais alto responsável, como um desmantelamento da empresa, o que aí vem tem de ser tudo menos um desmantelamento da empresa. Pois, se se chama «desmantelamento» a reduzir o seu pessoal para dois terços, não se vai reduzir o pessoal para um terço, um quarto, um quinto ou mesmo zero.

Mas insisto neste ponto: compreendo a dureza do programa de reestruturação e, portanto, a quem quer que tivesse uma melhor alternativa, eu seria o primeiro a dizer «Muito bem!» e, então, aí, podia exprimir a gratidão que o Sr. Deputado Fernando Negrão não deixou que lhe endereçasse.

Quanto à última questão que o Sr. Deputado Jorge Fão colocou, sobre a hierarquia de factos, quero pedir licença ao Sr. Deputado (espero não estar a violar nenhuma das disposições da lei dos inquéritos parlamentares) para não responder à sua pergunta. Porquê? Porque não acho que fosse curial, da minha parte, estar a avaliar politicamente decisões tomadas pelo atual Ministro da Defesa Nacional e pela atual Ministra das Finanças, pessoas pelas quais tenho a maior consideração pessoal, porque não fica bem, não tenho distanciamento, nem me parece que ajude ao sentido institucional que estas pastas de Estado ou de soberania devem ter.

Quando o Sr. Ministro da Defesa se permitiu fazer considerações sobre o anterior Governo numa parada militar — todos estarão recordados

—, o meu único comentário foi: «É melhor não irmos por aí. As Forças Armadas não precisam que o debate político se faça em frente delas».

Portanto, não sei responder à hierarquia, mas, para que as minhas próprias responsabilidades possam ser avaliadas nesta Comissão, que se destina a avaliar essas responsabilidades e alguma coisa quis saber de mim, visto que me chamou, tenho a dizer o seguinte: não foi a interrupção do programa de reestruturação, não foi a troca de um programa de reestruturação por outro, mas, sim, a troca do programa de reestruturação que estava em curso por uma promessa ou, em sentido técnico, pela criação de expectativas públicas que eram, com base no conhecimento que detenho, irrealizáveis à altura e que se veio a verificar serem irrealizáveis; foi o facto cuja necessidade não contesto — não estive aqui a discutir o Orçamento — de se ter tido que cancelar o programa de equipamento militar, pelas razões que expliquei; e foi o facto — cuja necessidade também não quero discutir — de se ter suscitado, junto da Comissão Europeia, por iniciativa do Governo português e no quadro de um processo não de reestruturação, mas, sim, de privatização (e que não era por concurso incondicional), a questão de saber se um volume de transferências financeiras para a empresa (dois terços do qual são da responsabilidade deste Governo) podia ou não ser considerado como ajudas de Estado, quando a posição do Estado português era a de que não podia, não havia nenhuma divergência, não havia nenhum Governo anterior que tivesse feito essas transferências e um Governo atual que achasse que essas transferências eram ajudas de Estado. Não! Os dois Governos estavam de acordo, os vários Governos estavam de acordo! A resposta que o Estado português dá, em 2013, é a mesma que o Estado português teria dado em 2010: «Não, nós não consideramos que sejam ajudas de Estado».

Sei que a discussão com a Direção-Geral da Concorrência, na Comissão Europeia, é uma discussão muito difícil. Aquilo é o reino... Comparado com a Direção-Geral da Concorrência, o nosso Prof. João César das Neves é um perigoso intervencionista e o nosso, querido de todos, Prof. Vítor Gaspar é quase um socialista, mas daqueles do antigamente, da Roménia. Comparado com o clima que se vive na Direção-Geral da Concorrência, que acha que é tudo uma perturbação à concorrência e que trata a concorrência como nós tratamos a Nossa Senhora de Fátima... Sei que é uma discussão muito difícil e por isso é que, na minha intervenção inicial, pensei muito nos termos que ia utilizar e por isso é que utilizei as palavras «hesitações» e «ambiguidades» nos termos em que a questão foi suscitada.

Aliás, na resposta, a Comissão Europeia chama a atenção do Estado português, de que a questão tem de ser vista à luz de um processo de privatização e com um concurso incondicional.

No parágrafo 72, «A Comissão nota, em especial,...» — e estou a citar — «... que um concurso incondicional em que a empresa é vendida ao proponente com a proposta mais elevada é a melhor forma possível de minimizar a existência de risco de auxílio estatal».

Ora, o programa que o Governo português, por sua iniciativa, colocou à Comissão não era um concurso incondicional de privatização. Aliás, declarações que nunca foram desmentidas, do Comissário (que não confundo com a Direção-Geral), o Vice-Presidente Joaquín Almunia, que, repito, nunca foram desmentidas, são muito claras, justamente sobre a disponibilidade da Comissão para chegar a um entendimento com o Estado português no quadro de um processo que poderia ser de reestruturação, ou ter outro nome — agora discute-se muito o significado da palavra «reestruturação» e os seus riscos —, da empresa.

Peço imensa desculpa ao Sr. Deputado, que, ainda por cima, é um camarada meu, porque, como julgo que toda a gente sabe, sou membro do PS, pelo facto de ter de não responder.

O Sr. **Jorge Fão** (PS): — Ora essa! Muito obrigado!

O Sr. Prof. Dr. **Augusto Santos Silva**: — Mas peço-lhe licença para não hierarquizar, apenas por esta contenção que eu quero manter.

Entretanto, assumiu a presidência a Vice-Presidente Mónica Ferro.

A Sr.^a **Presidente**: — Dou, agora, a palavra ao Sr. Deputado António Filipe. Creio que é a vez do Grupo Parlamentar do PCP... Segundo a ordem que aqui tenho, está primeiro o PCP e depois o BE.

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Sr.^a Presidente, a ordem das intervenções baralhou-se por razões relacionadas com outra reunião, mas tenho todo o gosto, aliás, tenho todo o interesse em colocar algumas questões ao Sr. Prof. Dr. Augusto Santos Silva, que, aliás, cumprimento, porque é sempre um gosto vê-lo nesta Assembleia.

Há sempre a magna questão relacionada com o seu tempo de exercício de funções como Ministro da Defesa Nacional, que é a questão do *Atlântida*. Eu gostaria de me centrar nessa questão e, por isso, deixo esse tema para o último dos temas relevantes que lhe quero colocar. Portanto, avanço primeiro com as restantes perguntas e deixo a questão do *Atlântida* para o final, porque a considero a mais relevante.

Existem outras quatro questões que gostaria que abordasse.

A primeira é a seguinte: referiu aqui os vários cenários possíveis que foram equacionados, quanto ao futuro dos Estaleiros, um dos quais seria de rejeitar, segundo o seu ponto de vista e, obviamente, também do meu, que era o da cessação da atividade, do fim da empresa, que, infelizmente, foi aquele que se veio a verificar agora, o outro cenário era deixar tudo na mesma e o outro era avançar para uma perspetiva de viabilização, o que implicaria, por parte da administração dos Estaleiros, uma atitude de procura de encomendas, uma atitude dinâmica.

A pergunta que lhe faço é como avalia a atuação da administração sob a sua responsabilidade com esse objetivo, isto é, se acha que, de facto, foi feita alguma coisa de relevante que permitisse equacionar uma perspetiva de viabilização dos Estaleiros, se considera que algo de positivo foi feito nesse sentido.

Referiu a questão dos navios asfalteiros para a Venezuela, que é um contrato relevante, relativamente ao qual fomos confrontados com o seguinte: depois de ele ter sido assinado e depois de a empresa venezuelana ter avançado com um adiantamento para que os asfalteiros fossem construídos, na realidade, não foram construídos. Foi feito o adiantamento, mas as coisas não avançaram.

Pergunto-lhe, do seu ponto de vista e do conhecimento que possui, que causas vislumbra para que os Estaleiros Navais não tivessem avançado com a construção dos asfalteiros e estivéssemos numa situação como a de hoje, em que não sabemos se os asfalteiros vão ou não ser construídos em Portugal. É muito duvidoso que venham a ser, não há qualquer garantia de que sejam construídos nas instalações dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo, pelo que lhe pergunto se tem conhecimento das causas que levaram a que as coisas não tenham avançado, apesar de o cliente ter

adiantado vários milhões de euros para que fossem comprados os materiais e para que a obra pudesse, de facto, avançar.

Uma outra questão que lhe quero colocar é a de saber como acompanhou o processo das contrapartidas que poderiam beneficiar os Estaleiros Navais de Viana do Castelo, designadamente pela aquisição dos submarinos, em que estava prevista uma quantia muito avultada que deveria reverter como contrapartida para os Estaleiros.

Pergunto-lhe se acompanhou essa situação, dado que, no seu tempo, ainda existia a Comissão Permanente de Contrapartidas, que esteve sob tutela do Ministério da Defesa Nacional, mas que já não está sob qualquer tutela, porque, pura e simplesmente, essa Comissão foi extinta. Os *dossiers* estarão algures, no Ministério da Economia, num baú, que esperemos que um dia destes se abra para que se possa saber alguma coisa.

No entanto, pergunto: enquanto Ministro da Defesa Nacional, que acompanhamento fez da questão das contrapartidas, designadamente no que se refere aos Estaleiros Navais de Viana, porque, no que se refere às outras contrapartidas, provavelmente, um dia destes poderá ser convidado para vir aqui a outra comissão de inquérito. Como sabe, já foi decidido que haverá uma comissão de inquérito às contrapartidas e, como foi Ministro da Defesa Nacional, é provável que possa vir a colaborar nessa comissão.

Mas, nesta Comissão, estamos só a tratar dos Estaleiros Navais de Viana, que seriam beneficiários de qualquer coisa como 600 milhões de euros de contrapartidas pela aquisição dos submarinos. Pergunto-lhe se acompanhou esse *dossier*, porque, como se sabe, o grau de cumprimento é muito baixo, no que se refere às contrapartidas dos submarinos e, concretamente, no que se refere aos Estaleiros Navais de Viana do Castelo.

A terceira e penúltima questão é esta: como avalia o cancelamento da encomenda dos navios da Marinha? Os Estaleiros Navais de Viana

construíram os dois patrulhões, precisamente os NPO *Figueira da Foz* e *Viana do Castelo*, mas a encomenda que existia, da parte do Estado português, incluía mais seis, incluindo os navios de combate à poluição. Houve uma decisão política de cancelar essa encomenda que, seguramente, não deixou de ter consequências para os Estaleiros Navais, pelo que lhe pergunto como avalia essa decisão, se subscreveria uma decisão dessas.

A questão do *Atlântida* é, de facto, a magna questão que o trouxe a esta Comissão de Inquérito. Já foi aqui considerado, não pela administração, que ainda não veio aqui, mas pelo Presidente da EMPORDEF, que o caso *Atlântida* foi a machadada final nos Estaleiros e este processo suscita-me muitas dúvidas.

Fomos informados de que a empresa possuía pareceres jurídicos que retiram razão à solução dada, ou seja, com base naqueles pareceres jurídicos, a empresa nunca devia ter aceite o acordo que aceitou.

Mas a questão que se coloca é esta: tínhamos, de um lado, uma empresa estratégica, que são os Estaleiros Navais de Viana do Castelo, tínhamos, do outro lado, uma empresa na dependência ou sob a superintendência da Região Autónoma dos Açores, do Governo Regional dos Açores, ou seja, tínhamos duas entidades públicas, duas entidades com grande relevância pública.

A questão que se me coloca é a de saber se nunca se conversou sobre este assunto, não numa perspectiva conflitual — de um lado, os interesses do Governo Regional dos Açores, do outro, os interesses dos Estaleiros de Viana do Castelo —, mas numa perspectiva de concertação, que pudesse conciliar os interesses de ambas as partes. Se houve alguma conversa dessas, nós não o sabemos.

O Governo não considerou que, perante as consequências catastróficas que este processo poderia ter para os Estaleiros Navais de

Viana do Castelo, se procurasse encontrar, com o Governo Regional dos Açores, uma perspectiva de resolução amigável deste assunto? Ou seja, aquela questão da velocidade era assim tão decisiva que implicasse uma denúncia do contrato, por parte da Atlânticoline? Para já, há algumas dúvidas sobre os tais testes de velocidade, que tornam até incompreensível que os advogados, os representantes dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo, pudessem ter aceitado aquele acordo no âmbito do tribunal arbitral — já foi aqui questionada essa posição —, mas, de facto, a questão que se nos coloca é a de saber se o Governo, na altura, que até teria um diálogo fácil com o Governo Regional dos Açores (pelo menos, em princípio), não equacionou a hipótese, tendo em conta as consequências para os Estaleiros, de procurar encontrar uma solução que não fosse tão catastrófica, se isso lesaria, de forma assim tão grave, os interesses da Região Autónoma dos Açores, que, pelos vistos, até está a alugar, de uma forma muito dispendiosa, o serviço que poderia ser feito precisamente pelo *Atlântida*.

Uma última questão, relacionada com esta, é a seguinte: bom, então, se houve um incumprimento, por parte da empresa, que teve consequências gravíssimas, pergunto se não foram apuradas responsabilidades. É possível que isto aconteça assim? Por facto imputável à empresa, porque, de outra maneira, ela não seria sancionada como foi, por facto que é da responsabilidade da empresa foi dada uma machadada final. Bom, então, e fica tudo na mesma? Não há administrações que sejam responsabilizadas? Não se procurou apurar por que é que isto aconteceu? É que isto não pode acontecer! Não é possível que o Estado português admita que os contribuintes portugueses tenham de suportar situações como esta, em que uma empresa sofre consequências que podem ter levado ao seu desmantelamento a prazo e não aconteça nada, fiquemos assim.

Portanto, pergunto se isto não foi uma preocupação para o Governo de que fez parte.

Entretanto, reassumiu a presidência a Presidente Maria de Belém Roseira.

A Sr.^a **Presidente**: — Sr. Prof. Dr. Augusto Santos Silva, tem a palavra para responder.

O Sr. Prof. Dr. **Augusto Santos Silva**: — Agradeço as perguntas e cumprimento o Sr. Deputado António Filipe, que, aliás, também saúdo, na sua qualidade de membro da Comissão de Defesa — julgo que a mantém —, e sei que o meu alerta final também é ouvido com interesse adicional por parte do Sr. Deputado.

Se me permite pegar numa questão que colocou, se acaso está constituída uma comissão de inquérito às contrapartidas, evidentemente, terei todo o gosto em colaborar — se for esse o entendimento dessa comissão —, mas talvez convenha saber antes onde estão os tais processos cuja localização o Sr. Deputado desconhece, porque eu não consigo falar sobre coisas que não possa documentar e, portanto, nesse caso, terei alguma dificuldade em marcar a audição, porque só consultando... Peço desculpa, mas isto é uma mania minha, de professor, porque a nós, académicos, acontece-nos muito citarmos de cor e termos a certeza absoluta, absoluta, mas, quando passamos à fase de escrever artigos, publicar em revistas, e vamos confirmar, às vezes, aquilo de que temos a certeza absoluta, pura e simplesmente, não era aquela página, não era aquele autor ou não era o que se dizia.

Em relação às questões que o Sr. Deputado António Filipe coloca, algumas delas são de avaliação política, sobre factos nos quais eu não fui interveniente. Tenho todo o gosto e o dever de lhe responder, mas trata-se de uma avaliação.

Primeiro: por que é que demorou ou está a demorar tanto tempo? O que é que explicará o tempo que demorou e o impasse que afetou a satisfação da encomenda dos asfalteiros? O contrato foi celebrado em maio de 2010 e houve, depois, um primeiro aditamento, em setembro de 2010. Como sabe, o Sr. Deputado respondeu à pergunta que tinha colocado. A avaliação que eu fazia do empenho das administrações e das novas encomendas, a avaliação que faço é muito boa e a prova é que essas administrações acompanharam o Governo em sucessivas missões económicas à Venezuela e fizeram o trabalho, ao seu nível, de concretização das encomendas que essas missões iam desbravando. A diplomacia económica não começou agora. Da mesma maneira que nós agora vamos à Argélia fazer missões económicas, também nessa altura se ia não só à Argélia como a outros países, incluindo a Venezuela. E foi assim, nesse caso. Toda a gente sabe que houve um empenhamento do XVIII Governo, ao mais alto nível, na promoção, em vários países, dessa nossa capacidade, que eram os Estaleiros Navais de Viana do Castelo. E, concretamente em relação aos asfalteiros, a atuação do então Secretário de Estado e ilustre Deputado desta Câmara, Fernando Serrasqueiro, foi absolutamente determinante. Mas fez mesmo a diferença — digo-o eu, que estava por perto e vi.

Agora, por que é que houve esse impasse? Não sei responder senão por uma questão lógica, isto é, a realização da encomenda é objetivamente contrária a qualquer propósito de encerrar a empresa. Portanto, das duas uma: ou não se quer encerrar a empresa e a orientação que é dada é

«avancem, façam», como eu fiz em relação ao *Viana do Castelo* e a outros, — «avancem, façam» —, ou a intenção é fechar a empresa e, então, o interesse objetivo de quem tiver essa intenção é que não se faça. Mas isto é um exercício lógico da minha parte, não tenho nenhum elemento nem me parece que seja eu a pessoa indicada para responder a essa pergunta.

Sobre a questão das contrapartidas, a informação que posso trazer também é muito lacunar. O que posso dizer em relação a isso? Posso dizer, em primeiro lugar, que as contrapartidas materializadas no caso dos Estaleiros, a terem sido, não foram de nenhuma utilidade para a revitalização da empresa.

Em segundo lugar, o que posso dizer é que, quando tomei posse, em outubro de 2009, tinha acabado de ser feito um despacho de pronúncia, da parte do Ministério Público, que alegava — julgo que se diz assim —, contra certas pessoas que constituía como arguidas, que o Estado tinha sido enganado (vamos falar assim), tinha havido um vício de formação da vontade, da parte do Estado, no contrato de celebração das contrapartidas, por causa das, então, chamadas «contrapartidas fictícias».

Tomei conhecimento desse despacho mal tomei posse e fiz o que acho que é meu dever: perguntei ao Ministério Público, através do seu Conselho Consultivo — que, como sabem, é a instância pública que aconselha os membros do Governo na interpretação das leis e dos contratos —, se esse facto novo poderia ter alguma repercussão quer na execução das obrigações do Estado, em matéria do contrato de compra de submarinos, isto é, no respetivo pagamento, quer nas obrigações do Estado, em matéria de cumprimento do contrato de contrapartidas.

A resposta que recebi é pública, o processo é público, porque essa resposta foi publicada, também foi publicada a alegação que o meu Gabinete produziu e foi publicada a decisão final do Ministério Público.

Portanto, quem quiser conhecer esse processo, é só lê-lo, mas eu acho que fiz o meu dever.

Eu não tomei nenhuma decisão nem de «me livrar» da Comissão Permanente de Contrapartidas, nem de terminar com a sua existência. Porquê? Exatamente porque entendia que a Comissão Permanente de Contrapartidas era, na prática, a última instância que o Estado tinha para recuperar algum do prejuízo sofrido com os processos de contrapartidas. Mas essa decisão foi tomada por um Governo legítimo e o Sr. Deputado fará o favor de perguntar a esse Governo, e não a mim, porque não a tomei, pelo contrário.

Quanto à questão da avaliação que faço do programa de cancelamento dos navios da Marinha, já, há pouco, em resposta ao Sr. Deputado Jorge Fão, e, antes, em resposta ao Sr. Deputado Fernando Negrão, tive o cuidado de dizer o seguinte... E eu não tenho a informação que têm os membros do Governo, portanto, sou a última pessoa a avaliar uma decisão em matéria financeira, sem cuidar de saber as circunstâncias em que ela foi tomada. Por que é que não cumpri a Lei de Programação Militar? Porque teria cometido um crime se a cumprisse. Ela tinha sido derogada por uma lei de Orçamento do Estado que dizia «este ano só se faz isto, este montante». Não estou no Governo, certamente, nem ninguém lá precisa de mim, portanto, não sei responder a essa pergunta. Deve ter sido uma necessidade muito extrema, porque o cancelamento daquele programa significou... Não gosto de coisas fúnebres, como a «certidão de óbito», o «prego no caixão» — não gosto dessas coisas —, até porque a minha máxima, enquanto exerci funções políticas, foi sempre a de que a única coisa que morre de véspera é o peru do Natal, por isso, nada de «deitar a toalha ao chão» antes de lutar. Portanto, não quero usar essas imagens fúnebres, mas, evidentemente, o cancelamento do programa de

equipamento militar retirou à empresa o seu principal pilar de sustentação, incluindo do ponto de vista da sua gestão financeira, que era absolutamente crítica. Portanto, deve ter havido razões muito ponderosas para que essa decisão tivesse sido tomada.

Quanto à questão do *Atlântida*, é muito interessante que o Sr. Deputado António Filipe, por duas vezes, a tenha considerado como a questão magna do meu mandato. É muito interessante! Não posso dizer absolutamente nada ao Sr. Deputado sobre o processo de construção do *Atlântida* — o contrato, os termos do contrato, incluindo aquela cláusula contratual que permite denunciar ou cancelar o contrato, podendo pedir indemnização, por causa da diferença de um nó de velocidade —, não posso pronunciar-me sobre isso, porque não estava na EMPORDEF em 2006. Posso pronunciar-me, e foi sobre isso que me pronunciei, sobre a conclusão dessa questão através de um acordo extrajudicial.

Se falei com o Governo Regional dos Açores, a propósito do processo de construção do *Atlântida*, já respondi ao Sr. Deputado Abel Baptista: não e seria uma enormidade se o fizesse! O que é que o Ministro dos Assuntos Parlamentares tinha a ver com isso? Certamente, houve contactos, mas, sobretudo, entre as empresas.

Aliás, o Sr. Deputado diz: «Mas os governos eram da mesma cor»...

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Eu não disse isso!

O Sr. Prof. Dr. **Augusto Santos Silva**: — Disse que a conversa poderia ser facilitada...

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Eu disse que tinham um diálogo fácil!

O Sr. Prof. Dr. **Augusto Santos Silva**: — Tinham um diálogo fácil?! Mas, vamos lá a ver, um governo regional, como uma câmara municipal ou um governo da República...

O Sr. **António Filipe** (PCP): — *(Por não ter falado ao microfone, não foi possível registar as palavras do orador).*

O Sr. Prof. Dr. **Augusto Santos Silva**: — Sim, desculpe, retiro o que disse. Não sei se acha que um era cor-de-rosa mais pálido e outro cor-de-rosa mais vivo...

O Sr. **Afonso Oliveira** (PSD): — Era pálido!

Risos.

A Sr.^a **Presidente**: — Para o PCP, são todos pálidos!

Risos.

O Sr. Prof. Dr. **Augusto Santos Silva**: — Ok, são todos pálidos! Portanto, o PCP é o índio, tudo o resto, para eles, é cara pálida!...

Risos.

Mas, pela minha parte, nunca agi, no exercício das funções públicas, por critérios de maior proximidade ou de maior facilidade, fosse

relativamente a quem fosse. Aliás, julgo que um membro do Governo que proceda assim não merece ser membro do Governo.

O Governo Regional dos Açores tinha por obrigação defender o interesse público dos Açores e o Governo da República tem a obrigação de defender o interesse da República. E as empresas públicas — empresas, porque o contrato não foi estabelecido entre Governos — tinham ambas a obrigação, de, primeiro, ter trabalhado conjuntamente de forma a que o navio tivesse sido construído em condições e, segundo, resolver o litígio. Foi, aliás, essa orientação que o XVII Governo deu à empresa que estava sob sua tutela.

Agora, se me pede outra vez uma avaliação política, eu sei fazer essa avaliação política. Evidentemente que sei que uma situação política em que há um Governo e o principal partido da oposição usa um contrato como a pedra de toque para o ataque ao Governo, é uma situação política que, nos seus termos, não torna esse diálogo fácil.

Gostaria de recordar ao Sr. Deputado que a então líder do PSD-Açores, legitimamente nas suas funções de oposição, condicionava ou atacava o então Governo Regional na base de que ele não estava a atuar tão firmemente quanto devia, que, se fosse ela, denunciava, unilateral e definitivamente, o contrato e que o navio em questão não era um navio mas, sim, uma carroça.

Mas isto é uma avaliação política minha, é uma opinião, que não vale nada para esta Comissão de Inquérito, mas que talvez permita perceber que é sempre mau procurarmos dar um contorno político a acordos e desacordos empresariais. Portanto, se, como penso, as partes procuraram manter a questão no plano empresarial e na relação entre empresas, essas partes, na minha opinião, fizeram bem.

Agora, o acordo não é um acordo decidido pelo tribunal arbitral. Foi constituído um tribunal arbitral e, como estava constituído um tribunal arbitral, o acordo entre as partes teve de ser submetido a homologação do tribunal arbitral, que fez uma homologação formal, como lhe competia, dizendo algo do género: não verificámos aqui nenhuma ilegalidade e, portanto, homologamos o acordo.

E chamo a atenção para que a lógica do acordo, os termos do acordo são estes: os Estaleiros devolveram as verbas que tinham sido adiantadas. Repito, nos termos do acordo, os Estaleiros devolveram as verbas que tinham sido adiantadas, isto é, 32 milhões de euros (isto, em número redondos, mas, depois, se houver mais algum episódio parlamentar, poderei dar os números certos) relativos ao *Atlântida* e 7 milhões de euros relativos ao *Anticiclone* — é que o *Atlântida* era o protótipo e, a partir daí, o processo era replicável.

Os Estaleiros ficaram com a disponibilidade plena do navio construído e do navio em construção. A expectativa dos Estaleiros, tal como comunicada ao Tesouro, é que a de havia interessados no *Atlântida* (aliás, já tinham visitado o *Atlântida*). A venda não era concretizável no imediato e daí ser preciso contrair o empréstimo, e daí ser preciso a autorização do acionista para a contração desse empréstimo.

O armador renunciava aos direitos contratuais, incluindo a execução da garantia bancária...

O Sr. **Jorge Fão** (PS): — E as indemnizações!

O Sr. Prof. Dr. **Augusto Santos Silva**: — ... e as indemnizações devidas. E a informação técnica do Tesouro, a meu ver, é muito boa, porque é muito técnica, é muito distanciada, mas compara justamente os

custos do acordo extrajudicial com os custos, previsíveis, caso o processo transitasse para tribunal arbitral. É que, de acordo com o estipulado contratualmente, «a diferença de velocidade pode permitir à Atlânticoline resolver o contrato, pedir a restituição de todos os adiantamentos...» — os tais 40 milhões de euros — «... e respetivos juros e exigir uma indemnização a ser fixada em tribunal arbitral», situando-se a estimativa de prejuízos entre 17 milhões de euros e 20 milhões de euros.

Portanto, esta não era uma questão do «parece-me que, parece-me que». Eu sei, agora, que há pareceres, mas insisto neste ponto. O Sr. Deputado António Filipe tem suficiente experiência para conhecer a lógica dos pareceres. Um parecer jurídico que nós pedimos não é uma decisão de um tribunal, não é um pronunciamento de uma autoridade indisputável. E eu, quando tive conhecimento dos pareceres, devo dizer que pensei para mim: «Acho que foi uma atitude prudente». É que a empresa que estava a tentar chegar a acordo em via extrajudicial, estava, ao mesmo tempo, a tentar municiar-se com todos os argumentos possíveis a seu favor para a eventualidade de esse acordo extrajudicial não poder ser consumado e continuar a demanda judicial. Parece-me bem razoável. Quantos pareceres eu pedi — não costumava pedi-los fora mas, sim, aos meus serviços e aos das minhas direções-gerais —, por exemplo, em matéria de equipamento militar, para me prevenir contra qualquer eventual oscilação do padrão de comportamento por parte dos clientes!

É que insisto, Sr. Deputado — e o Sr. Deputado sabe muito bem o que estou a dizer —, em matéria de equipamento militar, dadas as condições de oligopólio e oligopsónio do mercado mundial de construção militar, eu, do baixo, do infinitamente baixo da minha insignificância atual, permito-me alertar as Sr.^{as} e os Srs. Deputados para o risco que corremos se ficamos sem uma qualquer capacidade que um ministro da Defesa em

funções possa acionar para reparar os nossos NRP (navio da República portuguesa), as nossas lanchas, as nossas fragatas e as nossas corvetas, e mesmo as lanchas da Polícia Marítima. O Sr. Deputado sabe-o muito bem e sabe muito bem que não posso ir mais longe.

Quanto ao apuramento de responsabilidades, há duas respostas.

A primeira é que um dos elementos importantes do acordo era justamente as partes manifestarem um propósito de colaboração recíproca no apuramento de responsabilidades devidas a terceiros, designadamente a projetistas.

A segunda é que talvez haja aqui uma diferença de opinião. O Sr. Deputado, perante o mesmo caso (porque nós só podemos fazer aqui a análise contrafactual), talvez se tivesse decidido por mandar levantar mais umas cruzes no Gólgota. E eu devo dizer que a minha preocupação essencial foi tentar que a Jerusalém disponível não se transformasse numa nova Babilónia, isto é, que aquela empresa, que acabava de viver aquele momento crítico, pudesse ter uma vitória, uma vitória imediata, uma vitória visível e uma vitória que demonstrasse a todos (incluindo o Estado português e as Forças Armadas Portuguesas) que era capaz de fazer.

É por isso que resisto um bocadinho (e peço desculpa se ultrapasso a minha posição aqui) a estas insinuações de que houve um caixão que ficou fechado em 2009. É que essas insinuações parece-me serem «desculpas de mau pagador» de quem de facto... Se a empresa estava mesmo para enterrar, foi mesmo enterrada! E depois porque me parece terem pouco respeito por aquilo que o Sr. Deputado Fernando Negrão começou por referir, e muito bem, isto é, a enorme valia dos trabalhadores dos Estaleiros, que não mereciam outra coisa que não que alguém, com a influência e o poder político indispensáveis, como eu julgo que tinha, pudesse dizer: «Ninguém falha mais, porque ninguém pode falhar, já se

falhou o que chegue. Quem falhou e quanto falhou, esqueçam isso. Falha-se desde 1952. Se vamos buscar agora os responsáveis, nunca mais saímos daqui. Quando dermos por ela — enquanto andamos a tentar levantar as cruzes e depois a fazer aquele roteiro todo, primeiro vai a Caifás, depois vai a Pilatos, depois é coroado ironicamente como rei dos judeus, depois é sujeito a todas as torturas e só depois é crucificado —, já foi outra vez mais um navio perdido. Portanto, por favor,...» — e desculpem o ânimo, mas é que foi mesmo assim — «... agora, mando eu: o senhor é fardado, o senhor não é fardado, não me interessa; o senhor é cliente, o senhor é construtor, muito bem. São todos públicos, eu mando em todos, vamos fechar isto!» Não foi assim, não tenho essas pretensões. Mas repare que «fechar isto» significou muitas reuniões de parte a parte, a dizer «sim senhor». Lembro-me que havia um *tablier* que implicava 1000 sinais e havia gente que achava que se tivesse só 990 já não chegava. Era uma coisa que parecia mesmo, outra vez, os nós.

Esta atuação foi errada? Talvez. Se foi errada, a responsabilidade é minha. Se esta opção, de, em vez de ir para o Calvário, ir mandar parar o Mar Vermelho e atravessar, é um erro, assumo-o plenamente.

A Sr.^a **Presidente**: — Tem, agora, a palavra a Sr.^a Deputada Mariana Aiveca, do Bloco de Esquerda.

A Sr.^a **Mariana Aiveca** (BE): — Sr.^a Presidente, Sr. Prof. Augusto Santos Silva, cumprimento-o pela sua presença aqui hoje.

Já muita coisa foi dita. E o Sr. Professor foi respondendo, com a eloquência que é sua característica, a uma série de perguntas. Ainda assim, gostaria que precisasse algumas questões.

Fez-nos aqui um retrato detalhado do plano de reestruturação, elencando até as prioridades ou, se assim se quiser, as opções desse mesmo plano. A pergunta que quero fazer-lhe, que não é nada técnica, mas tão simplesmente de responsabilidade política, é se acha que essa era, de facto, a única forma de salvar os Estaleiros, mantendo-os na esfera pública. É que esta é, para o Bloco de Esquerda, uma questão de grande importância.

Depois, gostaria de saber se nesse plano de reestruturação não havia nenhuma outra forma de resolver o problema do passivo — porque objetivamente era disso que se tratava e da viabilidade daquela empresa enquanto empresa pública — sem fazer um despedimento de praticamente metade dos trabalhadores.

Já nos deu aqui alguns dados dos custos, das poupanças que se fariam nesses custos. Mas essa era, depois de estudado todo o processo, a única possibilidade? É uma questão que gostaria que precisasse melhor.

Há uma outra questão que, creio, não pode ser ofuscada de forma alguma e é algo que qualquer cidadão comum que nos está a ouvir e que sabe que há uma Comissão de Inquérito para apurar todo este processo dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo não entende. Não se entende como é que todas as entidades que tiveram, ao longo dos anos, responsabilidades — desde o Governo, aos conselhos de administração e à própria *holding* que opera nesta área — não averiguaram o que todo o País sabe, isto é, que, durante anos, mais propriamente quase nos últimos 20 anos, todas as construções, todas elas — 13 navios —, deram prejuízo aos Estaleiros Navais de Viana do Castelo.

O que qualquer cidadão comum se questiona é tão simples quanto isto: mas ninguém averiguou essa circunstância? É que qualquer cidadão comum comparará sempre esta empresa com outra empresa qualquer do País. E qualquer empresa, qualquer empresário não define o seu negócio

tendo à cabeça sempre e sempre um negócio com o qual sabe, à partida, que vai ter prejuízo. Mas estamos a falar de uma empresa de características diferentes, que é uma empresa pública, com gestão pública, nomeada pelo Governo, portanto, o apuramento das responsabilidades é absolutamente necessário.

E não partilho da sua última intervenção dizendo que é preciso ir apurar coisas, que andamos aqui a demorar muito tempo... É verdade, mas o apuramento das responsabilidades não para processos nem paralisa as empresas e ele é absolutamente necessário, porque estamos a falar da gestão pública.

Pergunto-lhe claramente se, no breve tempo em que foi Ministro da Defesa, durante aqueles meses, nunca lhe ocorreu abrir um inquérito para apurar responsabilidades, fossem do seu mandato ou não, porque qualquer governante tem a inteira legitimidade de apurar o que se passa para trás e, portanto, não nos podemos circunscrever à atuação do governante no exato tempo em que esteve em exercício de funções. Gostaria que me respondesse a esta questão.

Diz-nos, a determinado momento, com a eloquência que o caracteriza: «Nada de ‘deitar a toalha ao chão’ antes de lutar». Subscrevo inteiramente essa sua afirmação, até porque nós não somos de «deitar a toalha ao chão» antes de lutar. Exatamente por isso é que me parece que aquele plano de reestruturação já era «deitar a toalha ao chão» para uma parte dos trabalhadores. Peço que comente, se é que está disponível para o fazer, se esta última opção não foi exatamente «deitar a toalha ao chão» e acabar com os Estaleiros Navais de Viana do Castelo.

Antes de terminar, queria colocar-lhe uma questão, que não foi posta durante esta audição e que tem a ver com o Arsenal do Alfeite.

Congratulou-se com as novas notícias sobre o Arsenal do Alfeite, mas gostaria...

O Sr. Prof. Dr. **Augusto Santos Silva**: — Já foram desmentidas!

A Sr.^a **Mariana Aiveca** (BE): — Um pormenor: há uma ação que foi desencadeada exatamente pelo Ministro da Defesa, Augusto Santos Silva, e que tem a ver com o empréstimo de 20 milhões que o Arsenal do Alfeite fez, em 2010, para pagar salários aos Estaleiros Navais de Viana do Castelo com o compromisso de que imediatamente esse dinheiro seria reposto. Por que é que não foi reposto? Essa atitude não contribui ainda hoje para a asfixia no próprio Arsenal do Alfeite? Sendo esta uma decisão do seu Governo, tomada em 2010, o que é que se passou para que esse compromisso, que era de 2010 e que era no sentido de ser saldado a seguir — suponho que em 2011 ou, mesmo, *a posteriori*, portanto teria de ter tomado alguma medida — não tivesse sido cumprido? Por que é que essa situação não ocorreu?

De facto, na nossa leitura, o que se está a fazer é a asfixiar o Arsenal do Alfeite e tememos — mas esta é uma consideração política apenas minha, pelo que não lhe vou pedir um comentário — que o caminho seja exatamente o mesmo do dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo.

Finalmente, peço-lhe um breve comentário sobre o navio *Atlântida*. Sendo que nos remete para responsabilidades de 2006, porque foi um pouco isso que fez quando há pouco nos disse que não podia ter um diálogo mais ligeiro, se assim quiser, utilizando uma outra figura, uma vez que, estando perante dois governos com a mesma cor política (não tenho medo das palavras), isso poderia indiciar que esse diálogo fosse mais ligeiro... Já nos deu conta do que fez relativamente a esta matéria e percebemos que, na

sua ótica, estas responsabilidades são remetidas mais para trás, ou seja, para o anterior Governo, para 2006. Creio que sobre isso não há nenhuma dúvida. Será a Comissão de Inquérito a determinar se, a este propósito, vamos ou não ouvir mais pessoas.

Porém, lamento que não tivesse feito nenhum pronunciamento mais concreto sobre a questão do *Atlântida*, porque creio que também tinha responsabilidades, sendo que, como referi em anteriores casos, as responsabilidades não são aferidas no exato termo da governação mas mais para trás.

Portanto, se também tem a percepção de que, em relação à questão do *Atlântida*, as responsabilidades vêm de trás, pergunto se nunca lhe passou pela cabeça tentar apurar estas responsabilidades.

A Sr.^a **Presidente**: — Sr. Professor tem a palavra para responder.

O Sr. Prof. Dr. **Augusto Santos Silva**: — Sr.^a Deputada Mariana Aiveca, sem me permite, começo pela última pergunta porque talvez me tenha exprimido mal.

Eu limitei-me a dizer, em resposta a vários Srs. Deputados, que, do ponto de vista de depoimento sobre factos, me pronuncio pelo período que medeia entre outubro de 2009 e junho de 2011, porque é em relação a este período que tenho nesta *pen* — que, aliás, faz promoção a uma bela iniciativa, que é o Dia da Defesa Nacional — uma cópia, que me foi, gentil e prontamente, fornecida pelo Gabinete do Ministro da Defesa Nacional, da documentação entrada e saída do meu Gabinete e do Gabinete do Sr. Secretário de Estado (que era quem tinha delegação de competências, mas ser ele ou ser eu é a mesma coisa, a responsabilidade é sempre minha, por isso é que se é ministro), com relevância para os Estaleiros.

É apenas isso: faço depoimento sobre factos que pude confrontar, confirmar e estudar nestes últimos dias para me preparar para ser inquirido por VV. Ex.^{as}. Não estou a alijar responsabilidades. Aliás, acho que as responsabilidades são de todos.

Talvez seja exagerado da minha parte, mas vivi nesta Câmara episódios que acho que nos deviam ter servido de lição para todos. Lembro-me de um episódio, a propósito de uma coisa como as obras no túnel do metro na estação do Terreiro do Paço, que até deu para ser criada uma comissão de inquérito para tentar embaraçar o então secretário-geral do meu partido. Depois, porque nestes circuitos — é a vantagem da democracia — há sempre alguém com sensatez, a coisa foi resolvida a contento porque, evidentemente... Aquilo até passou por ter documentos congelados na gaveta de um ministro para não ilibar o tal secretário-geral.

Portanto, eu estava cá, vi e não gosto de fazer aos outros o que não gostei que me fizessem a mim e acho que aquilo foi uma coisa que fez mal a todos.

Eu não sou muito da lógica de, pelos vistos, pelo que me vão contando, aqui dos conselhos de administração. Chego aqui e digo: «Ah, não, não fui eu o menino que atirou a pedra, foi aquele, foi o Luisinho, foi o Zezinho...». Não! O contrato foi celebrado em 2006... Pois foi celebrado em 2006. Não posso dar mais informação porque foi celebrado em 2006, mas a responsabilidade também é minha, eu era membro do Governo. Evidentemente, as Sr.^{as} e os Srs. Deputados sabem que os membros do Governo são solidariamente responsáveis e o Estado é o mesmo; em particular, nestas matérias da Defesa Nacional, o Estado é o mesmo. Nestes 40 anos de democracia, houve um dissenso, que foi a questão do Iraque e da atitude face ao então Presidente George Bush e à sua famosa guerra

preventiva contra o terrorismo, um dissenso que teve implicações profundas e que ser gerido «com pinças».

É muito importante que os partidos se entendam sobre as grandes questões da Defesa Nacional e, sobretudo, que as Forças Armadas portuguesas percebam que não são só elas que cumprem aquele artigo da Constituição segundo o qual são apartidárias, também são os partidos quando lidam com questões militares. Desculpe este meu lado institucional, mas com a idade vai ficando pior!

Mas eu não remeto responsabilidades para ninguém. Desde 1143, todas para Portugal e, se formos até aos celtiberos, vamos até antes do nascimento de Cristo!

A Sr.^a Deputada, que era uma das mais brilhantes da Câmara quando eu era Ministro da Defesa, pode fazer o seguinte exercício: o que é que me diria se soubesse que eu, como Ministro da Defesa, só por ser membro do Secretariado Nacional do Partido Socialista e lá, nas reuniões, encontrar regularmente o Sr. Carlos César, então Presidente do Governo Regional dos Açores e também Secretário Nacional do Partido Socialista quando eu o fui, só por causa disso, enquanto decorria uma demanda judicial entre empresas, estivesse a combinar coisas com ele sobre essa demanda judicial? O que é que a Sr.^a Deputada fazia? Chamava-me aqui, exigia a minha demissão, dizia que é assim que é a corrupção... Está a ver, Sr.^a Deputada, como o exercício é fácil de fazer?

Havia uma demanda judicial entre duas empresas. O que disse o acionista foi: «Atenção, há aqui este relatório da Inspeção-Geral das Finanças e da Defesa, pelos vistos, não é claro que haja 100% de culpa de um lado e 0% de culpa do outro, são ambas empresas públicas. As consequências, até reputacionais, deste litígio são graves. E portanto, a nossa orientação de gestão é: procurem um acordo extrajudicial, se ele for

possível.» Mas a mesma tutela que diz isto iria por trás da mesa entender-se porque somos camaradas, companheiros ou...?! Não pode ser! Isso tem um nome em política e o Bloco de Esquerda costuma usar esse nome muitas vezes.

Portanto, está a ver que isto não é assim tão... «Eu conheço-o, encontramos-nos, tomamos um chá, fica o negócio feito». Não é assim que a coisa se faz! Pelo contrário, quando há estes problemas, até evitamos tudo o que seja... Mesmo tomar chá só para tratar do Benfica/Sporting pode ser mal visto, pode ser mal-entendido e mal interpretado.

Quanto à questão do Arsenal e dos Estaleiros, sim, é verdade, as empresas pertenciam à mesma entidade, a EMPORDEF, e isso é uma operação de gestão financeira técnica que se chama *polling* e que justamente permite...

O Sr. **Fernando Negrão** (PSD): — Até podia ser *bullying*!

O Sr. Prof. Dr. **Augusto Santos Silva**: — Não, não é *bullying*! É *polling*, pôr em piscina, pôr em comum. Aliás, em bruxelês até se diz *sharing and polling*, mas aqui é só o *polling*.

Qual é o móbil deste tipo de operações? É muito fácil, Sr.^a Deputada. A minha orientação e o meu propósito era salvar as duas empresas, não uma à custa da outra. É para isso que se usam instrumentos de gestão, aliás, corriqueiros, como sejam este que descrevi e que a Sr.^a Deputada descreveu factualmente de forma muito correta.

Quanto à questão do *downsizing* na empresa e do *outsourcing* — são os palavrões técnicos —, o programa incluía o *downsizing* e o *outsourcing*. Isto é, implicava a redução, que se previa ao longo de 2011, do pessoal permanente da empresa, de 766 para 346. Daí vem a redução em 420,

portanto, 766 menos 420 dá 346 (isto é o *downsizing*) e o estabelecimento de cerca de 200 subcontratados (é o tal *outsourcing*).

Por que é que isto era necessário? Era necessário exatamente porque o passivo não era o único problema da empresa, nem era o problema principal. O problema principal, Sr.^a Deputada, nunca está no *stock*, é como com a dívida; o problema principal está no que alimenta o *stock*. Os resultados líquidos negativos ano após ano é que vão aumentando o passivo. E, portanto, não é possível — era a operação do *business as usual* — dizer: «Metam cá mais 200 milhões, o passivo fica anulado e a banda continua a tocar na mesma música e na mesma cadência». Não podia! Não podia! Por isso é que o único cenário aceitável era o da reestruturação.

Agora, um dos principais custos era justamente o do pessoal. Esta operação permitia reduzir a metade os custos de pessoal.

O princípio que seguimos é muito simples. É um pouco cru dizê-lo assim, mas devo dizê-lo porque a verdade, às vezes, é crua, mas depois metemos-lhe o manto diáfano da fantasia se foi para vendê-la como romance. Como não estamos a tratar de romances, estamos a tratar de responsabilidades políticas, a verdade crua era esta: os Estaleiros tinham pessoal a mais para o volume de encomendas que tinham, inclusive as encomendas que tinham em carteira. Tão simples quanto isto. E, de facto, há uma prova disto. Quando usamos o mesmo tipo de informação, ou seja, a informação dada pela empresa, já não a relativa a janeiro ou fevereiro de 2011, altura em que o plano de reestruturação da empresa foi apresentado pela administração à tutela, mas, sim, a relativa a julho de 2013, quando provavelmente a empresa comunicou ao então e atual Ministro da Defesa essa informação, quando comparamos os dois números e há cinco meses de diferença, já a empresa que, em fevereiro, comunicava ter 766 trabalhadores dizia ter seiscentos e poucos.

Portanto, estamos a falar de um processo que até se fazia, em grande parte, naturalmente.

Porque faz parte do jogo político e nem sequer reagi na altura, percebo que se diga: «Queriam desmantelar... Queriam despedir 400...», mas é o exagero do publicitário. Realmente, quem olhar para isto com olhos de ver do ponto de vista da gestão, inclusive da gestão empresarial, quando começa a ver em pormenor, não só é muito difícil dizer que a empresa tinha carência de pessoal, como é muito fácil perceber que havia uma elasticidade que por ela própria garantia uma parte significativa do processo de redimensionamento que era preciso fazer. Era como se houvesse um estabilizador automático a funcionar.

Se me pergunta se isso custou, se eu dormia sossegado, respondo que não, Sr.^a Deputada, ninguém gosta de despedir, ninguém gosta de avaliar politicamente programas de rescisão, ninguém gosta de ir a uma terra, não para inaugurar uma placa com o seu nome porque um equipamento acaba de ser formado, mas para ficar associado à perda de 300 postos de trabalho, como foi o caso dos Estaleiros de Viana do Castelo. Ninguém gosta disso e, ainda por cima, com ligações familiares a Viana do Castelo. Mas eu nunca me regulei por essas coisas e, aliás, talvez seja muito assertivo nisto que digo e até, às vezes, demasiado emotivo para o que seria esperado.

Vivi um processo muito semelhante do ponto de vista de «como é que se salva uma empresa pública com coragem», exatamente no Governo anterior, com o caso da RTP. Também neste caso teria sido fácil chegar lá e dizer assim, e quanta gente me aconselhou a fazê-lo: «Isto é um programa que foi feito pelo Governo PSD/CDS, implica a redução de pessoal da empresa,...» — e aí era mesmo na ordem das muitas centenas — «... a administração foi nomeada por eles...» Aliás, a praxe portuguesa, desde a democracia, ininterruptamente, era a de que, quando mudava a orientação

política do Governo, mudava a administração da RTP. Mas, retomando, eu tive de dizer (e logo para ficar claro a toda a gente), não que o processo era parado e que todos os postos de trabalho eram salvaguardados e que a RTP até ia empregar mais gente, mas, sim: «Não, não, isto vai até ao fim, a administração é a mesma, cumpre o seu mandato, o programa está aprovado por quem de direito e é assim que a empresa tem de ser gerida». Custa! É-se menos popular! É-se insultado do piorio!

Mas, se isto fosse fácil, toda a gente estaria a fazer fila para entrar, em particular, no Ministério da Defesa, porque se tem muitas paradas e muitas continências e até se usa uma bandeira própria. Portanto, quem gostar do espetáculo...! Mas aquilo não é só cerimonial, aliás, o cerimonial tem uma razão política e institucional de fundo, que é a chamada «supremacia do poder civil sobre o poder militar». Mas isso também é para as responsabilidades, não é para ficarmos atrás a dizer: «Ah, a administração... Isto é chato... Ainda por cima... Agora...»!!

Imagino o que a Sr.^a Deputada me chamaria, com toda a razão, se soubesse que no dia 24 de março — no dia 23 de março o Governo a que eu pertencia demitiu-se (com certeza que não quer que eu lhe recorde porquê, vamos só recordar o facto de se ter demitido) — eu tinha chamado a administração e tinha dito: «Reestruturação não, não. Nada disso que eu agora tenho de ir a eleições, não quero que alguém se lembre de dizer que estamos a preparar um *downsizing* da empresa». O que é que me chamaria? A Sr.^a Deputada sabe muito bem o que me chamaria, e com toda a razão.

Quanto ao apuramento das responsabilidades, talvez tenhamos uma divergência. Não posso dizer que tenha grande experiência política, estive 12 anos em funções políticas a tempo inteiro, entre 1999 e 2011. Para quem está lá parece uma eternidade. Aliás, lembro-me sempre do antigo primeiro-ministro britânico, James Callaghan que, quando uma vez lhe

perguntaram qual tinha sido a principal lição que tinha aprendido em política quando estava no Governo, respondeu: «Aprendi que em política uma semana é uma eternidade». Portanto, quando se está lá parece uma eternidade, mas não foi assim muito tempo.

Agora, vivi o suficiente — antes tinha tido responsabilidades de direção na universidade a que pertenço e depois tive também —, pelo que creio saber o suficiente da gestão de organizações e, em particular, de organizações muito complexas, como são as empresas públicas. Como sabe, há uma corrente, que agora, felizmente, está a ser atalhada até com grande mérito de membros do atual Governo, como o Secretário de Estado dos Transportes e outros... Havia uma doutrina segundo a qual, sendo a empresa pública, alguém havia de pagar, no fim havia alguém de pagar. Essa doutrina teve uma grande implantação em Portugal e teve de ser corrigida.

Como eu estava a dizer, vivi o tempo suficiente para saber que, quando temos um problema, há duas atitudes a tomar: há aqueles que gostam de resolvê-lo e há aqueles que gostam de pedir uma inspeção, fazer uma auditoria, isto é, tentar encontrar um bode expiatório.

O meu ponto é sempre o mesmo: para que os Estaleiros Navais de Viana do Castelo pudessem ser salvos, é a expressão que uso, era preciso que eles fizessem aquilo que em economia se chama «efeitos demonstrativos», isto é, mostrassem capacidades, e foi esse o trabalho. Não sou o Fernão Lopes da democracia portuguesa!... Depois, alguém averiguará as responsabilidades históricas da nacionalização em 1975, do início do ciclo dos resultados líquidos negativos desde 1992...

Baseado na minha experiência — e a minha experiência diz-me que as instituições e as pessoas têm uma qualidade média muito superior àquilo que julgamos quando estamos na conversa de café —, o que posso dizer é

que muitos governos e muitos ministros procuraram arrostar com dificuldades para manter uma capacidade nacional própria em construção naval, principalmente militar. Esse propósito foi para muitos titulares, todos muito mais capazes do que eu próprio, preponderante sobre outras considerações.

Soube, há poucos dias, que o Ministério Público vai fazer um inquérito sobre o *Atlântida* — lá estaremos todos. Esta Comissão de Inquérito está a apurar as responsabilidades que conduziram ao processo de concessão dos Estaleiros Navais — estamos aqui para isso.

Portanto, estou apenas a pedir que respeitem esta minha posição, que é a posição daquele que entendeu — e que não se arrependeu até agora, embora possa vir a arrepender-me no futuro —, na altura em que exerceu o cargo, que o foco essencial era concluir o *Viana do Castelo* sem mais nenhum percalço.

Em matéria de ação política, há quem diga que — e Isaiah Berlin teorizou sobre isso — temos de ser raposas com muitas ideias e com muitas coisas. Mas, mesmo que sejamos raposas, portanto com grande liberdade de espírito e com grande capacidade de atuação dentro da floresta, devemos ter um foco, e aquilo, no limite, é traduzível numa frase.

Para terminar, respondendo à outra questão, sim, era a única forma de salvar os Estaleiros, na minha opinião.

Sr.^a Presidente, acho que respondi a todas as perguntas.

A Sr.^a **Presidente**: — Srs. Deputados, chegámos ao fim da primeira ronda.

Uma vez que os Grupos Parlamentares do PCP, do PSD, do PS e do CDS-PP manifestaram interesse em que houvesse uma segunda ronda,

vamos fazer um curto intervalo técnico e retomaremos os trabalhos a seguir.

Pausa.

Vamos dar início à segunda ronda.

Informo que cada grupo parlamentar dispõe de 3 minutos para colocar as questões e depois o Sr. Professor responderá a todas em conjunto.

Sendo assim, dou a palavra ao CDS-PP, na pessoa da Sr.^a Deputada Otília Ferreira Gomes.

A Sr.^a **Otília Ferreira Gomes** (CDS-PP): — Sr.^a Presidente, cumprimento, em primeiro lugar, o Sr. Prof. Augusto Santos Silva.

Rapidamente, queria voltar à questão do *Atlântida* e do *Anticiclone* porque ainda não consegui perceber algumas coisas.

O Sr. Professor já deu a entender, de certa forma, que estas críticas que são dirigidas ao acordo que foi celebrado entre o Governo do Continente e o Governo dos Açores têm a ver com juízos da administração, deitando as culpas para o interior ou, mesmo, dizendo que são desculpas de mau pagador.

Mas aquilo que lhe queria assegurar é que não só as expressões «machadada final» e «prego no caixão» foram aqui trazidas pelos representantes dos trabalhadores e dos sindicatos e não pela administração dos Estaleiros, mas também que se conclui que quem estava a desrespeitar o contrato era a Atlânticoline e não os Estaleiros, por pareceres trazidos à Comissão — o Sr. Professor já disse que desconhecia —, pareceres esses

datados de 2009 e de ilustres professores. Portanto, estas questões parecem-me demasiado importantes para que não se conheçam.

Já foi aqui referido mas queria saber mais concretamente se o Sr. Professor não entende que, relativamente a este processo do *Atlântida* e do *Anticiclone*, os Estaleiros tiveram um prejuízo enorme não só financeiro mas também a nível da sua imagem e da sua credibilidade. Pergunto se o Sr. Professor também concorda com estas conclusões.

Queria voltar ao tema da responsabilidade. O Sr. Professor disse aqui, há bocado, uma expressão que retive: «Os Estaleiros cometeram um erro crasso», referindo-se a esta questão do *Atlântida*, nomeadamente quanto à velocidade. Já ouvimos aqui, nomeadamente trabalhadores, dizer que o *Atlântida* era um excelente *ferry* e que não apresentava problemas absolutamente nenhuns.

Sr. Professor, assume, então, que efetivamente não apurou nem tentou apurar qualquer responsabilidade? Queria uma resposta concreta da sua parte.

Queria também saber se não entende que é função da tutela apurar estas responsabilidades, nomeadamente quando aconteceu um «erro crasso» na construção de um navio.

Mais uma questão que tem a ver com a reestruturação de 2011. Já aqui afirmou que era duro, mas que tínhamos de seguir em frente e que a tutela, através do seu Secretário de Estado, teria reunido com os trabalhadores e com a administração. Porém, os trabalhadores já aqui disseram que não reuniram nessa altura com a tutela e souberam desta situação do despedimento de 420 trabalhadores através de uma conferência de imprensa.

O que lhe pergunto, mais concretamente, é se tem conhecimento do relatório de 2009, da IGF, realizado na sequência de uma auditoria que teve

lugar entre 2008 e 2009, nomeadamente das suas conclusões, onde se diz que o plano de reestruturação de 2005 não foi implementado, verificando-se um sucessivo adiamento da reestruturação dos Estaleiros, que os Estaleiros se encontravam em falência técnica e onde se recomendava, nomeadamente ao Governo, uma reestruturação empresarial e de pessoal. Isto em 2009, três ou quatro meses antes de o Sr. Professor tomar posse como Ministro da Defesa.

O que lhe perguntava era se o Sr. Professor, na altura Ministro da Defesa, fez cumprir algumas destas recomendações constantes deste relatório.

A Sr.^a **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Afonso Oliveira, do PSD.

O Sr. **Afonso Oliveira** (PSD): — Sr.^a Presidente, Sr. ex-Ministro Augusto Santos Silva, quero cumprimentá-lo por estar nesta Comissão de Inquérito.

O senhor já respondeu durante esta tarde a algumas questões, mas deixe-me dizer-lhe, também com toda a frontalidade, como a que usou aqui hoje, que, infelizmente, na minha opinião, não respondeu a algumas questões fundamentais para que se perceba para onde iriam os Estaleiros no momento em que o senhor estava no Governo.

Esta é a questão muito clara que já vou colocar-lhe e é este o enquadramento do que queria dizer.

Disse também aqui hoje, várias vezes, que seria desejável, que seria a sua intenção, manter os Estaleiros na esfera pública. Durante toda esta audição, teve este tipo de afirmações e até disse, em alguns momentos, que,

perante algumas circunstâncias, tinha vontade de dizer: «Avancem... Façam...».

A pergunta que lhe faço, usando muito as suas expressões, e permita-me fazê-lo nestes termos, é a seguinte: quando dizia «Avancem» e «Façam» não estava, de certeza absoluta, a referir-se — e a questão já aqui foi colocada pelo Sr. Deputado Fernando Negrão — à construção de 22 navios durante 10 anos com 100 milhões de euros de prejuízo. Poder-me-á dizer que não esteve no Governo durante 10 anos, que esteve dois anos em função...

O Sr. Prof. Dr. **Augusto Santos Silva**: — Já sabe que não vou dizer assim!

O Sr. **Afonso Oliveira** (PSD): — Muito bem.

O que lhe pergunto é muito simples: no período em que estive no Governo — e esta questão é fundamental para percebermos isso e se não for respondida nestes termos, deixe-me dizer-lhe que esta audição fica com alguma debilidade —, os Estaleiros mantiveram um determinado nível de endividamento (aliás, esses dados foram apresentados nesta Comissão de Inquérito pela EMPORDEF, portanto não são dados meus, nem nossos, são da EMPORDEF em relação aos Estaleiros) desde 2005 e há, depois, um crescimento brutal do endividamento.

Este é um facto indesmentível e era este o caminho que estavam a levar os Estaleiros dada a forma como construía, dada a forma como vendia, dados os preços a que construía, a que vendia... Digamos que vendia navios abaixo do preço de custo, e isto é insustentável. Não estou a ver...

A questão que lhe coloco é muito simples: que montantes é que acha que era naquele momento razoável e no futuro também que o Estado português pagasse para manter os Estaleiros nos termos em que mantinha.

Esta questão tem a ver com uma outra que aqui levantou e que diz respeito ao facto de defender — e eu até compreendo isso e nós todos gostaríamos de ter, digo eu — os Estaleiros navais na mão pública, desde que funcionassem com resultados e que, no mínimo, não houvesse prejuízo.

O Sr. Ministro da Defesa esteve nesta Comissão e, em resposta ao Sr. Deputado António Filipe, a propósito da percentagem das construções militares relativamente ao total de todas as atividades dos Estaleiros, deu-nos os seguintes valores: 2005 — 33%; 2006 — 11%; 2007 — 7%; 2008 — 5%; 2009 — 15%; 2010 — 21%; 2011 — 9%....

Percebo que o que disse aqui hoje foi que era importante manter os Estaleiros navais a construir navios militares, ou o que quiser, para as Forças Armadas portuguesas, compreendo isso, mas neste período, claramente — facto indesmentível —, não estávamos a construir para as Forças Armadas portuguesas. Não estávamos! Estávamos, sim, a construir navios para vender para o exterior, com prejuízos.

O próprio estudo de 2011, que já aqui foi citado várias vezes, refere várias questões que são fundamentais: no caso concreto dos Estaleiros navais, concluiu-se que eles estão estruturalmente inadaptados para competir perante baixos níveis de produtividade — é uma afirmação; os Estaleiros navais apresentam um nível de produtividade quatro vezes menos do que o melhor *player* europeu, quatro vezes menos!; os Estaleiros navais demonstram uma incapacidade de ajustar a estrutura de custos ao nível aceitável e tem uma estrutura de custos rígida; e, uma outra afirmação que também é dita nesse estudo e que não foi aqui referenciada, a evolução do nível de endividamento nos últimos anos é incompatível, representa

mais de 92% do ativo, comparando com 27% do *benchmark*. Quer dizer, os Estaleiros navais face às melhores práticas internacionais, tinha um nível de endividamento completamente insustentável.

A pergunta que lhe faço, Sr. Prof. Augusto Santos Silva, é a seguinte: no período em que esteve no Governo o que é que fez para alterar este estado de coisas? Não era com este estudo que o iria fazer, porque este estudo surgiu e houve um despacho do Governo já quando o Governo estava de saída, portanto não iria fazer, com certeza. Por isso, a pergunta é: o que é que fez? O que fez durante todo o período em que esteve no Governo? Desde 2005 até 2011, o que se vê é o aumento do endividamento e o crescente nível de problemas nos Estaleiros, portanto não se vê nenhuma solução.

A Sr.^a **Presidente**: — Sr. Deputado Agostinho Santa, do PS, tem a palavra.

O Sr. **Agostinho Santa** (PS): — Muito obrigada, Sr.^a Presidente.

Cumprimento o Sr. Prof. Augusto Santos Silva e vou tentar colocar, dentro do tempo disponível, pelo menos, duas situações, e passo imediatamente a elas.

Primeira: o Sr. Professor, quando foi para desacreditar a solução que tinha a ver com o plano de recuperação e investir em soluções outras que não o plano de recuperação, disse, e bem, que se criaram expetativas, expetativas essas que, na sua opinião — e também na nossa, porque não? —, eram perigosas e perversas até porque, à partida, eram elas próprias irrealizáveis.

Transporto a situação para agora e coloco-lhe a seguinte questão: nesta altura, para demonstrar ou provar a bondade da solução, primeiro, da

privatização e, depois, da subconcessão, quanto a nós — e pergunto-lhe se também concorda —, estão, uma vez mais, a entrar-se no mesmo caminho da criação de expectativas que continuam a ser perversas e perigosas. Criam-se, por exemplo, as expectativas de que não são 120 trabalhadores, que são 400, que até pode chegar aos 1000 trabalhadores a serem reempregados na construção naval; acena-se com a continuidade garantida da construção naval nos Estaleiros Navais de Viana do Castelo, quando sabemos que nem contratualmente isso está garantido; diz-se que haverá encomendas suficientes para empregar essa gente toda; acena-se com a hipótese da «herança» na construção dos asfalteiros.

O que pergunto é: entende que o mesmo grau de perversidade e de perigosidade não poderá estar a ter lugar neste momento?

Segunda pergunta: o decreto-lei que instituiu a subconcessão alarga o seu objeto. Diz que a subconcessionária pode dedicar-se à construção e à reparação naval, mas também diz que pode entrar na construção de componentes da indústria eólica, na indústria metalomecânica e até em atividades complementares e conexas.

Não está, pois, garantida a hipótese, pensamos nós e ninguém duvida disso — nem o próprio Ministro nos disse aqui que isso era garantido —, de que a subconcessionária se dedique, efetivamente, à reparação e construção naval. Pode muito bem acontecer que não consiga principalmente dedicar-se à construção naval, até porque sabemos, e por aquilo que nos disse hoje, que a construção naval é dificilmente autossustentável, até pelas razões que têm a ver com a concorrência exterior.

Se isto acontecer, se os Estaleiros Navais de Viana do Castelo deixarem de ser estaleiros navais, ou seja, se deixar de haver construção naval, que impactos é que isto tem para os tais interesses que identificou, e

muito bem, os interesses estratégicos do País no plano naval, designadamente no plano naval ligado à defesa nacional.

Finalmente, uma pergunta muito simples ligada com esta: numa situação destas, quem é que garante, por exemplo, a manutenção dos navios-patrolha que, entretanto, foram construídos nos Estaleiros Navais de Viana do Castelo?

A Sr.^a **Presidente**: — Sr. Deputado António Filipe, do PCP, tem a palavra.

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Muito obrigada, Sr.^a Presidente.

O Sr. Prof. Augusto Santos Silva quis levar há pouco, nesta retórica que lhe é reconhecida, a questão que eu coloquei sobre o entendimento, o diálogo com os Açores para um caminho que não era aquele que eu pretendi, ao insinuar que o que eu estava a dizer era: «Bem, os Governos eram da mesma cor e, portanto, faziam ali um compadrio...» Não é nada disso!

O que eu quis dizer foi que o diálogo entre os Governos da República e das Regiões Autónomas tem sido, normalmente, um diálogo fácil. Não havia, nem há hoje, uma situação de crispação institucional ou de conflito institucional que dificultasse, de alguma forma, o diálogo entre o Governo da República e o Governo dos Açores.

Ora bem, quem acompanhou, por exemplo, a construção dos NPO — eu acompanhei e fui várias vezes aos Estaleiros Navais de Viana do Castelo — verificou que o processo de construção não foi fácil, que houve coisas que se fizeram que foi preciso desfazer. Ou seja, havia um diálogo entre a Marinha portuguesa e os Estaleiros Navais de Viana do Castelo que levou a

que o «tiro» fosse corrigido muitas vezes ao longo da construção e isso nunca gerou nenhuma situação de conflito.

A Marinha portuguesa, de forma obviamente responsável, nunca chegou lá e disse: «Bem, os senhores não estão a cumprir, não era isto que nós queríamos e, portanto, acabou, não fazem mais navio nenhum, não queremos!».

Ora bem, adotou-se uma postura contrária à que foi adotada pela Atlânticoline relativamente ao *Atlântida*, que foi a de dizer: «Bem, isto dá menos 1 nó do que aquilo que queríamos e, portanto, acabou, não há mais conversa. Acionamos as garantias...»

E, assim, criou-se uma situação com consequências, sabemo-lo hoje, reconhecidamente trágicas para os Estaleiros Navais de Viana do Castelo.

Portanto, a minha pergunta foi no sentido de saber se não foi tentada uma solução de diálogo com a Atlânticoline, por intermédio do Governo dos Açores, que levasse a Região Autónoma e a República a equacionar as consequências que teria uma situação de conflito como a que veio a gerar-se com consequências más para todos. Imagino que a Região Autónoma não ganhou nada por ter de ficar sem navio e os Estaleiros Navais de Viana do Castelo tiveram as consequências que conhecemos, dada a situação de conflito. A minha pergunta era essa. É que não consigo perceber como é que não houve uma concertação que permitisse resolver, sem prejuízos graves, os interesses da Atlânticoline e os interesses dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo.

Relativamente à posição dos Estaleiros, também não se compreende — e também fiquei sem compreender depois da sua intervenção — por que é que os Estaleiros Navais de Viana do Castelo desistiram de defender a sua posição e se condenaram à derrota.

O Sr. Professor, há pouco, dizia que de véspera só morre o peru de Natal. Mas a posição que os Estaleiros Navais tomaram criou esta perspectiva: «Bem, o melhor é nós pagarmos já esta indemnização e aceitarmos já estas condições, porque se isto for para tribunal arbitral ainda vai ser pior...» Eu não compreendo como é que se pode defender uma posição destas, tendo em conta as consequências graves que este acordo representou e sabendo-se que há pareceres de juristas altamente qualificados que dizem que os Estaleiros deviam ter sustentado a sua posição. Ou seja, houve uma entrega, os Estaleiros entregaram as cartas antes do jogo e é isso que não se percebe. Como é que, havendo pareceres que sustentam uma posição diferente daquela que foi aceite pelos Estaleiros, os Estaleiros aceitaram e como é que a tutela aceitou, cruzou os braços, não no sentido literal do termo, aceitou aquela solução como boa para o interesse público, quando não conseguimos vislumbrar onde é que o interesse público foi defendido com aquela posição? Aliás, não foi defendido o interesse de ninguém: nem o dos Estaleiros nem o dos Açores. Mas aqui o que nos interessa é o dos Estaleiros e, de facto, isso teve consequências graves e eu, na sua intervenção, não encontrei nenhuma explicação plausível para que esta posição tenha sido aceite.

A Sr.^a **Presidente**: — Sr.^a Deputada Mariana Aiveca, tem a palavra.

A Sr.^a **Mariana Aiveca** (BE): — Muito obrigada, Sr.^a Presidente.

Sr. Prof. Augusto Santos Silva, a caricatura é excessiva quando se refere a ter suscitado qualquer simulação, ou não, de compadrio entre o Governo da República e o Governo Regional dos Açores quando me referi ao *Atlântida*.

Mas indo, ainda, ao apuramento de responsabilidades, na sua intervenção fez transparecer que não podíamos ficar tolhidos por querer apurar responsabilidades, porque isso, em si, podia ser um fator de paralisação da própria empresa.

Eu creio que não é contraditório o apuramento de responsabilidades e os planos que possam estar em cima da mesa para a empresa poder avançar. Nada disso é contraditório e, portanto, reitero a opinião que anteriormente aqui defendi de que o apuramento das responsabilidades por uma eventual, ou não, gestão danosa, porque poderá configurar gestão danosa uma empresa que sistematicamente produz qualquer produto e que dessa produção decorre sempre um prejuízo, é disto que se trata, só beneficia se houver transparência na Administração Pública, e estamos a falar de uma empresa pública, portanto, da gestão da coisa pública. Penso que os Governos que o não fizeram cometeram erros graves nesta matéria.

Gostaria que clarificasse uma outra questão. Disse-nos, a determinada altura, que havia pessoal a mais para o volume de encomendas. Então, há duas soluções possíveis: ou se reduz o pessoal ou se aumentam as encomendas.

O que lhe quero perguntar é se não acha que houve uma incapacidade óbvia da empresa em angariar outras fontes de negócio, porque, ao que se sabe — disse-nos aqui o Sr. Presidente da EMPORDEF —, houve muitas viagens, quase que à volta do mundo, no sentido de angariar outras encomendas.

Finalmente, indo, de novo, às contrapartidas militares, pergunto: não acha que, das contrapartidas militares, a parte que era aduzida aos Estaleiros Navais de Viana do Castelo — e era bastante — poderia ter feito a diferença relativamente àquela que era a situação financeira desta empresa? Essas contrapartidas não deviam ter sido obrigatoriamente dadas

aos Estaleiros Navais de Viana do Castelo? Ou seja, não houve aqui um certo desleixo por parte do Governo nesta matéria?

O Sr. Prof. Dr. **Augusto Santos Silva**: — Qual Governo?

A Sr.^a **Mariana Aiveca** (BE): — O Governo de que fazia parte e de que era Ministro da Defesa.

Porque há pouco, quando referi o *Atlântida* remetendo para 2006, o Sr. Professor afirmou-se absolutamente solidário com as medidas do Governo em 2006 porque dele era parte integrante, estamos em altura de lhe fazer perguntas sobre o Governo passado, portanto o de 2006.

A Sr.^a **Presidente**: — Sr. Professor, tem a palavra para responder em bloco.

O Sr. Prof. Dr. **Augusto Santos Silva**: — Muito obrigado, Srs. Deputados e Sr.^{as} Deputadas.

Começando por responder à Sr.^a Deputada Otília Ferreira Gomes, gostaria de esclarecer que o acordo extrajudicial não foi celebrado entre Governos, foi celebrado entre duas empresas e desse acordo faz parte integrante uma cláusula, que é a cláusula 10.^a, que tem justamente a ver com o apuramento de responsabilidades, de que a Sr.^a Deputada falou, e bem. É uma cláusula que determina que as partes «se comprometiam a colaborar razoavelmente uma com a outra e eventual ação que qualquer uma delas venha a propor contra entidades terceiras que tenham tido responsabilidades na elaboração dos desenhos de arranjo geral, memória descritiva, projetos (...)», e continua na descrição técnica, que me poupará

repetir. Portanto, não é verdade que o acordo extrajudicial tenha rasurado todas as responsabilidades.

A Sr.^a Deputada perguntou-me também se não acho que houve prejuízos de imagem para os Estaleiros que decorreram do processo *Atlântida*. Sim, na minha intervenção inicial até usei o termo técnico que usamos nos departamentos de Economia, que são os custos reputacionais, que podem ser elevados. Agora, só há uma maneira de superar custos reputacionais: é mostrar que se faz as coisas.

Portanto, só é possível contrariarmos um défice reputacional, um mergulho reputacional, vindo cá acima, criando uma vantagem reputacional. Criando uma vantagem reputacional tão importante quanto era a de os Estaleiros construírem e concluírem, pela primeira vez, um projeto de navio militar, essencial para a Marinha portuguesa e para outras marinhas, da sua exclusiva conceção. Essa vantagem reputacional, do meu ponto de vista, permitiria minorar, senão superar, os custos reputacionais.

A Sr.^a Deputada perguntou ainda se eu ignorei as recomendações do relatório das Inspeções-Gerais das Finanças e da Defesa e eu digo-lhe que não, Sr.^a Deputada. Já vou em três horas a detalhar, mas posso detalhar mais uma vez, as medidas que foram tomadas exatamente para concretizar as recomendações, entre outras, das Inspeções-Gerais, as medidas de reestruturação.

Como muito bem assinalou o Sr. Deputado Afonso Oliveira, as medidas de reestruturação mostravam à evidência, para quem quisesse lê-las com alguma distância e alguma frieza analítica, os baixos níveis de produtividade, a necessidade de ajustar custos, a necessidade de repensar o processamento das encomendas. Ora, o plano de reestruturação que foi concluído e que, aliás, não começou do nada, teve em conta outros, em particular aqueles que tinham sido encomendados a um banco de

investimento, procurou justamente responder a todas essas questões, que eram consensuais do ponto de vista técnico, porque a administração dos Estaleiros não dizia outra coisa. Aquilo que eu disse muita gente o disse, com mais propriedade para além de mim. As principais dificuldades dos Estaleiros são duas: uma exógena, que é a deslocação para leste do mercado de construção naval, e outra endógena, sobre a qual nós podíamos intervir. E essa dificuldade essencial era a debilidade da sua tecnoestrutura, não era do seu pessoal, era mesmo da sua estrutura técnica, e era aí que era preciso agir, exatamente para que a auditoria das Inspeções não ficasse letra morta.

Portanto, todas as medidas que procuraram concretizar o que eu aqui considerei, o segundo e terceiros objetivos, tiveram como razão de ser esses relatórios, mas também o aval político, não o financeiro, que eu e o meu colega das Finanças demos ao acordo extrajudicial quando autorizámos que a EMPORDEF contraísse um empréstimo para pagar a primeira *tranche* desse acordo.

Com todo o respeito que tenho por advogados, por juristas e outros assessores dos vários Governos, que, aliás, faturam milhões com a assessoria e a indústria dos pareceres, devo dizer que respeito mais as instituições públicas. Portanto, respeito mais e segui mais e teria seguido mais... Eu não posso mentir a esta Comissão e, portanto, não posso dizer que li os pareceres. Não posso. Não posso mentir, seria uma mentira. Eu não os li. Pela documentação que tenho, parece que não chegaram ao meu Gabinete, mas se, amanhã, aparecer um papel a dizer que chegaram, poupar-me-ão a corda ao pescoço, mas cá estarei a prestar contas. Mas, de acordo com a documentação que me enviaram, não fui eu que fui lá buscá-la, não vejo nenhum registo.

Porém, enquanto fui Ministro da Defesa, tudo o que aconteceu é da minha responsabilidade política. Não é da minha culpa — para isso, não estou disponível —, mas é da minha responsabilidade política. Eu aí sou da escola do Dr. Jorge Coelho: «Caiu a ponte, a responsabilidade é minha, mas não fui eu que fui lá dinamitá-la.»

Portanto, se havia pareceres em sentido contrário, eu tenho responsabilidade política — não vão buscar mais ninguém. Se quiserem levantar a cruz no Gólgota, ora aqui está já um corpinho pronto! Evitem aquelas cenas... Evitem repetir a história porque a história uma vez é como tragédia, outra vez é como farsa, como dizia o Karl Marx.

Agora, mesmo que eu conhecesse os pareceres, veja quão precipitado sou, mesmo que eu conhecesse os pareceres, devo dizer à Sr.^a Deputada e aos Srs. Deputados que não era por a empresa ter pareceres de ilustres juristas, feitos a pedido dela e para sustentar uma posição na demanda judicial, que eu iria dar a esses pareceres mais valor do que dou, e dei, aos relatórios das Inspeções-Gerais das Finanças e da Defesa.

O Sr. Inspetor-Geral, que eu conheço, que me perdoe e não me leve a mal, mas não estou a falar da Inspeção-Geral das Atividades Culturais, uma estrutura pequena com pouca história, etc. Não, estou a falar da Inspeção-Geral das Finanças, que é um dos corpos principais do Estado português e cujas recomendações a empresa, a meu ver e a ver da Direção-Geral do tesouro, não é do Secretário de Estado, que é outra das instituições essenciais sem as quais nenhum Ministério das Finanças funciona, entenderam que a empresa Estaleiros seguiu essas recomendações no sentido de procurar um acordo extrajudicial, com a ressalva feita pelas tutelas de que desse acordo não devia resultar encargos adicionais para o erário público, diretos ou indiretos.

Quando foi a história dos submarinos, também me disseram muitas vezes que o melhor era contratar uma boa sociedade de advogados, mas eu... Não sei se posso dizer este desabafo...

Sr.^a Presidente, continua a vigorar aqui o princípio da liberdade de expressão?

A Sr.^a **Presidente**: — Sim. Desde que...

O Sr. Prof. Dr. **Augusto Santos Silva**: — Eu faço parte do enorme conjunto de portugueses que se declara farto da indústria dos pareceres e do endeusamento das assessorias.

Portanto, como nessa altura segui a instituição pública que tinha e que existe para apoiar o Governo também nestes domínios, que é o Conselho Consultivo da Procuradoria-Geral da República, e aqui se conhecesse os pareceres, claro que leria, veria com cuidado, mas isso não significaria que a posição das Inspeções-Gerais das Finanças e da Defesa tivesse de ser superada só porque havia pareceres.

A Sr.^a Deputada, provavelmente, tem vida profissional e sabe a lógica do parecer. Ok? E não preciso de dizer mais nada.

Porque estão a ser colocadas muitas questões sobre a responsabilidade, queria sossegar os Srs. Deputados: eu assumo plenamente toda a responsabilidade. Já me prontifiquei a assumir todas as responsabilidades, desde a fundação de Portugal, esta, em particular, dos Estaleiros, assumo todas, e por maioria de razão, tudo quanto tenha ocorrido enquanto fui Ministro da Defesa Nacional, conhecesse eu ou não conhecesse. Julgo que respondi às suas perguntas, Sr.^a Deputada.

Pergunta o Sr. Deputado Afonso Oliveira o que é que eu fiz no Governo. Tudo aquilo que detalhei, em resposta...

Sr. Deputado, certamente já acompanhou processos de reestruturação de empresas que têm passivos de perto de 200 milhões de euros e que têm como acionista uma *holding* que é pública e, portanto, tem de gerir as coisas na lógica do mercado interno, exatamente evitando colocar-se na posição em que nós nos colocámos em 2012. Isso leva algum tempo, mas os Estaleiros foram dotados de uma administração própria que teve o mandato claro de concluir e apresentar o processo de reestruturação.

Como tenho aqui dito toda a tarde, eu sou o primeiro a considerar que foi um processo de reestruturação muito duro. O Sr. Deputado pode dizer que perdi tempo, que não era isso que era preciso fazer. Agora, não pode é dizer que eu não fiz nada.

O Sr. Afonso Oliveira (PSD): — Perguntei o que fez!

O Sr. Prof. Dr. Augusto Santos Silva: — Não sei se a Sr.^a Presidente me deixará, mas eu posso repetir. Vou à intervenção inicial, vou a todas as respostas que dei, mas posso repetir. Por mim, tenho todo o tempo do mundo.

Primeiro, concluir a chaga, em aberto, do *Atlântida*. Segundo, no que estava ao meu alcance — eu sou um pequeno soldado que lá estava —, fazer com que o novo programa de construções dos Estaleiros se realizasse com sucesso.

O Sr. Deputado citou informação dada pelo Sr. Ministro da Defesa Nacional, Dr. Aguiar Branco, que tem toda a informação. Portanto, se ele disse isso, é verdade.

Queria pedir que raciocinemos logicamente: como é que podemos ter percentagens elevadas de construção militar nos Estaleiros Navais de Viana do Castelo em 2005, em 2006, em 2007, em 2009, se o primeiro

equipamento a ser construído foi entregue em 2010? Se o programa de equipamento militar fosse mantido, garanto-lhe, porque é lógico, que a percentagem da construção militar no conjunto das encomendas dos Estaleiros progrediria. Aliás, em 2012 e 2013 seria de 100%, porque como a atividade parou nas outras, se se tivesse mantido na construção militar...

O Sr. **Afonso Oliveira** (PSD): — Não responda assim! Por amor de Deus!

O Sr. Prof. Dr. **Augusto Santos Silva**: — Desculpe, mas é a pura lógica. Eu não contesto a informação que o Sr. Deputado tem, acho absolutamente normal; agora, ser a implementação do programa de construção militar que vai aumentando o rácio, Sr. Deputado, é pura lógica, acho eu, mas, enfim, não estou aqui a pôr ninguém em causa. A curva do endividamento dos Estaleiros Navais foi crescendo, sim, mas o Sr. Deputado sabe melhor do que eu que a situação é como a da nossa dívida pública.

O endividamento tem dois alimentadores: um deles são os resultados negativos ano a ano; o outro é a própria dinâmica do serviço de dívida, aquilo a que se chama «efeito bola de neve» ou, quem gosta de falar inglês, *snowball*. Da mesma maneira que, quando olhamos para o que aconteceu no programa de ajustamento, verificamos rapidamente que os 34 pontos que a dívida pública cresceu são devidos em mais de metade ao efeito bola de neve e só em menos de metade aos défices acumulados, o mesmo verificamos aqui, e por isso é preciso atalhar.

Mesmo que a empresa não produzisse resultados líquidos anuais negativos, o efeito, a dinâmica, do endividamento ia crescendo. Porquê? Porque, Sr. Deputado — e é por isso que acho que a posição portuguesa é

muito sólida e que o Governo fez muito bem em alegar junto da União Europeia que não se tratava de ajudas de Estado —, as transferências financeiras entre o Tesouro, a EMPORDEF e os Estaleiros eram submetidas a regras de mercado, portanto, não era dinheiro dado, subsídio a fundo perdido. Portanto, era preciso sustentar a curva do endividamento, e há de verificar o endividamento que estará contabilizado no balanço final dos Estaleiros quando forem formalmente encerrados. Não estaremos aqui para os comparar, mas — espero não cometer nenhuma inconfidência —, como costumamos ver-nos no Festival Internacional de Música da Póvoa do Varzim,...

O Sr. Afonso Oliveira (PSD): — Belíssimo festival!

O Sr. Prof. Dr. Augusto Santos Silva: — ... nessa altura comparamo-los e, se o Sr. Deputado tiver razão, terei todo o gosto em dar-lhe razão publicamente.

Sr. Deputado, acho que respondi às suas questões, sobre o crescimento do endividamento, sobre o que é que eu fiz no Governo, mas posso detalhar outra vez.

Srs. Deputados, é muito interessante verificar, se me permitem falar assim, que as perguntas vindas do meu lado direito da mesa respondem às perguntas vindas do meu lado esquerdo. As perguntas vindas do meu lado direito acentuam os baixos níveis de produtividade, a necessidade de ajustar custos, as recomendações vindas da Inspeção-Geral de Finanças, a situação insustentável a que se podia chegar; as perguntas vindas do meu lado esquerdo questionam por que é que aceitei que houvesse o *downsizing*, por que é que aceitei que se interviesse para repor os níveis de

produtividade, por que é que determinei que se estudassem as formas de ajustar os custos.

Quanto à pergunta feita pelo Sr. Deputado Agostinho Santa — hoje tenho a triste sina de não responder a algumas das perguntas dos Srs. Deputados do Partido Socialista —, posso dizer que considero que (portanto, não é uma questão meramente de facto, é um facto e uma interpretação. Mas também não é mera opinião, é uma interpretação minha, fundada em informação), em julho de 2011, foram geradas expectativas irrealizáveis e que, portanto, houve aquilo a que, em sentido técnico, em linguagem de gestão, se costuma chamar «gestão inapropriada de expectativas».

Por que é que posso dizer isso? Porque conheço o caso e sei que — como também gostam de dizer os economistas, a começar pelo nosso Presidente da República enquanto economista, duas pessoas com o mesmo nível de informação e o mesmo nível de formação rapidamente chegariam à mesma conclusão — as expectativas no sentido de dizer... Ao fim e ao cabo, vai ser o cenário *business as usual*. Porque foi isso que foi feito em julho de 2011, foi escolher, sem o dizer, o primeiro dos cenários! Continua tudo como dantes, só que o quartel-general, em vez de estar em Abrantes, estava em Viana do Castelo.

Agora eu posso dizer isso, mas em relação ao que vai acontecer a seguir não posso, porque neste momento não tenho informação. O que posso dizer é que espero que tudo corra bem porque, como disse, por razões familiares conheço bem Viana do Castelo e sei que o fecho dos Estaleiros é um golpe muito duro no tecido social de Viana do Castelo. O Presidente da Câmara tem toda a razão quando chora, quando se emociona, porque é um golpe muito duro. Portanto, espero que haja condições para confortar esse golpe e espero que a subconcessão corra bem. Não tenho

nenhum prazer em que o Governo do meu País não consiga chegar aos seus objetivos, e muito menos o meu sucessor, de quem sou admirador e de quem me considero amigo.

O que posso dizer agora é sob a forma mais modesta de alerta, e o ponto vem ao encontro daquilo que o Sr. Deputado disse quando até usou o exemplo da manutenção dos navios-patrolha.

Posso estar muito enganado — sou daqueles que muitas vezes têm dúvidas e se enganam —, mas, mais uma vez fundando-me na minha experiência, quer nacional quer europeia, gostaria de alertar para o seguinte: se houver uma combinação tal que o Estado português, isto é, se nós deixarmos de ter influência real em capacidades existentes de construção, manutenção e reparação naval militar, ou se assistirmos impavidamente ao desaparecimento dessas capacidades, corremos um risco sério do ponto de vista da nossa estratégia de defesa e segurança nacionais. Não quero ser Cassandra, não tenho jeito para isso, mas ficaria mal com a minha consciência se não o dissesse.

Penso que, mais uma vez, temos de pôr as coisas no seu nível. Evidentemente que as responsabilidades passadas, os custos reputacionais, os custos financeiros, os processos mal iniciados, ou mal concluídos, ou mal conduzidos, tudo isso, são muito importantes, quer do ponto de vista das responsabilidades quer do ponto de vista daquilo a que os militares chamam, e bem, «as lições aprendidas», mas, Sr.^{as} e Srs. Deputados, que isso não funcione como uma nuvem que nos impeça de ver o que pode vir a acontecer à nossa frente. Refiro-me à situação de, hoje para amanhã, o Chefe do Estado-Maior da Armada, por ordens do seu Ministro, ter de intervir para, por exemplo, ir buscar cidadãos portugueses à África Ocidental e as fragatas de que dispõe estarem em processo de manutenção (que são processos complexíssimos, como sabemos. Por cada uma que

navega a outra está em manutenção, e é assim) em estaleiros e sob controlo de entidades sobre as quais o Ministro da Defesa não tem autoridade. Digo isto a bem do Ministro ou da Ministra da Defesa, qualquer que ele seja!...

Podemos ter as maiores divergências políticas, mas convém que os nossos C130 estejam prontos quando é preciso. Isso aconteceu, por exemplo, quando ainda agora fizeram, e muito notavelmente, Portugal participar na operação que permitiu trazer várias dezenas de estudantes sírios para Portugal por pedido do ex-presidente Jorge Sampaio, com assentimento imediato do Ministro da Defesa, que teve autoridade para dizer «vão»; e havia um pronto para ir. Temos de ter essas capacidades também no Exército, e temos, nas oficinas, e temos de ter essas capacidades também na construção naval.

Isto é apenas um alerta. Tenho como princípio de vida pensar noutros assuntos quando deixo um *dossier*, portanto, agora, minha relação com estes assuntos é muito indireta, mas como cidadão acho que devo dizer isto e que o devo dizê-lo nesta Comissão.

Sr. Deputado António Filipe, quanto às questões que colocou, insisto, outra vez, que assumo todas as responsabilidades que o senhor quiser que eu assuma, mas há aqui um equívoco, que, aliás, vem desde o início, desde que fui chamado a depor na Comissão, julgo que por iniciativa do PCP, o que faço com todo o gosto, como se vê. É que o Sr. Deputado quer interrogar-me sobre factos relativamente aos quais não posso depor nesta Comissão. Porquê? Não é porque não existisse à data dos factos, eu já existo desde agosto de 1956, portanto, desde o milénio passado, mas, sim, porque os factos sobre os quais o Sr. Deputado me quer interrogar não são factos que tenham ocorrido enquanto eu tive responsabilidades como Ministro da Defesa Nacional.

Mais uma vez, isto não quer dizer que eu alije responsabilidades políticas, quer dizer apenas que não consigo esclarecer o Sr. Deputado tão bem como poderia, se acaso me fizesse perguntas sobre factos ocorridos de outubro de 2009 a junho de 2011.

O Sr. Deputado perguntou-me por que é que, no processo de construção da Atlânticoline, os Governos não se entenderam, e eu posso dar-lhe uma opinião. Como pessoa informada, até posso dizer que, de facto, foi uma pena que a situação política nos Açores não permitisse esse entendimento. Evidentemente, compreendo que, quando há uma comissão de inquérito numa assembleia legislativa regional, quando a líder da oposição e putativa próxima presidente do Governo regional faz afirmações que significam quebrar qualquer possibilidade de haver uma posição regional multipartidária, o clima fica pior do que se não acontecesse isto, mas é a minha opinião. Eu respondo sobre os factos que, no caso do *Atlântida*, começam por dizer respeito ao acordo extrajudicial, que não significa uma aceitação da derrota por parte dos Estaleiros.

Digo ao Sr. Deputado, em 2 minutos, o que seria a derrota dos Estaleiros nesse processo: terem perdido a interposição da providência cautelar e perderem o processo judicial; terem de devolver todos os adiantamentos feitos pelo armador, ou seja, 32 milhões de euros por conta do *Atlântida* e 6 ou 7 milhões de euros por conta do *Anticiclone*, o que no total dá cerca de 40 milhões de euros, mais as indemnizações contratuais, isto é, as indemnizações previstas no contrato. Isso seria a derrota dos Estaleiros. E derrota ainda seria, e poderia ser, os Estaleiros terem de fazer isso tudo e nem sequer terem, do ponto de vista judicial, a plena disponibilidade do navio já construído, portanto, nem sequer poderem minorar, com a venda do navio, os prejuízos. Isso seria a derrota!

O acordo extrajudicial não foi uma derrota. Sendo um acordo, é uma derrota de ambas as partes — há uns que renunciam a direitos e garantias contratuais e há outros que devolvem os adiantamentos recebidos e que, portanto, ficam com um navio que construíram e agora tem de o vender. É isso que acontece, ou seja, em vez de terem um navio encomendado que entregam e está feito, ficam com um navio construído, como se tivessem construído um navio para o venderem depois — o acordo, em português corrente, pode ser descrito assim. Mas não é uma confissão de derrota, derrota seria aquilo que referi.

Porém, Sr. Deputado, não é o Augusto Santos Silva, que gosta de dizer coisas, que diz isto, não sou como aquelas personagens das peças de teatro que dissertam sobre tudo, por exemplo, o *Monsieur Jourdain*, de Molière. Não, o Augusto Santos Silva não percebe nada de construção naval e nunca fez, na vida, um acordo extrajudicial como administrador de uma empresa. E era administrador não executivo — foi a única vez em que fui administrador —, e isso aconteceu, só para ver a minha sina, em representação do Ministério das Finanças na Porto 2001. Está a ver a minha tendência para ser sovina!...

Portanto, esta não é a minha opinião pessoal, é o que dizem o trabalho técnico e a informação da Inspeção-Geral de Finanças, o trabalho técnico e a informação da Direção-Geral do Tesouro, é a estrutura do Estado, Sr. Deputado. Não são três consultores que dizem-me: «Paga-me 50 000 e diz-me qual é o parecer que queres». Não, é a opinião de gente a quem não se paga nada, que não pede nada e que não depende de nós.

Chamo a atenção do Sr. Deputado António Filipe, no que diz respeito às inspeções, que valorizo ainda mais do que as direções-gerais, que, por iniciativa do XVII Governo, a que também tive a honra de

pertencer, os inspetores-gerais passaram a ser os titulares de mandatos que deixaram de estar disponíveis para decisão ministerial.

Portanto, já não se trata de um diretor-geral a quem possamos chamar — quem o quiser fazer, que o faça, eu não faço — e dizer: «Meu amigo, faça-me assim, senão já sabe que amanhã está demitido». Não, desde 2006 que ninguém pode demitir inspetores-gerais fora do seu mandato. Podem é pô-los como secretários de Estado,...

Risos.

... que costumam portar-se com menos discrição do que quando são inspetores-gerais!...

O que estou a dizer é que esta não é uma matéria de opinião, mas de análise e de informação por parte das competências que o Estado tem para isso.

Pergunta a Sr.^a Deputada Mariana Aiveca: «Então, se o pessoal era a mais para as encomendas que havia, por que é que não aumentaram as encomendas? Peço desculpa, mas foi assim que pensei. Eu não tinha — e o Sr. Ministro Aguiar Branco, que conheço bem, também não tem e, portanto, também não pode ser castigado por não ter — e não conheço ninguém que tenha, a não ser assim um... (por acaso, na Venezuela houve um ano em que julgavam ter), uma varinha mágica que dissesse assim: «É preciso encomendas? Agita!...». Nenhum de nós tem... Como se chama, aquele sujeito no Aladino? Vem o não sei quem...

A Sr.^a **Presidente:** — O Génio!

O Sr. Prof. Dr. **Augusto Santos Silva**: — Vem o Génio e ele pede três desejos. Então, eu pedia aos Estaleiros três desejos: mais encomendas — não pedia ao Génio menos pessoal! —, mais capacidade técnica e mais sensatez. E estou certo de que o Sr. Ministro Aguiar Branco e aquele ou aquela que lhe suceder, assim como o Sr. Ministro Severiano Teixeira e aqueles que nos antecederam, pediriam desejos parecidos, senão os mesmos.

Agora, as encomendas não se inventam. A encomenda dos asfalteiros demorou muito, mas muito tempo e muito, mas muito trabalho, garantilhe,...

O Sr. **Jorge Fão** (PS): — Claro!

O Sr. Prof. Dr. **Augusto Santos Silva**: — ... desde o Primeiro-Ministro até ao Ministro da Economia, ao Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Economia... Acho que todos nós devemos valorizar esse ponto. E estou certo de que a manutenção da encomenda também fica a dever muito ao esforço do Ministro Aguiar Branco, do então Ministro dos Negócios Estrangeiros e atual Vice-Primeiro-Ministro, que, nas missões económicas, tem levado este assunto, juntamente com os computadores *Magalhães*, e a todos aqueles que se envolveram denodadamente para manter esses *assets*, como agora se diz.

Só acho que não deve nada, mesmo nada — e a Sr.^a Deputada estará de acordo comigo — àquelas pessoas que acham que por terem no cartão que são do MBA não sei de quê ou que são, como se diz, *Associate Partner* da firma «x mais y, limitada», a essas é que deve muito pouco. Acho que essa gente vale... Enfim, a esses julgo que não deve grande coisa.

Sr.^a Deputada, quanto às contrapartidas, tenho todo o gosto em responder por 2006 e 2007, mas há um ponto em que não consigo ajudá-la: eu não estava quando foram negociadas as contrapartidas dos submarinos. Sr.^a Deputada, olhe o meu azar, que é maior que o dos Távoras: eu estava quando foi preciso pagá-los, mas, quando as contrapartidas foram negociadas, eu não estava e, portanto, não posso dar mais nenhuma informação senão aquela que recebi. Não me parece que aquelas que — vamos dizer assim —, alegadamente, beneficiaram os Estaleiros tenham contribuído para a empresa.

A última pergunta é mais importante. A Sr.^a Deputada perguntou-me por que é que eu não quis apurar responsabilidades pela gestão danosa. Gostaria de ser muito claro na resposta.

Sr.^a Deputada, um ministro não tem nenhuma capacidade para decidir se há ou não gestão danosa. A gestão danosa é um crime, a ação criminal em Portugal e noutros países democráticos é uma responsabilidade exclusiva do Ministério Público. Quem tem informações sobre crimes...

A Sr.^a **Mariana Aiveca** (BE): — Ó Sr. Deputado...

O Sr. Prof. Dr. **Augusto Santos Silva**: — Desculpe, mas tenho de responder assim.

Não sou eu que acho que o Asdrúbal está a fazer gestão danosa. Se tenho elementos, indícios, comunico-os ao Ministério Público, repito, ao Ministério Público! Não vamos confundir as coisas, porque também estamos aqui a tratar de pessoas e, até prova em contrário, todas elas são inocentes. Não sou só eu que sou inocente; até prova em contrário são mesmo todos.

Portanto, eu nunca recebi nenhum indício nem nenhuma informação que me fizesse suscitar qualquer ação junto do Ministério Público.

Mas fiz outras coisas, e essas são da minha responsabilidade. Lembro-me bem de a Assembleia Legislativa Regional me pedir, justamente por causa da constituição de uma comissão de inquérito, o acesso ao relatório da Inspeção-Geral de Defesa e de o meu Gabinete determinar à Inspeção-Geral que o desclassificasse para efeitos de ser enviado. Portanto, eu disso sei, e isso é responsabilidade política. Como todas as coisas que o Ministério Público me pediu durante os meses em que lá estive, todas elas tiveram resposta positiva. Uma delas até motivou um protesto da parte dos advogados do Estado.

Espero ter contribuído — pouco, certamente, mas dentro dos factos que conheço e das apreciações que posso fazer.

O Sr. **Fernando Negrão** (PSD): — Sr.^a Presidente, peço a palavra.

A Sr.^a **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Fernando Negrão** (PSD): — Muito obrigado, Sr.^a Presidente, serei muito breve.

Sr. Professor, relativamente ao *Atlântida*, na minha opinião, a derrota deve-se à manifesta incapacidade e incompetência de negociação por parte de quem negociou o acordo e de quem, dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo, consentiu este acordo. Essa, sim, é a razão da derrota.

Mas, Sr. Ministro, a determinada altura da sua intervenção, disse que gostava de sossegar os Srs. Deputados. Deixe-me dizer-lhe que não vou daqui nada sossegado e também por falta de resposta concreta a algumas perguntas. Compreendo que não tenha toda a informação, mas vou repetir

mais uma questão, indo ao pormenor, e que tem a ver com os sucessivos prejuízos que a construção dos diversos navios feitos pelos Estaleiros deram e nunca ninguém pediu responsabilidades.

Sr. Prof. Augusto Santos Silva, em janeiro de 2010 foi entregue um navio *heavy lift*, cuja construção deu um prejuízo de quase 6 milhões de euros, mais concretamente 5,7 milhões de euros. Sr. Professor, como justifica esta situação e o que foi feito para apurar responsabilidades?

A Sr.^a **Presidente**: — Interpreto esta intervenção como uma terceira ronda. Pergunto, então, se mais alguém quer intervir.

Pausa.

Como ninguém se inscreve, vou pedir ao Sr. Professor que responda à questão colocada pelo Sr. Deputado Fernando Negrão.

Faça favor, Sr. Professor.

O Sr. Prof. Dr. **Augusto Santos Silva**: — Muito obrigado, Sr. Deputado Fernando Negrão. A sua intervenção tem três componentes: a primeira foi a de manifestar uma divergência de opinião, que eu aceito. Contudo, julgo que essa divergência de opinião tem de ser colocada justamente na opinião.

A segunda componente é a sua preocupação com a situação financeira dos Estaleiros e que eu gostaria de acompanhar. A nossa única diferença é que eu permito-me, até pela posição em que me encontro hoje, ser tão abrangente quanto devo na compreensão dessa situação.

Portanto, o que tenho a responder é que, em 1992, os Estaleiros tiveram resultado negativo de 1,8 milhões de euros; em 1993, de 2,8

milhões de euros; em 1994, 10,1 milhões de euros; em 1995, de 0,2 milhões de euros; em 1996, de 9,9 milhões de euros; e o pico de resultados negativos foi atingido em 2004 com 27 milhões de euros.

O que me pergunto é isto: nesta sucessão de resultados líquidos negativos e de dificuldades, por parte dos Estaleiros, em dominar todos os aspetos da construção naval, por que razão é que, nesta situação, sucessivos Governos, como gosta de dizer o Deputado António Filipe, mantiveram a aposta nos Estaleiros, tentaram que os Estaleiros dessem a volta? E a resposta que encontro é esta: porque todos esses Governos — e, portanto, o Estado português até outubro de 2012 — consideraram que a existência de uma capacidade nacional nesta área prevalecia, era o móbil prevalecente, o móbil preponderante, a prioridade número um!

O Sr. **Fernando Negrão** (PSD): — Mas nenhum conseguiu!

O Sr. Prof. Dr. **Augusto Santos Silva**: — Nenhum conseguiu! Quando em junho ou princípios de julho de 2011, estava eu ainda aqui no Parlamento, ouvi o Ministro da Defesa Aguiar Branco dizer (a citação vai ser livre): «Sosseguem! Havia um objetivo de desmantelamento dos Estaleiros, mas eu mandei parar» e depois, já eu não estava no Parlamento, ouvi outros ministros muito importantes do Governo garantir que não só os Estaleiros se mantinham, como até iam aumentar o pessoal, aí eu fiquei feliz e disse: «O Génio chegou! Finalmente, algum Aladino esfregou, como devia esfregar, a lâmpada e o Génio apareceu!». Porque uma coisa que ninguém tinha conseguido desde 1992, pese embora todas as tentativas, ia ser conseguida. Nem imagina o meu desencanto quando verifiquei que aquilo que o Génio tinha a oferecer era o fecho da empresa.

O Sr. **Afonso Oliveira** (PSD): — Não respondeu à questão!

A Sr.^a **Presidente**: — Mais alguma Sr.^a Deputada ou algum Sr. Deputado quer colocar questões?

Pausa.

Uma vez que ninguém se inscreve, queria agradecer ao Sr. Prof. Augusto Santos Silva a forma detalhada como respondeu a todas as questões.

Agradeço também às Sr.^{as} e aos Srs. Deputados, bem como aos serviços de apoio à Comissão e à imprensa.

Está encerrada a reunião.

Eram 19 horas e 48 minutos.

A DIVISÃO DE REDAÇÃO E APOIO AUDIOVISUAL